



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3741

**Projetos Solares de Helíade e Torre das Vargens e respetivas
ligações a 220 kV**

março de 2025

Título: Relatório de Consulta Pública
AIA 3741
Projetos Solares de Heliade e Torres das Vargens e
respetivas ligações a 220KV

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: março de 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	3
3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS	3
4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4
5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	4

ANEXO

- Exposições Recebidas

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, na sua redação atual, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto “Projetos Solares de Heliade e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 KV.”.

O proponente do Projeto é a Endesa Generación Portugal, S.A. (EGP).

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto decorreu durante 30 dias úteis, de 30 de janeiro a 12 de março de 2025.

3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- Câmara Municipal do Crato.
- Câmara Municipal de Gavião.
- Câmara Municipal de Ponte de Sor.

- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.

Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT.

- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.
- Envio de comunicação a entidades.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

No âmbito da consulta pública foram recebidas 28 exposições com a seguinte proveniência:

Administração Local:

- Câmara Municipal do Crato.
- Junta de Freguesia Monte Pedra.

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)/Outras Associações:

- CHIRO - Associação Morcegos.PT
- ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável.
- Vulture Conservation Foundation (VCF), em representação do consorcio Projeto LIFE Aegypius return.
- Ação Ambiental para o Barlavento

Cidadãos: 22 Cidadãos em nome individual

5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Administração Local:

A Câmara Municipal do Crato informa, que o projeto, apresenta impactos significativos, especialmente relacionados com a gestão de recursos naturais, patrimoniais, turísticos e a não definição de benefícios económicos para o território.

Impactos Ambientais e Naturais:

- a) A área de intervenção abrange zonas sensíveis, como quercíneas protegidas. Apesar das medidas de mitigação, é necessário assegurar que os impactos previstos não violam o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Rede Natura 2000 (Decreto-Lei nº 142/2008 e nº 140/99).
- b) Os impactos em fauna, especialmente avifauna e morcegos, podem ser subestimados, apesar das medidas como radares para evitar colisões.

Abate de Quercíneas: O projeto implica o abate estimado de 120 sobreiros e azinheiras, espécies protegidas pela legislação portuguesa. Estas árvores desempenham um papel ecológico crucial na captura de carbono, preservação do solo e manutenção da biodiversidade.

Fragmentação de Habitats: A implantação das infraestruturas, como linhas elétricas e acessos, causará a fragmentação de habitats, dificultando o trânsito de fauna e afetando negativamente espécies endémicas e protegidas.

Aumento do Risco de Erosão do Solo: A remoção de vegetação para as obras expõe o solo a riscos de erosão, agravados pela alteração da drenagem natural na área.

Riscos para a Fauna: A proximidade das infraestruturas às zonas naturais pode impactar espécies avifaunísticas e quirópteros, nomeadamente durante as fases de construção e operação.

Proximidade da infraestrutura linha elétrica (LE-SCM.PEC) à povoação do Sume: A proximidade de infraestruturas, como a linha elétrica associada (LE-SCM.PEC), à povoação do Sume pode alterar significativamente a paisagem local. Essa transformação impactará a integridade visual da região e o sentimento de identidade cultural dos habitantes locais. A proximidade das linhas elétricas às populações apresenta impactos diretos e indiretos relacionados à saúde humana. Estes impactos são avaliados no contexto das condições de vida, qualidade do ar, ruído e exposição a campos eletromagnéticos.

Riscos Patrimoniais: A Ponte do Sume é elemento patrimonial potencialmente afetado pelas obras associadas aos acessos e ao traçado da linha elétrica. Este impacto inclui o risco de degradação física ou alteração no enquadramento visual da ponte.

Ruído e Qualidade do Ar: Durante a fase de construção, a movimentação de maquinaria e as obras podem gerar ruído e emissões de partículas, perturbando o ambiente local e afetando a qualidade de vida dos habitantes do Sume.

Gestão Hídrica e Resíduos: O impacto hídrico e a política de "zero resíduos" são apresentados de forma geral, mas poderiam ser detalhados em conformidade com o Decreto-Lei nº 102-D/2020 (gestão de resíduos) e o Decreto-Lei nº 236/98 (qualidade da água).

Transparência de Medidas Compensatórias:

a) As estratégias de compensação propostas (ex.: recuperação de olivais abandonados) necessitam de maior detalhe de execução, monitorização e garantias de eficácia conforme o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA - Decreto-Lei nº 151-B/2013).

Considera que, embora, as medidas compensatórias sejam adequadas em teoria, existem fragilidades na abordagem:

Indefinições na compensação: O plano apresentado necessita de dados concretos sobre as áreas a serem efetivamente restauradas e as espécies a serem plantadas. Isto reduz a previsibilidade e a capacidade de execução eficiente das compensações.

Impactos cumulativos: A região já enfrenta pressões significativas devido a outras atividades antrópicas. O projeto, ao adicionar infraestruturas e artificializar a paisagem, pode agravar esses problemas. Terá também um efeito de precedência para outras explorações de grande escala que se pretendem instalar no Concelho.

Dependência de aprovações futuras: A compensação relacionada às linhas elétricas será avaliada em fases autónomas, o que pode atrasar a implementação de medidas essenciais.

Envolvimento das Comunidades Locais: Apesar do programa "Creating Shared Value" incluir medidas como formação e carregadores elétricos, a ausência de um plano detalhado de consulta pública pode limitar a integração comunitária, em contrariedade com princípios da participação pública na legislação ambiental (Lei nº 19/2014).

Viabilidade Económico-financeira: A análise financeira prevê rentabilidade elevada, mas não apresenta cenários robustos para variações substanciais de custos ou alterações regulamentares futuras.

Área proposta e Impactos na freguesia de Monte da Pedra

Área de Intervenção:

A instalação da Central Helíade no Monte da Pedra implica a ocupação significativa de terreno rural, com destaque para aldeias tradicionais e zonas agrícolas que compõem a identidade do território.

Impacto Paisagístico:

Seria necessária a implementação de barreiras visuais (ex., cortinas arbóreas), que estão previstas e o uso de técnicas que reduzam o contraste entre as instalações e o ambiente. Ainda assim esta medida deverá ser devidamente esclarecida. A criação de cortinas arbóreas pode ser uma solução eficaz para minimizar o impacto visual das instalações fotovoltaicas, mas a sua eficácia dependerá de vários fatores, como o porte das espécies utilizadas, o tempo de crescimento até atingirem o tamanho desejado e as condições ecológicas da região.

Eficácia das Cortinas Arbóreas com Sobreiro e Azinheira

O sobreiro (*Quercus suber*) e a azinheira (*Quercus ilex*), ambas espécies autóctones do Alto Alentejo, têm um crescimento lento e podem levar décadas a atingir a altura adulta (2 a 3 metros). A introdução de espécies não autóctones pode ter várias consequências negativas, alteração da fauna local, as espécies nativas podem não adaptar-se às novas condições criadas pelas árvores exóticas, podem originar invasão e competição: substituindo as espécies nativas e prejudicando os ecossistemas locais. Há ainda a salientar que ecossistemas baseados em espécies autóctones são mais adaptados às condições climáticas locais e mais resistentes a alterações climáticas.

Impactos Sociais e Económicos e no Turismo:

A paisagem é um ativo central para o turismo local. A degradação visual e a perceção de industrialização podem reduzir a atratividade do território. A afetação de solos agrícolas pode interferir em atividades agropecuárias, reduzindo a resiliência socioeconómica.

Benefícios Prometidos: O projeto alega a criação de emprego e o aumento do dinamismo regional. No entanto, estes benefícios são limitados em comparação com as potenciais perdas no turismo e na identidade local.

Refere, ainda, que os benefícios locais para o Concelho, são pouco expressivos.

Assim considera que a proposta deveria ser melhorada atendendo a:

1. Insuficiência de Benefícios Locais:

O projeto deve incluir medidas específicas para beneficiar diretamente as populações do Crato, como tarifas reduzidas, infraestruturas de apoio, ou investimentos no turismo local.

2. Compatibilidade com o Ordenamento:

É necessário assegurar, com base nos artigos do PDM do Crato, que o projeto respeita as servidões ecológicas e agrícolas e que são implementadas medidas robustas para a recuperação paisagística. Deverá também ser assegurado o cumprimento regulamentar com fundamentação jurídica.

Estabelecer um plano de gestão paisagística detalhado, em conformidade com o PDM e o PROTA, para proteger os ativos naturais e culturais do território.

A escolha das espécies e das estratégias a adotar deve equilibrar o impacto visual, o tempo necessário para obter resultados e o impacto ecológico. Idealmente, as cortinas arbóreas devem ser complementadas por outras medidas de integração paisagística e preservação dos ecossistemas nativos. Caso se opte por espécies não autóctones, devem ser tomadas medidas de controlo para evitar impactos negativos prolongados no ambiente.

3. Equilíbrio Socioeconómico:

Dado o impacto potencial na paisagem e no turismo, é indispensável que o projeto promova um modelo de desenvolvimento integrado, que compense a desvalorização de outros setores.

Este equilíbrio é essencial para garantir que o projeto contribua verdadeiramente para o desenvolvimento sustentável do Crato, em linha com as metas de transição energética e preservação territorial.

Como conclusão podemos referir que a Câmara Municipal do Crato refere:

Que este projeto apresenta impactos significativos em diversas áreas: Recursos Naturais, Património, Turismo e falta de definição de benefícios económicos.

Há preocupações ambientais, como a afetação de zonas protegidas, abate de árvores (sobreiro e azinheira), fragmentação de habitats e risco de erosão. A fauna, especialmente aves e morcegos, pode ser impactada, e a proximidade da linha elétrica à povoação do Sume traz riscos visuais e à saúde humana.

O património, como a Ponte do Sume, e a qualidade do ar e ruído durante a construção são questões destacadas. Referem, ainda, a proximidade do monumento megalítico do Couto da Nave, uma anta em vias de classificação e parte do Megalitismo Alentejano, sendo uma das 69 possíveis de identificar no concelho. Foram também identificadas outras referências arqueológicas e etnográficas, como cerâmicas tardo-romanas, muretes de pedra seca, eiras, construções etnográficas e estruturas hidráulicas, como na Fonte Santa, onde o impacto das obras pode ser significativo. O estudo prévio já sinalizou esses locais, com baixo risco para o monumento megalítico, mas maior risco para as estruturas na Fonte Santa. Também foram descobertas duas sepulturas antropomórficas inéditas no Couto da Nave.

Com base na documentação e mapeamentos disponíveis, indica que os vestígios arqueológicos e etnográficos identificados podem ser abrangidos pelos trabalhos previstos. Para facilitar a análise, são fornecidas as georreferenciações dos locais mencionados:

<https://maps.app.goo.gl/JfMiVqzvG1CgGRaj7>

<https://maps.app.goo.gl/FNLvCwRbEKAmkpaM6>

Referem que a gestão hídrica e de resíduos precisa de mais detalhe, e as compensações propostas carecem de clareza. Há riscos de impactos cumulativos com outras atividades na região, e o envolvimento das comunidades locais foi insuficiente.

A instalação de painéis solares no Monte da Pedra afeta a paisagem e o turismo rural, e medidas como cortinas arbóreas têm limitações devido ao crescimento lento das espécies autóctones. O projeto promete benefícios, mas estes são limitados em comparação com as potenciais perdas económicas e turísticas, e os impactos no turismo e na identidade local podem ser prejudiciais.

As melhorias sugeridas incluem o aumento de benefícios locais, compatibilidade com o ordenamento do território e equilíbrio socioeconómico para promover um desenvolvimento sustentável que compense a desvalorização de outros setores.

A Junta de Freguesia de Monte da Pedra:

Da análise do EIA refere que as medidas de minimização propostas devem ser mais abrangentes, mais explícitas e mais dedicadas e aplicáveis às populações e territórios afetados/alterados pela implementação de um projeto desta natureza.

Medidas de Mitigação:

No que se refere às medidas a implementar, são medidas que se consideram genéricas face às particularidades e especificidades do território e da freguesia de Monte da Pedra. Deveria ser mais explícita a sua concretização e implementação por forma a constituírem verdadeiros compromissos perante as populações que vão sentir os efeitos diretos da construção, exploração e descativação.

As medidas sociais, para além da criação de emprego, formação e apadrinhar uma oliveira, não se identifica uma medida que se consiga dizer que traga retorno direto e efetivo à população do Monte da Pedra e Sume.

Contributos para a melhoria do EIA:

Relativamente aos conteúdos do EIA, referem que este estudo deveria ser complementado com estudos adicionais como seja:

Património natural, cultural e histórico - considerar e estudar de forma mais robusta os elementos naturais, culturais e históricos do local como seja:

- Ribeira de Monte da Pedra: é dos únicos cursos de água do concelho do Crato que embora seja de carácter temporário e de regime torrencial e particularmente na zona do Pego do Monte Velho que ainda tem espécies como bordalos e verdemãs. Anualmente, a Ribeira de Monte da Pedra é visitada também por um casal de lontras que escolhem este local para reprodução;
- Caminho Velho do Chamiço - não existiu preocupação em estudar este caminho do ponto de vista histórico e o seu acesso ao Lugar do Chamiço;
- Capela do Chamiço, fonte do chamiço, ponte romana, moinho, forno
- Ponte Sourinho;
- Lage do Penedo Gordo;
- Lage de Santo Estevão;

- Fenómeno geológico da Ribeira de Sôr no Sume, entre outros aspetos que as comunidades locais são os melhores detentores da história;
- Diminuição da área de caça e suas implicações na gestão cinegética de grandes predadores.

Ainda que alguns destes locais/assuntos possam não estar a ser explorados com percursos interpretativos e outra informação, não tenham classificação municipal ou qualquer estatuto de proteção, ou até trazer aspetos abonatórios ao EIA, fazem parte do património natural, cultura e história de um Povo, no caso Monte da Pedra e Sume. Por isso, devem estar explanados no EIA e avaliar-se a sua afetação e o quanto o Projeto Helíade pode contribuir para a degradação desta património e perda da atividade associada.

- Estudo de avaliação do incremento da temperatura local provocado pela desmatção e corte de árvores. Avaliar de que forma o menor potencial de evapotranspiração através do corte de árvores e colocação de painéis solares junto ao solo diminui o arrefecimento da temperatura da superfície do solo e consequentemente da temperatura do ar próximo da superfície. Parece-nos pertinente, pois vivemos numa zona com temperaturas de Verão muito elevadas sendo que a vegetação existente e as reduzidas áreas impermeabilizadas permitem que exista um arrefecimento noturno que contrabalança as elevadas temperaturas sentidas durante o dia. Avaliar de que forma esta capacidade de arrefecimento noturno do território pode ficar comprometida;
- Avaliar de que forma a desmatção e o corte de árvores no horizonte temporal da fase de exploração comprometem o sequestro do carbono neste território e de que forma pode ser compensado.
- Análise de Custo-Benefício do Projeto Helíade que considere critérios ambientais e sociais e que tenha em consideração os benefícios/constrangimentos para as populações locais.
- Realização de sondagens arqueológicas em particular na zona da Fonte Santa e Monte Velho/Chamiço.

No que se refere às condicionantes ambientais verificam que os painéis solares ocupam zonas de reserva agrícola nacional, zonas de reserva ecológica nacional, área de montado de sobre e azinho, zonas junto à ribeira de Monte da Pedra (Monte Velho) e em leito de cheia embora possam estar fora da faixa de 10m do domínio hídrico, zonas junto à EM 532-1 e zonas junto ao Caminho Velho do Chamiço (caminho com história). No que se refere aos traçados da linha de alta tensão também atravessam a estrada M 532, bem como zonas de RAN, REN e área de montado de sobre e azinho.

Verificam que há parques solares que estão em zonas REN ou RAN e ao lado existem condicionantes ambientais menos restritivas. Desta forma parece-nos que existiu aqui alguma aleatoriedade ou então alguma obrigação de localização perante os requisitos impostos pelos proprietários dos terrenos.

A Junta de Freguesia refere que é possível compatibilizar o projeto Heliade e tudo o que ele inclui com todos os constrangimentos identificados e fazer com que a Endesa possa continuar os seus desígnios e a população de Monte da Pedra (incluindo proprietários de terrenos) possa ser compensada e que a Junta não veja a prossecução dos seus objetivos de valorização natural, cultural e históricos comprometidos.

Medidas efetivas de minimização/compensação ambiental e social

Enunciam as medidas que consideram efetivas para minimização/compensação ambiental e social relativas ao projeto Heliade direcionadas para a população residente e para a gestão e conservação das características do Território onde o projeto se insere.

Como ponto de partida propõem como medida uma reengenharia da disposição dos parques solares na freguesia de Monte da Pedra e deverá atender ao seguinte:

1. Alterar a disposição espacial dos painéis solares no terreno de forma a:
 - a. Não serem visíveis da EM 532-1 – o nosso cartão de visita tem de continuar a ser a paisagem, pelo que numa das principais vias de acesso ao Monte da Pedra não é muito abonatório ter painéis solares como “cartão de visita”;
 - b. Deixar liberta de painéis a zona junto à Ribeira de Monte da Pedra (Monte Velho) para não inviabilizar a prossecução do projeto de recuperação da Ribeira de Monte da Pedra e integração de um percurso marginal de fruição cujo objetivo é interligar as ruínas do Chamiço -> aldeia de Monte da Pedra -> as termas de Monte da Pedra (Fig.22);
 - c. Não serem visíveis do Caminho Velho do Chamiço (caminho com história) nem do percurso de marginal da Ribeira de Monte da Pedra;
 - d. Por precaução e desconhecendo se há algum tipo de arco elétrico provocado pela produção de energia elétrica e possível geração de campos eletromagnéticos, alertamos também que os perímetros de proteção destes parques solares não deverão invadir os caminhos públicos municipais e/ou vicinais;
 - e. Não serem visíveis da Lage do Penedo Gordo e Lage de Santo Estevão, bem como as Linhas de Alta Tensão;
 - f. Não serem visíveis do Lugar do Chamiço e Capela do Chamiço;
 - g. Trabalhar para minimizar a dispersão das zonas com painéis solares evitando a segmentação do território contribuindo para um melhor ordenamento da paisagem. É necessário melhorar a agregação dos painéis solares no terreno de forma a ficarem circunscritos a zonas menos visíveis de preferência nas extremas de propriedades. Se a implantação dos painéis tiver menos dispersão no terreno, e a conjugação com os perímetros de proteção necessários a estes parques, vai contribuir para uma menor área afetada da reserva de caça associativa de Monte da Pedra. (Fig.23)

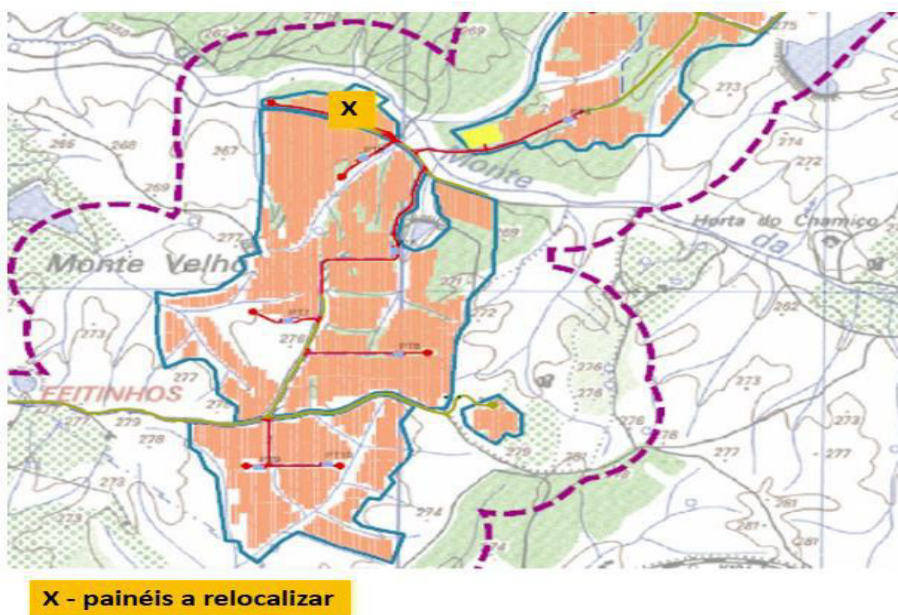


Figura 22 – Proposta/sugestão de relocação de painéis.

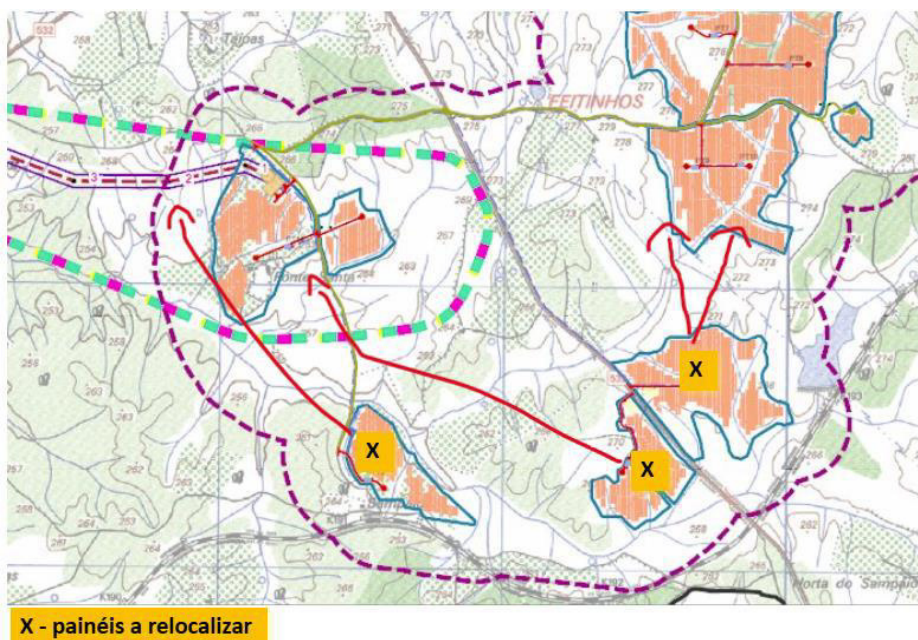


Figura 23 – Proposta/sugestão de relocação de painéis

1. A realocação de painéis pode ser realizada nos terrenos do mesmo proprietário ou para terrenos de proprietários confinantes, que são fáceis de identificar pois não são em número elevado.
2. Na efetivação de acessos, evitar a destruição de muros de pedra das propriedades que fazem parte da nossa paisagem e história;
3. No caso dos elementos geológicos do Sume que venham a sofrer interferência, os elementos ou estruturas de especial interesse geológico, paleontológico ou espeleológico que sejam postos a descoberto durante as operações de construção do projeto, devem ser sujeitos a uma avaliação geológica, devendo o procedimento técnico a adotar, apontar sempre para o seu estudo, preservação e divulgação.
4. Sinergias no âmbito da educação ambiental – por exemplo, constituir no caminho velho do chamiço um percurso interpretativo com uma vertente de produção de energia e outra vertente histórica;
5. No que se refere ao traçado das linhas elétricas de alta tensão pelo que se entende temos duas situações: a) linha elétrica Heliade-Comenda; e b) Linha Elétrica Torre das Vargens-AP4/35.
Sugerem que ambas utilizem espaços canais já existentes para as linhas de média tensão:
 - a. Linha elétrica Heliade-Comenda – esta linha deve partir enterrada, fazer o atravessamento à estrada M532 de forma enterrada e prosseguir desta forma até se atingir um ponto de cumeeira em que o traçado ocorre à superfície a uma distância considerável das populações e de potenciais observadores em que os distúrbios gerados sejam pouco significativos, para além de se ir localizar numa zona onde já existem linhas de média tensão; Não passar junto da Lage de Santo Estevão e da Ponte Sorinho;
 - b. Linha Elétrica Torre das Vargens-AP4/35 - o traçado da linha de alta tensão seguir uma linha de cumeeira que não seja visível a partir do Lugar do Sume e a travessia da Ribeira de Sor ocorrer a uma distância cujos distúrbios gerados na paisagem sejam considerados pouco significativos e não interfira com afloramentos rochosos e fenómenos geológicos existentes.
6. O projeto de compensação relativo ao abate de árvores deve contemplar a plantação de um determinado número de exemplares arbóreos (em relação ao total previsto) em terrenos rurais de Monte da Pedra e Sume;
7. Possibilidade de utilização de determinadas zonas dos parques solares para maternidade de espécies cinegéticas utilizadas para repovoamentos (ex: coelho bravo);
8. Do ponto de vista técnico, ambiental e social a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis deve considerar a sua colocação em áreas edificadas. Deve ser sempre privilegiada a instalação de painéis fotovoltaicos em áreas edificadas por forma a não criar conflitos com outros usos.

9. Utilizar terrenos públicos onde seriam colocados painéis solares e constituída uma comunidade energética. Gerir a quantidade de energia elétrica produzida através da implementação de um instrumento de gestão ambiental, no caso económico, que consiste na criação de um mercado de quotas de eletricidade que seria colocado à disposição da população (consumidores finais) e parte revertesse ao promotor (no caso a Endesa)
10. Criação de posto de carregamento elétrico por forma a fomentar a mobilidade sustentável e oferecer esse serviço em Monte da Pedra.
11. No seguimento das medidas anteriormente identificadas, deverá ser desenvolvido um Plano de Partilha de benefícios com as comunidades locais que preveja a mitigação da pobreza energética, por exemplo através na renovação energética de habitações e da instalação de painéis fotovoltaicos no edificado que alavanque uma transição energética justa.

Como Conclusão podemos referir que a Junta de Freguesia manifesta a sua discordância relativamente a este Projeto.

Refere que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) identifica os principais impactes ambientais e sociais de um projeto, propondo medidas para mitigar os negativos. No entanto, estas medidas são consideradas genéricas e pouco adequadas às especificidades da freguesia de Monte da Pedra, onde o projeto será implementado. É sugerido que sejam mais abrangentes, claras e que incluam compensações pela perda de património natural e qualidade ambiental.

As medidas sociais propostas, como criação de emprego e formação, são vistas como insuficientes para beneficiar diretamente as populações mais afetadas, como Monte da Pedra e Sume.

Solicitam uma modificação da disposição dos parques solares para minimizar os impactos visuais e territoriais.

Além disso, sugere-se complementar o EIA, com estudos adicionais sobre património natural, cultural e histórico da região, avaliação do aumento de temperatura local causado pela desflorestação e compensações pelo sequestro de carbono. Recomenda-se também a realização de uma análise custo-benefício que considere os impactos ambientais e sociais.

A Junta de Freguesia sublinha, a necessidade, de compatibilizar o projeto com os interesses da comunidade local, preservando o património natural, cultural e histórico e garantindo compensações justas.

Relativamente ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA), são propostas sugestões para estudos complementares e manifestada a surpresa pela falta de informações técnicas detalhadas.

A Junta considera as medidas de minimização e compensação ambiental e social insuficientes em comparação com outros projetos similares em Portugal.

Foram apresentadas 11 propostas, acima referidas, para mitigar os impactos na freguesia, defende a importância da transição energética e da produção de energia renovável, mas exige equidade, justiça social e sustentabilidade na defesa dos interesses da população local.

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)/Outras Associações

Listam-se os aspetos mais relevantes, destacados nas exposições, apresentados pelas ONGA e outras Associações que sustentam as suas preocupações:

CHIRO - Associação Morcegos.PT

A Associação refere que devido à elevada densidade de projetos de energias renováveis, com impactes potencialmente significativos para os morcegos, em termos de alteração de habitat e/ou mortalidade efetiva, nomeadamente as centrais fotovoltaicas em análise, outras previstas para a região, assim como os parques eólicos também previstos, recomendam:

- A Avaliação conjunta detalhada dos impactes cumulativos dos vários projetos, principalmente quando pertencem ao mesmo promotor.
- A revisão dos relatórios relativos aos morcegos, sendo desejável um maior detalhe na descrição das metodologias de recolha de dados, análise dos dados obtidos, e ênfase na avaliação de impactes.
- A avaliação da mortalidade potencial de quirópteros nas zonas dos painéis fotovoltaicos e ao longo das vedações, com amostragens semanais para deteção de cadáveres de março a outubro e amostragens de fatores de correção de estimativas de mortalidade (eficácia de deteção e taxas de remoção).

Esta Associação, refere que as centrais solares podem causar perda de habitat, redução de presas e destruição de abrigos, principalmente devido ao corte de árvores.

A metodologia utilizada para descrever a situação de referência foi considerada minimamente adequada, porém há diferenças metodológicas entre os projetos analisados, o que dificulta a comparação dos dados.

Os impactos referidos incluem perda de habitat, destruição de abrigos e efeito barreira, além da possível mortalidade por colisão com estruturas, que não foi avaliada.

Recomenda que a análise cumulativa dos impactes avalie para a fase de exploração dos diferentes projetos o impacto cumulativo da mortalidade de quirópteros por colisão com aerogeradores. Este elevado e significativo impacto negativo devido ao número elevado de aerogeradores instalados e a instalar na região (mais de 45), está sobejamente documentado e existem numerosas diretrizes para a sua avaliação e minimização a nível nacional, europeu e mundial.

A perda de habitat foi subestimada e pode causar competição entre espécies. O efeito barreira também foi subestimado, sendo necessário considerar o impacto potencial negativo, principalmente em relação à área afetada.

Medidas de mitigação foram sugeridas, como a criação de áreas florestais e corredores ecológicos. O plano de monitorização proposto não incluiu adequadamente a mortalidade dos morcegos, que deve ser avaliada nas áreas dos painéis e vedações.

Por fim, recomenda aprimorar a descrição da situação de referência, implementar medidas de mitigação para reduzir a perda de habitat e o efeito barreira, e realizar monitorizações regulares da mortalidade de morcegos e das alterações na sua comunidade.

ZERO Associação Sistema Terrestre Sustentável

Ponto 1 - O projeto é avaliado por sub-projetos de acordo com uma divisão feita pelo promotor?

A ZERO considera que elaborar os EIA dos sub-projetos do projeto Cluster do Pego em separado é um exercício contraproducente e contrário aos valores do processo de AIA, tal como decretados no Decreto-Lei n.º 151-B /2013 de 31 de outubro, na sua redação atual.

Se o objetivo de todo o processo de AIA é ser um instrumento preventivo fundamental da política de desenvolvimento sustentável, não conseguem compreender as razões para que elementos fundamentais ao funcionamento do projeto, como é o caso dos vários trechos das linhas elétricas e as várias subestações, sejam avaliados à parte, especialmente tendo essa divisão sido feita pelo promotor.

O EIA divide o projeto do Cluster do Pego em grupos separados (Grupos 1, 2, 3 e 4) em vez de o tratar como uma entidade única e interligada, o que, apesar de simplificar o processo de avaliação, cria o risco de ignorar os efeitos combinados de vários projetos no mesmo ecossistema.

A análise dos diferentes projetos não é feita ao mesmo tempo, o que significa que os impactos cumulativos não podem ser totalmente avaliados. Esta abordagem fragmentada permite que os promotores subestimem a verdadeira dimensão dos danos ambientais.

Uma vez que são peças “essenciais ao funcionamento do Projeto do Cluster do Pego, na sua totalidade” (como referido no EIA para o GRUPO 3), a conclusão que se tira é que, ao se avançar com a fase de construção do projeto do grupo 1 e grupo 2, que já recebeu aprovação condicionada, serão considerados os processos de AIA dos grupos seguintes apenas processos administrativos e burocráticos que se limitam a justificar uma decisão que já está tomada.



Figura 1 - A avaliação por partes de um projeto planeado na sua totalidade como este vai totalmente contra os objetivos primeiros do AIA, tal como plasmados no respetivo diploma do Regime Jurídico de AIA

Os projetos foram divididos por “tipologia/estado de maturação” e foi aplicada uma “estratégia de licenciamento (AIA)” (pág. 8 do EIA). Esta estratégia de licenciamento apenas revela a vontade de contornar as avaliações necessárias que seriam incumbidas ao projeto como um só.

Ponto 2 - Ignorou-se as áreas menos sensíveis para desenvolvimento de renováveis

Mais uma vez, como tem sido hábito neste tipo de projetos, o projeto em apreciação revela uma total negligência na consideração, como critério de seleção de locais, da compatibilidade com valores de biodiversidade e sociais, demonstrando ignorar a existência de áreas menos sensíveis (tal como definidas pelo LNEG) igualmente próximas da subestação do Pego e decidindo avançar com a implementação numa área não incluída em nenhum dos cenários de áreas menos sensíveis.

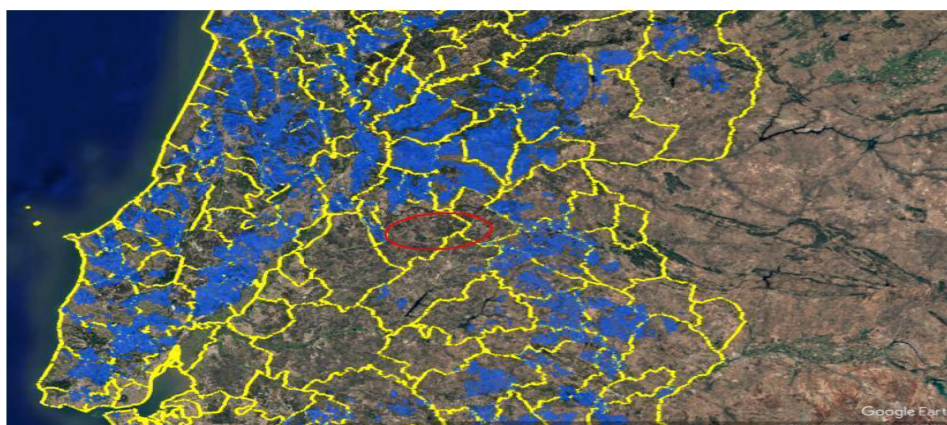


Figura 2 - Enquadramento do projeto nas áreas menos sensíveis do cenário 1 (com menos restrições) de acordo com o mapeamento das áreas menos sensíveis para potencial instalação de unidades de geração de eletricidade renovável solar fotovoltaica e eólica, realizado pelo LNEG: <https://www.lneg.pt/atualizacao-do-mapeamento-das-areas-menos-sensiveis-para-potencial-instalacao-de-unidades-de-geracao-de-eletricidade-renovavel-solar-fotovoltaica-e-eolica/>

A ZERO emite um parecer desfavorável à aprovação do projeto, argumentando que ele deveria ser analisado como um só (Cluster do Pego). Dado que essas condições não foram atendidas, a organização considera que não há bases suficientes para a emissão de uma decisão de conformidade ambiental para o projeto.

Vulture Conservation Foundation (VCF), em representação do consorcio Projeto LIFE Aegypius return

O projeto LIFE Aegypius Return foca-se na conservação do abutre-preto (*Aegypius monachus*) em Portugal e no oeste de Espanha, detendo informação detalhada e atualizada sobre a espécie, relevante para mitigar impactos de projetos como aqueles que estarão relacionados à reconversão do Centro Eletroprodutor do Pego.

Sobre o Projeto em avaliação fazem a seguinte recomendação:

- Sejam revistos ou reapreciados os impactos cumulativos sobre as aves planadoras.
- Sempre que possível, se opte pelo enterramento das linhas elétricas, que é claramente a melhor solução técnica para eliminar riscos de colisão. Quando tal não for possível, deve investir-se numa ótima sinalização das linhas, com recurso às melhores soluções técnicas disponíveis (de momento, dispositivos do tipo *fireflies*).
- Sejam impreterivelmente cumpridas todas as recomendações técnicas relativas à LMAT, considerando toda a área de impactos cumulativos em torno do Centro Electroprodutor do Pego como “Crítica”, no que respeita ao risco de colisão face à sua *utilização de forma relevante durante a época de reprodução* por parte do abutre-preto e pelo seu reconhecimento como *corredor de dispersão de importância reconhecida*.
- Seja reconhecido o efeito de exclusão e o efeito barreira para aves planadoras.
- Sejam discutidas e apresentadas medidas de redução do risco acrescido de colisão com linhas elétricas pelo facto de se adicionarem pequenos ruminantes para controlo da vegetação junto aos empreendimentos.
- Reconhecendo a importância e necessidade da produção de energia com base em fontes renováveis, sejam discutidas, com as partes interessadas na conservação do património natural, e das aves em particular, a implementação de medidas compensatórias face ao significativo, inevitável e irreversível impacto que o Centro Eletroprodutor do Pego terá na região.

Ação Ambiental para o Barlavento manifesta a sua preocupação na questão relacionada com a fabricação e proveniência dos painéis e questiona a posição da empresa sobre este assunto.

Cidadãos: 22 cidadãos (10 concordam/sugestão; 12 cidadãos discordam).

Os Cidadãos que concordam com o projeto, referem que:

- Este projeto oferece várias vantagens, tanto para a região como para o País.
- Contribui para a produção de energia limpa, combate às alterações climáticas e redução da dependência de fontes não renováveis.
- Promove o desenvolvimento económico local, cria empregos, atrai investimentos e melhora a qualidade de vida da população.
- Reduz custos energéticos a longo prazo, fortalece a competitividade de Portugal e contribui para a preservação ambiental, alinhando-se com as políticas de descarbonização e transição energética do Acordo de Paris.

Os cidadãos que discordam apontam as suas preocupações com a execução do Projeto, referem que a proposta dos "Projetos Solares de Héliade e Torre das Vargens", não obstante os benefícios que procura trazer em termos de sustentabilidade, tem na sua implementação no território, um impacto negativo considerável a vários níveis e dimensões, numa desproporionalidade que deverá ser reavaliada.

Listam-se, algumas das preocupações manifestadas com a instalação do Projeto em avaliação:

- Ao abrigo do artigo 66º da Constituição da República Portuguesa, entendo o direito à fruição e a qualidade da paisagem rural do Alto Alentejo com um direito que poderá estar em risco se estes projetos forem implementados;
- A utilização de grandes áreas para implantação de painéis, em zonas classificadas e salvaguardadas no PDM do Crato;
- A intersecção, a montante da aldeia, da Central com a Ribeira de Monte da Pedra, um recurso essencial na dinâmica e valorização desta localidade;
- A intersecção da área de implantação de painéis com o "caminho do Chamiço", um percurso histórico que liga o Monte da Pedra ao lugar do "Chamiço", atualmente um percurso pela natureza, junto à Ribeira, que une a atual aldeia à antiga povoação, ainda com vestígios da ocupação (ruínas de moinho, forno, habitações em pedra) e um lugar de interesse ativamente visitado e com longa tradição de celebração por parte da comunidade da região;
- A provável intersecção do traçado da linha elétrica em zonas arqueológicas na área de atravessamento do Rio Sor, nomeadamente antas e sepulturas antropomórficas presentes nas localizações apresentadas;
- A metodologia de recolha de testemunhos orais que sustenta a análise de bens patrimoniais é omissa;
- A auscultação das populações locais acerca da instalação deste futuro projeto está por evidenciar;
- A mitigação de destruição/ de Recursos patrimoniais de natureza arqueológica (períodos mesolítico, períodos romano e medieval) e etnográfica está por evidenciar;
- A atratividade turística desta micro-região poderá estar em risco com a instalação dos projetos; A análise de "Socioeconomia" é, por isso, insuficiente, tomando como referência a taxa de desemprego e sem uma análise da CAE apresentada no quadro respetivo.
- A documentação não apresenta medidas de salvaguarda do direito à fruição pelas populações rurais, dos espaços e dos outros patrimónios rurais existentes na área a intervencionar. Exemplificando: caminhos rurais da Freguesia de Monte da Pedra são com frequência limitados por muros de pedra cujas formas são valorizadas pela comunidade e constituem saberes-fazer ancestrais. Precauções contra a sua destruição pela trepidação e circulação de maquinaria poderiam/deveriam ter sido tomadas.
- Na Freguesia de Monte da Pedra, o lugar de Chamiço, que guarda a memória da comunidade, é ponto anual de uma romaria comunitária católica. A festividade atrai alguns turistas e visitantes, bem como dezenas de pessoas da aldeia e região, e seus familiares. Está igualmente omissa nos documentos uma avaliação o impacto socioambiental que os Projetos terão sobre este evento. O acesso físico e social ao lugar de Chamiço deve ser preservado.
- Os Arqueólogos portugueses e estrangeiros estudaram na região de Crato as marcas do povoamento (villae) e da paisagem rural no tempo da Lusitânia (Carneiro, 2021). Dois mil anos após esse tempo, hoje a comunidade de cientistas demonstra o valor patrimonial da região, plena de elevada densidade de bens arqueológicos ali existentes. Este valor patrimonial e paisagístico não sobreviverá se os Projetos forem implementados.
- A Paisagem é um processo social que não se faz sem as pessoas, nem se faz colocando à margem a expressão livre da vontade das populações.
- Estas lacunas teriam sido colmatadas recorrendo a triangulação com outros métodos de recolha de dados consonantes com os procedimentos científicos de ciências sociais (levados a cabo por sociólogos, antropólogos e economistas).

- A construção da central no Monte da Pedra (tal como noutros locais) tem impacto na paisagem local. Na freguesia do Monte da Pedra o impacto é mais grave, dado que as suas paisagens estão praticamente intocadas (não há sequer indústria na zona) e seguramente é um dos aspetos mais importantes da zona.
- A central não deverá ser visível de nenhum ponto da aldeia, nem de nenhum ponto turístico/histórico (ou com potencial turístico) nas imediações.
- A questão das linhas de alta tensão aéreas também é uma preocupação.
- A zona do Monte da Pedra tem uma predominância de terrenos florestais, pelo que, ter os cabos aéreos coloca em risco a própria instalação em caso de incêndio, e aumenta o risco de incêndio provocado pela linha.
- A linha devia ser enterrada, apesar do aumento do custo e da dificuldade técnica extra. Esta solução não teria impacto negativo nas populações, e podia até trazer benefício às mesmas, se na mesma trincheira fosse aplicada fibra ótica para que as populações do Monte da Pedra e do Sume tivessem bons acessos de internet (o que não se espera num futuro próximo).
- A falta de boa comunicação digital é um fator de atraso ao desenvolvimento da zona.
- Poderia ainda ser alargada para proteção contra incêndios e com a criação de uma faixa para circulação de bicicletas e similares (há muitos ciclistas na zona que têm de andar em perigo).
- A estrada principal de acesso ao Parque Fotovoltaico será a estrada municipal M 532, não existe a preocupação com a manutenção/reparação da mesma, dado o aumento de tráfego referido, esta é a principal estrada de acesso a Aldeia do Monte da Pedra.

Como conclusão estes cidadãos mostram a suas preocupações sobre o impacto do Projeto destacando-se a questão da descaracterização da paisagem rural ao património local. A sua preocupação com a implantação de painéis solares em áreas classificadas, a possível intersecção com zonas arqueológicas e percursos históricos, e o impacto na atratividade turística. A falta de consulta às populações locais, a omissão de medidas de mitigação e a ausência de proteção ao património cultural, arqueológico e natural são criticadas. É sugerido, também, a necessidade de enterrar linhas elétricas para evitar riscos de incêndio e melhorar a infraestrutura digital da região bem como o melhoramento da Estrada Municipal M532, estrada principal de acesso a Aldeia do Monte da Pedra.

Reforçam, ainda, que a implantação deste projeto nos moldes apresentados, pode retirar a este lugar uma das suas características identitárias e o seu principal fator de valorização, precisamente a relação do lugar com os elementos naturais. Caso se venha a executar com esta configuração, este projeto da Central Fotovoltaica da Heliade, contribuirá ativamente para a descaracterização do lugar e, conseqüentemente, para o aumento da tendência de despovoamento desta região.

Torna-se, assim, imprescindível proteger estes lugares (e não destruir) onde o encontro com a natureza ainda é equilibrado, acolhedor, em contraste com a precipitação que se assiste nos locais excessivamente intervencionados pelo Homem, onde esse elo desapareceu.

ANEXO

Exposições Recebidas



Dados da consulta

Nome resumido	Projetos Solares de Heliade e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 KV
Nome completo	Projetos Solares de Heliade e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 KV O projeto em análise é constituído pelo seguinte: • Central Fotovoltaica de Heliade (82,17 MWp) – CFH (que engloba todas as componentes do projeto da central e respetiva subestação 33 kV/220 kV) em fase de Projeto de Execução; • Conjunto de corredores alternativos (para posterior definição do corredor preferencial) entre a subestação de Heliade e a Subestação de Comenda (SCM) (avaliada no grupo 3 do Cluster do Pego) onde se desenvolverá o futuro projeto da linha elétrica de 220 kV – LE-CFH.SCM, em fase de Estudo Prévio; • Central Fotovoltaica de Torre das Vargens(100,72 MWp) – CFTV (que engloba todas as componentes do projeto da central e respetiva subestação 33 kV/220 kV) em fase de Projeto de Execução; • Corredor entre a Subestação da Central Fotovoltaica de Torre das Vargens e o apoio 4/35 (AP4/35), onde se desenvolverá o futuro projeto da linha elétrica de 220 kV – LE-CFTV.AP4/35, em fase de Estudo Prévio. O apoio 4/35 (AP4/35) faz parte da Linha Elétrica da Subestação de Comenda à Subestação do Parque Eólico de Cruzeiro avaliada no grupo 3 do Cluster do Pego (LE-SCM.PEC)
Descrição	
Período de consulta	2025-01-30 - 2025-03-12
Data de início da avaliação	2025-03-13
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	ENDESA GENERACIÓN PORTUGAL, S.A.
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	Cristina Sobrinho

Eventos

Documentos da consulta

Técnico (RNT); EIA Peças Desenhadas;
Aditamento EIA; EIA Anexos;
Localização

Nº Participações 29
Nº Seguidores 41

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	5
Discordância	12
Geral	7
Proposta concorrente	0
Reclamação	2
Sugestão	3

Participações

ID 82595 Eduarda Subtil em 2025-03-12

Comentário:

Junto envio meu contributo

Anexos: 82595_AIA_3741_Projecto_CF_HELIADE_final.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82594 CHIRO - Associação Morcegos.PT em 2025-03-12**Comentário:**

A descrição da situação de referência do grupo dos morcegos é aceitável tendo em conta os objetivos propostos, mas considera-se que deveria ter sido mais robusta, nomeadamente ao nível do tempo de amostragem por local (ex: mínimo de 4 horas consecutivas, após o pôr-do-sol). Esta é uma situação que pode ser corrigida nos planos de monitorização a implementar nas centrais fotovoltaicas, e que não causará problemas de comparação de dados, apenas a necessidade de ajustar os novos dados aos da situação da referência, sempre que for necessário compará-los. Recomenda-se que a análise cumulativa dos impactos avalie para a fase de exploração dos diferentes projectos o impacto cumulativo da mortalidade de quirópteros por colisão com aerogeradores. Este elevado e significativo impacto negativo devido ao número elevado de aerogeradores instalados e a instalar na região (mais de 45), está sobejamente documentado e existem numerosas diretrizes para a sua avaliação e minimização a nível nacional, europeu e mundial. Recomenda-se que sejam implementadas medidas de mitigação de perda de habitat e de minimização do efeito barreira. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos. Terá que ser ainda implementado um plano de monitorização que inclua a avaliação de alterações na comunidade dos morcegos da região (diversidade e atividade), e da eventual mortalidade com as infraestruturas dos projetos. A monitorização da mortalidade potencial de quirópteros deverá ser realizada nas zonas dos painéis fotovoltaicos e ao longo das vedações, com amostragens semanais para deteção de cadáveres de Março a Outubro e amostragens de fatores de correção de estimativas de mortalidade (eficácia de deteção e taxas de remoção).

Anexos: 82594_PARECER_TÉCNICO_SOBRE_EIA_CSF_Heliade-Torre_Vargens.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82593 Francisco Anselmo em 2025-03-12**Comentário:**

O projeto em Monte da Pedra tem de ser reajustado na sua dimensão porque afeta património paisagístico, natural. Os seus impactos de acordo com o projeto atual deverão levar a freguesia a de ser recompensada pela perda deste património

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82591 Helena Bragança em 2025-03-12**Comentário:**

Na Freguesia de Monte da Pedra este projeto deve ser reajustado porque a dimensão programada interfere de maneira substancial com um património paisagístico, natural, sociológico e arqueológico de grande importância. A próprio EIA o sublinha. Esta freguesia e os seus habitantes vão ficar lesados diretamente e por isso devem ser recompensados pela perda deste património.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82588 João Pedro Guerreiro Martins em 2025-03-12**Comentário:**

Boa noite! Seguem comentários em anexo. Cumprimentos Pedro Martins

Anexos: 82588_Projecto Solar do Pego.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82584 MARCO FERNANDO DUQUE DE MENDONÇA em 2025-03-12**Comentário:**

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3741 – Projectos Solares de Heliade e Torre das Vargens e respectivas ligações a 220KRIBEIRA DE MONTE DA PEDRA _ LUGAR HISTÓRICO DO CHAMIÇO A Aldeia de Monte da Pedra, é dividida por uma Ribeira, um recurso natural inigualável no nosso território, no Concelho do Crato, onde a simbiose entre a natureza e a vida humana são um claro fator diferenciador de toda uma vida e uma clara mais-valia para toda a população. Esta Ribeira, que tem sido a base, onde se cimentam as raízes das populações e onde partiram os alicerces para a origem da freguesia de Monte da Pedra. Aldeia que tem como uma das suas origens, o Histórico Lugar do Chamiço, uma antiga Povoação, um Lugar onde todos os anos se reúnem os montepedrenses em festa rural, em homenagem a Stº Isidro, e a todos os lavradores. A Construção de uma Infraestrutura desta dimensão, que incidirá claramente sobre toda esta história, é muito preocupante, este projeto incide sobre as duas margens da Ribeira de Monte da Pedra, ficará com uma proximidade muito efetiva ao Histórico Lugar do Chamiço, o que marcará para todo o sempre a relação existente, e afetiva entre as pessoas e a sua história. Também é preocupante toda a destruição de habitat natural, junto a uma ribeira que permite a vivência de inúmeras espécies de vida animal, inclusivamente a Lontra de Água doce, muitas vezes avistada nesta Ribeira. Chamar atenção, que a movimentação e distribuição de solos nas margens da Ribeira de Monte da Pedra, a jusante da Aldeia, poderá agravar ainda mais aquilo que se verifica todos os anos, e mais em anos de muita pluviosidade, o transbordar da ribeira para as suas margens e muitas vezes atingindo as casas na sua envolvente, com episódios de cheias e danos materiais em infraestruturas públicas e privadas. Existem registos que podem confirmar o caudal da ribeira em tempos de cheias. Relato

ainda, uma situação que os organismos públicos permitiram acontecer, e ninguém tem a coragem de obrigar a sua correção, que tem a ver com o saneamento na freguesia de Monte da Pedra, onde se repetem os episódios, ano após ano, desde a instalação de estações elevatórias no leito de cheia da Ribeira de Monte da Pedra, com descargas frequentes, são dias e dias de esgoto a correr para a Ribeira, contaminando assim um recurso natural. Este problema persiste nas estações elevatórias responsabilidade da Câmara Municipal do Crato, assim como na estação Elevatória responsabilidade das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, um autêntico crime ambiental! Estas Estações Elevatórias e a própria Estação de Tratamento de Saneamento, trabalham 24 horas sob 24 horas em tempo de chuva, em tempo de Ribeira cheia, e a transbordar para o seu leito de cheia, tratando assim 24 horas por dia, água limpa das chuvas. Existe, um projeto de Reabilitação da Ribeira de Monte da Pedra, inserido no Orçamento e GOPS da Câmara Municipal do Crato, reabilitação que está projetada, com intervenção a montante e a jusante da Aldeia de Monte da Pedra, interligando assim a Aldeia atual, com o Lugar Histórico do Chamiço e as Termas de Monte da Pedra, alicerçando ainda mais aquilo que são as nossas origens as nossas raízes. Este projeto visa potenciar ainda estes lugares como atração turística que já são, para um nível superior de interesse, alavancando assim os investimentos turísticos, na reabilitação de habitações, investimentos na área do alojamento local e comércio de proximidade. A ser construído este empreendimento, a justificação para esse investimento, com base nessa mesma vertente, cairá por terra, pois aquilo que é um valor natural, deixará de o ser. Com a construção deste empreendimento, as populações do Concelho do Crato, da Freguesia de Monte da Pedra, nas suas rotinas diárias, normais e naturais, para o trabalho, para o passeio, para os festejos no Lugar Histórico do Chamiço, serão confrontadas com estruturas solares, a Aldeia ficará rodeada destas infraestruturas, Estradas Municipais, Caminhos Públicos, Caminhos Vicinais ... Nada será igual, a partir do momento em que esta pretensão seja efetiva, e se execute neste território.

Anexos: 82584_Ribeira - Transborda a montante da Ponte (3).zip

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82582 Daniel Pires em 2025-03-12

Comentário:

A proposta dos "Projetos Solares de Heliade e Torre das Vargens", não obstante dos benefícios inequívocos que procura trazer em termos de sustentabilidade na transição justa da Central do Pego tem, na sua implementação no território, um impacto negativo considerável a vários níveis e dimensões, numa desproporcionalidade que deverá procurar ser reavaliada. Abordando mais em concreto a Central Fotovoltaica da Heliade (pelo facto de possuir um maior conhecimento de causa sobre a zona afetada) constata-se que o projeto prevê a implantação de um elevado número de painéis muito próximo da localidade de Monte da Pedra (a cerca de 1300m de distância), ocupando os quadrantes a nascente e sul da aldeia, numa área total 3 a 4 vezes superior a esta. Em conjunto com esta desproporcionalidade de escala, que terá um impacto bastante negativo, com a alteração significativa da paisagem em grande parte da envolvente e junto a dois dos três acessos viários existentes a Monte da Pedra, existem também incompatibilidades com: 1 - a utilização de grandes áreas para implantação de painéis, em zonas classificadas e salvaguardadas no PDM do Crato; 2 - a intersecção, a montante da aldeia, da Central com a Ribeira de Monte da Pedra, um recurso essencial na dinâmica e valorização desta localidade; 3 - a intersecção da área de implantação de painéis com o "caminho do Chamiço", um percurso histórico que liga o Monte da Pedra ao lugar do "Chamiço", atualmente um percurso pela natureza, junto à Ribeira, que une a atual aldeia à antiga

povoação, ainda com vestígios da ocupação (ruínas de moinho, forno, habitações em pedra) e um lugar de interesse ativamente visitado e com longa tradição de celebração por parte da comunidade da região;4 - a possível intersecção do traçado da linha elétrica em zonas arqueológicas na área de atravessamento do rio Sor, nomeadamente antas e sepulturas antropomórficas presentes nas localizações apresentadas;[segue anexo com o desenvolvimento das observações acima levantadas]A implantação deste projeto, nos moldes apresentados, poderá retirar a este lugar uma das suas características identitárias e o seu principal fator de valorização, precisamente a relação do lugar com os elementos naturais. Caso se venha a executar com esta configuração, este projeto da Central Fotovoltaica da Heliade, contribuirá ativamente para a total descaracterização deste lugar e, conseqüentemente, para o aumento da tendência de despovoamento desta região. Torna-se assim imprescindível proteger (e não destruir) estes lugares onde o encontro com a natureza ainda é equilibrado e acolhedor, em contraste com a precipitação que se assiste nos locais excessivamente intervencionados pelo Homem, onde esse elo desapareceu. Lisboa, 12 Março 2025Daniel Pires, Arquitecto

Anexos: 82582_2025-03-12_CentralHeliade_ParticipacaoPublicaDP.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82579 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável em 2025-03-12

Comentário:

Exmos/as. senhores/as, Junto se anexa parecer da ZERO relativo a este projeto. Cumprimentos, A direção da ZERO

Anexos: 82579_Parecer ZERO - Projetos Solares de Heliade e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 KV.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82578 Tiago José Casaca de Matos em 2025-03-12

Comentário:

Considerando que: - Estamos inseridos numa das regiões mais pobres do País, onde a população é envelhecida, onde sistematicamente houve um desinvestimento dos sucessivos governos da República Portuguesa. Não temos meios de comunicação que nos liguem com eficiência as várias vias de comunicação. Temos estradas degradadas, Linhas ferroviárias desativadas (Ramal de Cáceres), para nós nos ligarmos ao mundo, temos uma Internet fraca, obsoleta e muitas vezes os custos dessa tecnologia obsoleta é consideravelmente superior ao das novas tecnologias, isto Porque? Porque não vale a pena investir na população deste concelho, deste Distrito, que não merece investimento, simplesmente porque não trás votos. É uma tarefa hercúlea viver aqui! O que nos resta? - Tentar criar condições, para que, quem nos visita poder apreciar. Cuidar daquilo que é nosso e daquilo que "Deus" nos deu. Temos que cuidar do património histórico da freguesia, do património hídrico, do património natural, como a fauna a flora, as espécies autóctones a

gastronomia, as paisagens Alentejanas, que muitos procuram pela paz e pela beleza que transmite, que também é património, que não pode ser mensurável, em suma tudo aquilo que nos define como Alentejo. Ao ser implementado este projeto, iremos perder parte dessa identidade. Quando formos ao Chamiço a paisagem irá estar dominada, por uma extensa e monótona paisagem de "searas" de painéis solares, quando fizermos as nossas caminhadas pelos caminhos históricos da freguesia, em vez de complementarmos uma paisagem natural, será sempre algo artificial e mecânico. Não será isto certamente que queríamos deixar aos nossos filhos, como legado e herança. A nossa terra nunca mais será a mesma pelo menos na minha vida útil. Quem beneficia? - A ENDESA, os proprietário, nada contra, sou a favor que cada um rentabilize os seus ativos da melhor forma que idealize e consiga. O Município, que certamente irá receber alguma verba em jeito de indemnização ou compensação pela implementação do projeto no concelho, que distribuirá conforme entender. A nós que custo - benefício nos trará? - Não vai criar postos de trabalho, para que os jovens da freguesia se possam fixar na sua terra. Não irá trazer visitantes à terra, poderá na sua construção trazer algum movimento às lojas e comércio da freguesia, mas será efêmero, até as empresas locais não beneficiaram da sua construção, pelo menos em algo considerável, portanto o benefício é residual. Poderia haver um compromisso com o Município, onde este se comprometesse a pelo menos deixar na freguesia, parte do valor que receberá desta compensação, para que possamos beneficiar de projetos estruturantes e equipamentos necessários para a nossa freguesia. Os proprietários dos terrenos abrangidos, poderiam também eles fazerem um "forcing" junto das entidades envolvidas, para que isso fosse uma realidade. Não sou contra a energia verde, não sou contra as energias renováveis tampouco contra a sustentabilidade ambiental e energética e neste caso concreto, acho que deveriam ser tomadas medidas mitigatórias, para que o impacto fosse o menos possível, salvaguardar os nossos caminhos históricos, salvaguardar a nossa ribeira para que se possa tranquilamente passear junto às suas margens, talvez recuando os painéis, ou tomando outras medidas que nos ajudem a minimizar o choque visual que nos afetara a todos. Como já referi não sou contra o projeto e a sua filosofia, mas se tivermos que o receber ao menos que sejamos compensados por isso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82575 Alexandra Matos em 2025-03-12

Comentário:

A freguesia de Monte da Pedra, à semelhança da maioria das pequenas aldeias do interior, encontra-se esquecida pelo poder central. As estradas municipais encontram-se bastante danificadas, o acesso à internet é rudimentar, o trabalho escasseia. Apesar de todos esses "se não", a nossa aldeia é muito bonita, acolhedora e com uma beleza natural especial. Somos a única freguesia do Concelho do Crato cujo um curso de água natural passa por dentro da freguesia. A nossa ribeira é sem dúvida um bom cartão de visita, mas não é o único "chamariz". Após a pandemia, o Turismo Rural disparou. A procura de locais sossegados com pontos de interesse para visitar são bastante apreciados e felizmente a nossa freguesia tem tudo isso para oferecer. O Lugar Histórico do Chamiço, Lage de Sto. Estevão, Penedo Gordo, Ribeira da Freguesia, Ponte Sorinho, são exemplos do nosso património histórico e natural. Património esse que será completamente comprometido com a implementação dos painéis solares e linhas de alta tensão. O que vamos encontrar nas próximas caminhadas que fizermos? A nossa Freguesia oferece caminhadas por lugares históricos, com paisagens naturais lindas. A localizaram dos painéis solares (principalmente

na zona do Chamiço, Fonte Santa e perto da zona ribeirinha) vão descaracterizar por completo aquilo que a nossa aldeia tem de melhor. Em alternativa e sem prejudicar os proprietários dos terrenos, devem deslocar a implementação dos painéis para zonas menos visíveis, que não interfiram com o nosso património histórico e natural. Outra coisa a ter em conta, a empresa Endesa oferece formações, possibilidade de postos de trabalho (durante o período de construção dos painéis)... sendo a população maioritariamente idosa, não vão usufruir de nada do que a empresa está inicialmente a "oferecer". O comércio local pode beneficiar pelo período de um ano/ano e meio, mas depois dos painéis estarem implementados, voltamos ao "mesmo", a única diferença é que ao sair de casa, quer olhemos para a direita quer olhemos para a esquerda, vamos estar a contemplar painéis solares. E a população? O que beneficia com isso? Pelo exposto, não sou contra a implementação de painéis solares, o nosso país deve produzir e ser auto suficiente, no entanto não concordo com a localização dos painéis solares e linhas de alta tensão junto à zona ribeirinha, Chamiço e Fonte Santa. Procurem lugares menos expostos, onde não prejudiquem a beleza natural que temos para oferecer.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82574 Câmara Municipal do Crato em 2025-03-12

Comentário:

Projetos Solares de Heliade e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 KV - Vestígios arqueológicos e etnográficos

Anexos: 82574_declaracao_heliade_arq_CMC.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82573 Câmara Municipal do Crato em 2025-03-12

Comentário:

Declaração da Câmara Municipal do Crato referente à implantação no Concelho dos denominados Projetos Solares de Heliade e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 KV

Anexos: 82573_declaracao_heliade_CMC.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82558 Patrícia Carvalho em 2025-03-12**Comentário:**

Discordo pelo impacto negativo que o projeto terá na paisagem.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82552 António Sousa em 2025-03-12**Comentário:**

Monte da Pedra, típica aldeia do interior alentejano. As pessoas que procuram a nossa aldeia, procuram descanso, sossego, conforto. Terminada a pandemia as pessoas passaram a procurar mais o interior. A nossa zona tem para oferecer um património natural lindíssimo. Monte da Pedra não é exceção. Com uma zona ribeirinha de fazer inveja, locais históricos com vários monumentos romanos e pontos de interesse para serem visitados (Chamiço, Penedo Gordo, Lage de Sto. Estevão, entre outros), e campos verdejantes de perder de vista. A minha maior preocupação com a implementação dos painéis solares na freguesia é mesmo a descaracterização da nossa maior riqueza, o nosso património natural. Não será de todo bonito fazer caminhadas e ao mesmo tempo ver campos verdejantes com animais nas suas pastagens, ver painéis solares. Fazer uma caminhada pela zona ribeirinha e pelo Chamiço não será a mesma coisa. É necessário preservar as nossas zonas históricas, o nosso património natural como a ribeira e o Chamiço. O desenvolvimento e evolução precisa-se, mas sem destruir o que de melhor a nossa aldeia tem para oferecer. Tem de se encontrar alternativas, implementar os painéis em zonas que não afetem a nossa paisagem natural. Outro aspeto que me deixa bastante apreensivo é o facto de os habitantes não beneficiarem com este investimento, vêem o seu património natural alterado sem qualquer benefício para a população em geral.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82535 Ema Cláudia Ribeiro Pires em 2025-03-12**Comentário:**

Designação do Projeto: Projetos Solares de Heliade e Torre das Vargens e respectivas ligações a 220 KV
Proponente: Endesa Generacion Portugal, S.A.
Localização nos concelhos de Crato, Gavião e Ponte de Sor
PARECER DESFAVORÁVEL
1. Ao abrigo do artigo 66º da Constituição da República Portuguesa, entendo o direito à fruição e a qualidade da paisagem rural do Alto Alentejo com um direito que poderá estar em risco se estes projetos forem implementados;
2. A metodologia de recolha de testemunhos orais que sustenta a análise de bens patrimoniais é omissa;
3. A auscultação das populações locais acerca da instalação deste futuro projeto está por evidenciar;
4. O texto continua a ter erros de ortografia e sintaxe não admissíveis numa documentação apresentada ao

Estado Português pela Proponente Endesa;5.A mitigação de destruição/ de Recursos patrimoniais de natureza arqueológica (períodos mesolítico, períodos romano e medieval) e etnográfica está por evidenciar ;6.A atratividade turística desta micro-região poderá estar em risco com a instalação dos projetos; A análise de “Socioeconomia”, (pp106Volume V – Elementos Adicionais) é, por isso, insuficiente, tomando como referência a taxa de desemprego e sem uma análise da CAE apresentada no quadro respetivo.7.Se os Projetos forem efetivados, o bem-estar animal dos seres vivos que pastoreiam nas zonas de pastagens remanescentes poderá estar em risco.8.A documentação apresentada omite medidas de salvaguarda do direito à fruição pelas populações rurais, dos espaços na dos outros patrimónios rurais existentes na área a intervencionar. Exemplificando: caminhos rurais da Freguesia de Monte da Pedra são com frequência limitados por muros de pedra cujas formas são valorizadas pela comunidade e constituem saberes-fazer ancestrais. Precauções contra a sua destruição pela trepidação e circulação de maquinaria poderiam/deveriam ter sido tomadas. 9.Na da Freguesia de Monte da Pedra, o lugar de Chamiço, que guarda a memória da comunidade, é ponto anual de uma romaria comunitária católica. A festividade atrai alguns turistas e visitantes, bem como dezenas pessoas da aldeia e região, e seus familiares. Está igualmente omissa nos documentos uma avaliação o impacto socioambiental que os Projetos terão sobre este evento. O acesso físico e social ao lugar de Chamiço deve ser preservado,10.Arqueólogos portugueses e estrangeiros estudaram na região de Crato as marcas do povoamento (villae) e da paisagem rural no tempo da Lusitânia (Carneiro, 2021). Dois mil anos após esse tempo, hoje a comunidade de cientistas demonstra o valor patrimonial da região, plena de elevada densidade de bens arqueológicos ali existentes. Este valor patrimonial e paisagístico não sobreviverá se os Projetos forem implementados. 11.A Paisagem é um processo social que não se faz sem as pessoas, nem se faz colocando à margem a expressão livre da vontade das populações. 12.Pelo exposto, o estudo/proposta apresentado merece, por ora, a nossa discordância, por carecer de fundamentação de aspetos de socio-biodiversidade e recursos turísticos-patrimoniais não contemplados na atual versão. 13.Estas lacunas teriam sido colmatadas recorrendo a triangulação com outros métodos de recolha de dados consonantes com os procedimentos científicos de ciências sociais (levados a cabo por sociólogos, antropólogos e economistas).Ema Pires, Antropóloga

Anexos: 82535_Pronunciamento_Endesa_Ema_Pires.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82534 Freguesia de Monte da Pedra em 2025-03-12

Comentário:

Boa tarde, Na qualidade de presidente da Freguesia de Monte da Pedra, venho desta forma submeter o contributo da Junta de Freguesia de Monte da Pedra apelando a que sejam encontradas mais e melhores medidas de minimização e compensação para a população de Monte da Pedra.Reconhecemos a importância que o projeto tem para o País que pode criar postos de trabalho e dinamizar a economia local. No entanto tem impactes irreversíveis na paisagem e no quotidiano da população de Monte da Pedra.No documento que elaborámos demonstramos preocupações, sugestões e reclamações.Accreditamos que a transição energética tem de ser justa para o proponente, para os proprietários dos terrenos, para as associações e para as comunidades locais.Têm de existir compromisso com medidas concretas que compensem as comunidades locais pelo que identificamos onze medidas que consideramos que devem ser consideradas.Desta forma demonstramos a nossa posição e o nosso compromisso com as políticas energéticas do País, mas

com a premissa de também defender os interesses da comunidade de Monte da Pedra e Sume, bem como o património natural, cultural e histórico da freguesia porque é a nossa identidade Com os melhores cumprimentos, Rui Miguel Subtil Pires

Anexos: 82534_Contributos_Heliade_Freguesia Monte da Pedra_final.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82507 Valter Ferro Guerreiro em 2025-03-11

Comentário:

Boa tarde.- A estrada principal de acesso ao Parque Fotovoltaico será a estrada municipal M 532-1, não verifico no projecto a preocupação com a manutenção/reparação da mesma, visto que pelo que esta escrito, e passo a citar "utilização extensiva por vários veículos, nomeadamente um volume notável de tráfego pesado", este tráfego vai danificar a referida estrada que é a principal estrada de acesso a Aldeia do Monte da Pedra.- Deverá ser considerado a colocação de cortinas arbóreas com o fim de minimização do impacto visual do Parque Fotovoltaico, seja na estrada principal de acesso seja nos caminhos subjacentes às áreas intervencionadas.- Uma vez que o Parque Fotovoltaico é um passo para o futuro, e o propósito para a construção do mesmo assim o indica, e como o projecto em si vai necessitar de uma ligação de ultima geração para que possa ser monitorizado remotamente, propunha que a Endesa ao contratar o operador que providenciará essa ligação, efetuasse um Protocolo com o mesmo operador para que num espaço temporal de ate 2 anos instalasse uma rede de Fibras Ópticas na Aldeia de Monte da Pedra, ação que para a Endesa não incrementa custos mas que para a população fará uma diferença enorme uma vez que estamos a ser servidos pela tecnologia de cobre que nos dias actuais está completamente obsoleta.- Como sugestão, seria de extrema importância para a população da aldeia do Monte da Pedra, assim como para a sede de concelho, a Vila do Crato, que uma equipa de manutenção do Parque Fotovoltaico ficasse sediada na Aldeia do Monte da Pedra. A Autarquia do Crato detém lotes de terreno na Aldeia, nomeadamente na Tapada das Encarreiradas, pelo que poderá ser estabelecido um Protocolo de compromisso entre a Autarquia e a Endesa com o fim de criar condições de habitabilidade para essa equipa ou equipas, servindo assim um dos propósitos da Autarquia na retenção de população activa no Concelho.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82454 Accção Ambiental para o Barlavento em 2025-03-09**Comentário:**

Como ambientalista apoio quase qualquer iniciativa para gerar electricidade fotovoltaica. Como pessoa preocupada pelos direitos humanos, contudo, objeto ao emprego forçado da comunidade Uyghur chinesa no fabrico dos painéis e outros materiais afins. Por favor, qual a posição da Endesa sobre esta questão? No caso de partilhar aquele receio, quês medidas tem tomado a empresa na compra de equipamentos?Obrigado.Antonio Lambe <info@AAmbiental.org>

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Geral**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 82429 Frederico Manuel Zagalo Fernandes em 2025-03-08**Comentário:**

Este projeto oferece inúmeras vantagens, tanto para a região, como para a sustentabilidade energética do país, contribuindo para a produção de energia limpa, ajudando a combater as alterações climáticas e a reduzir a dependência de fontes não renováveis, produzidas a partir de combustíveis fósseis. Além disso, o projeto promoverá o desenvolvimento da economia local, ao gerar empregos diretos e indiretos, atraindo novos investimentos, promovendo a melhoria das infraestruturas e, por conseguinte, a qualidade de vida da população local, combatendo a desertificação da região. O projeto também reduz os custos energéticos a longo prazo, garantindo um fornecimento mais estável e competitivo. Ao adotar tecnologias inovadoras, fortalece a competitividade de Portugal no cenário internacional, cada vez mais incerto. Quanto aos benefícios ambientais, contribui para a redução das emissões de CO2 e preservação dos recursos naturais. Este projeto vai ao encontro das políticas públicas de descarbonização e transição energética, representando uma importante oportunidade para o nosso país no que diz respeito à produção de energia sustentável, à transição energética e ao cumprimento das metas acordadas no Acordo de Paris.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Concordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 82373 Maria Leite em 2025-03-07**Comentário:**

Em caso de incêndio nos painéis, foi avaliado o risco do incêndio se alastrar por dificuldades reais de combater um incêndio deste género? Os painéis manter-se-ão em combustão enquanto a luz solar incidir neles. Os extintores a utilizar têm de dispersar pó preto para literalmente tapar os sensores solares. Nestes projetos de eletrificação, como o caso das centrais solares fotovoltaicas, o risco de incêndio é real, difícil de combater e passível de alastrar à envolvente (florestal ou urbana). Quais os impactos para o solo e recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) de um evento deste tipo?. Esta vertente tem de estar claramente abordada nos EIA e controlada neste projetos.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Geral**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 82366 LIFE Aegyptius return em 2025-03-07**Comentário:**

Submetemos o comentário por parte do projeto LIFE Aegyptius return.

Anexos: 82366_Parecer-LIFE-Aegyptius-PSHeliade-TorreVar.pdf**Estado:** Tratada**Tipologia:** Geral**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 82325 Manuel Fernandes em 2025-03-05**Comentário:**

Até à data de encerramento da central do Pego era visível os danos na fauna e flora da região, devido a esta ser a carvão. Oliveiras, árvores de fruto e espécies autóctones (sobreiros, azinheiras e carvalhos) estavam em constante seca e redução de densidade, devido à poluição causada pela mesma. Por esta razão é de grande valor a substituição desta central de energias fósseis, para energias renováveis.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Concordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 82324 Bebiana Zagalo em 2025-03-05**Comentário:**

A central solar Heliade localizado no Monte da Pedra, é uma mais valia para a região, pois vem criar desenvolvimento, perspectivas de investimento, logo criação de riqueza, melhores condições sociais para uma povoação com poucas perspectivas de futuro e dependente do poder regional e central. Tudo o que sejam novos investimentos, serem bem vistos. Quanto à paisagem, esta não irá afetar em nada, pois está a uma distância bastante considerável da povoação.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Concordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 82323 ines fernandes em 2025-03-05**Comentário:**

O empreendimento em causa visa desenvolvimento, criação de emprego, investimento em zonas rurais completamente desabitadas o que cria mais valias para a região. Ainda com a vantagem deste investimento ter como base a utilização de energias renováveis.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Concordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 82282 Roberto em 2025-02-28**Comentário:**

Discordo

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 82115 Alexandre Santos em 2025-02-14**Comentário:**

Gostaria de deixar, como sugestão para uma melhor análise, a localização de duas sepulturas antropomórficas na herdade do Couto da Nave, tanto quanto sei inéditas, e que estão, julgo perceber pela análise da documentação, na zona de implementação deste projecto. As sepulturas em causa foram identificadas pelo meu colega João Marques, da Protecção Civil do Município do Crato, tendo-me dado conhecimento do sítio e da sua localização, cujas coordenadas no Google Maps

partilho: <https://maps.app.goo.gl/JfMiVqvzG1CgGRaj7> <https://maps.app.goo.gl/FNLvCwRbEKAmkpaM6> Com os melhores cumprimentos, Alexandre Santos, Museu Municipal do Crato

Anexos: 82115_Conjunto de sepulturas - Couto da Nave.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82097 Renato Augusto Reis em 2025-02-11**Comentário:**

Ok

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82071 Patrick Peeters em 2025-02-08**Comentário:**

É quase uma tradição de apresentar um EIA que supostamente é compatível com todos os IGT e com todas as estratégias nacionais. Obviamente o Promotor refere ao conteúdo que lhe convém. 1) O PNPOT refere à articulação com o ordenamento agrícola e florestal. 2) O PROT- A refere a ERPVA como um corredor ecológico naquela a rede de infraestruturas é considerada um obstáculo e que a conservação da floresta tem que ser promovida. 3) O PNEC 2030 é um Plano de Planos e teve em consideração a Estratégia das florestas e o PROF. 4) O PROF prossegue o interesse nacional, concretize o ordenamento e foi sujeito uma AAE e uma consulta pública. "Os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) são instrumentos setoriais de gestão territorial, previstos na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto) e regulados pelo Decreto-Lei (DL) n.º 16/2009, de 14 de janeiro, alterado pelos DL n.º 114/2010, de 22 de outubro, n.º 27/2014, de 18 de fevereiro e n.º 65/2017, de 12 de junho, que estabelecem normas específicas de utilização e exploração florestal dos seus espaços, com a finalidade de garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados." Refere-se na Nova Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 que os instrumentos de planeamento florestal e.a. o PROF e o PGF são fundamentais para melhorar o estado de conservação do património natural, estes essenciais para a aplicação da política florestal. Concretizar territorialmente as orientações

constantes na Estratégia Nacional para as Florestas é um dos objetivos das ZIF e "os proprietários ou outros produtores florestais não aderentes à ZIF, independentemente da área que detenham, estão obrigados a cumprir as prescrições constantes do PGF da ZIF, exceto se possuírem PGF próprio aprovado nos termos da lei, o qual deve incluir as operações silvícolas mínimas."E na Portaria n.º 336/2019 de 26 de setembro (REN) lê-se: As orientações estratégicas de âmbito nacional e regional foram elaboradas em coerência com os instrumentos de política e estratégias nacionais e comunitárias, sendo de realçar como especialmente relevantes:-O Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade-A Estratégia Nacional das Florestas e os Planos e Programas Regionais de Ordenamento Florestal, cujos objetivos estratégicos e operacionais concorrem e dependem da concretização adequada e coerente da REN-As Prioridades da Agenda Territorial da União Europeia 2020 (1), cuja parte III, relativa às Prioridades Territoriais para o Desenvolvimento da União Europeia, aponta como uma das prioridades territoriais a gestão da paisagem e dos valores culturais das regiões e a conectividade ecológica (prioridade 6), que pretende, entre outros aspetos, integrar os sistemas naturais e as áreas necessárias à proteção dos valores naturais em estruturas verdes, nos diferentes níveis de planeamentoAssim fica comprovado que o Projeto onde este se insere em áreas florestais, sim ou não em Reserva Ecológica, simplesmente faz "corte raso" das normas, regras e dos objetivos doutros instrumentos de planeamento.Prevê-se ainda o abate de 758 quercíneas, sem contabilizar as com tamanho inferior a 1m. Noutros projetos tinha que ser garantida a não afetação de qualquer quercínea (p.ex. Cercal). Vão privilegiar este? Talvez é útil referir ao seguinte:Alteração ao PDM do Município Gavião: impugnação de normas | Contencioso do Estado e Interesses Coletivos e Dif20-09-2024O MP, por intermédio do DCCEICD, instaurou no passado dia 11.09.2024, no TAF de Castelo Branco, ação administrativa de impugnação de normas constantes da segunda alteração ao PDM do Gavião (2022).As normas objeto de impugnação judicial vêm possibilitar, sem outra limitação que não a decorrente da legislação de proteção do sobreiro e da azinheira, a implantação de centrais solares em solos predominantemente destinados ao uso florestal ou agrícola, visando a ação do Ministério Público apurar da conformidade das mesmas com os demais instrumentos de gestão territorial em vigor, nomeadamente com o PROT Alentejo e o PROF Alentejo.Sem prejuízo de dois projetos de centrais solares entretanto em execução no concelho, pretende-se com a presente ação salvaguardar os solos florestais e agrícolas relativamente a futuros projetos incompatíveis com os usos em causa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82044 José Eduardo Castro Freitas em 2025-01-30

Comentário:

Acompanhamento de projecto e condições de exequibilidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

DECLARAÇÃO

Parecer Projetos Solares de Helíade e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 KV (relacionado com a reconversão da Central Termoelétrica do Pego para um complexo híbrido de energias renováveis – Centro Electroprodutor do Pego)

No concelho do Crato, os projetos solar de Helíade-e Torre das Vargens e respetivas ligações, apresentam impactos significativos, especialmente relacionados com a gestão de recursos naturais, patrimoniais, turísticos e a não definição de benefícios económicos para o território.

IMPACTOS NO CONCELHO DO CRATO

Impactos Ambientais e Naturais:

- a) A área de intervenção abrange zonas sensíveis, como quercíneas protegidas. Apesar das medidas de mitigação, é necessário assegurar que os impactos previstos não violam o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Rede Natura 2000 (Decreto-Lei nº 142/2008 e nº 140/99).
- b) Os impactos em fauna, especialmente avifauna e morcegos, podem ser subestimados, apesar das medidas como radares para evitar colisões.

Abate de Quercíneas: O projeto implica o abate estimado de 120 sobreiros e azinheiras, espécies protegidas pela legislação portuguesa. Estas árvores desempenham um papel ecológico crucial na captura de carbono, preservação do solo e manutenção da biodiversidade.

Fragmentação de Habitats: A implantação das infraestruturas, como linhas elétricas e acessos, causará a fragmentação de habitats, dificultando o trânsito de fauna e afetando negativamente espécies endémicas e protegidas.

Aumento do Risco de Erosão do Solo: A remoção de vegetação para as obras expõe o solo a riscos de erosão, agravados pela alteração da drenagem natural na área.

Riscos para a Fauna: A proximidade das infraestruturas às zonas naturais pode impactar espécies avifaunísticas e quirópteros, nomeadamente durante as fases de construção e operação.

Proximidade da infraestrutura linha elétrica (LE-SCM.PEC) à povoação do Sume: A proximidade de infraestruturas, como a linha elétrica associada (LE-SCM.PEC), à povoação do Sume pode alterar significativamente a paisagem local, introduzindo elementos dissonantes numa área com baixa densidade de estruturas artificiais. Essa transformação impactará a integridade visual da região e o sentimento de identidade cultural dos habitantes locais. A proximidade das linhas elétricas às populações apresenta impactos diretos e indiretos relacionados à saúde humana. Estes impactos são avaliados no contexto das condições de vida, qualidade do ar, ruído e exposição a campos eletromagnéticos. A exposição a campos eletromagnéticos (CEM) gerados pelas linhas elétricas é um dos principais aspetos analisados. Estudos internacionais e normativas nacionais, como a *Lei n.º 30/2010*, estipulam limites máximos para proteger a saúde pública. Importa garantir que os valores projetados para este projeto se encontram abaixo dos limites estabelecidos, não prevendo significância em termos de riscos para a saúde humana.

Riscos Patrimoniais: a **Ponte do Sume** é elemento patrimonial potencialmente afetado pelas obras associadas aos acessos e ao traçado da linha elétrica. Este impacto inclui o risco de degradação física ou alteração no enquadramento visual da ponte.

Ruído e Qualidade do Ar: Durante a fase de construção, a movimentação de maquinaria e as obras podem gerar ruído e emissões de partículas, perturbando o ambiente local e afetando a qualidade de vida dos habitantes do Sume.

Gestão Hídrica e Resíduos: O impacto hídrico e a política de "zero resíduos" são apresentados de forma geral, mas poderiam ser detalhados em conformidade com o Decreto-Lei nº 102-D/2020 (gestão de resíduos) e o Decreto-Lei nº 236/98 (qualidade da água).

Transparência de Medidas Compensatórias:

- a) As estratégias de compensação propostas (ex.: recuperação de olivais abandonados) carecem de detalhamento sobre execução, monitorização e garantias de eficácia conforme o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA - Decreto-Lei nº 151-B/2013).

Embora as medidas compensatórias sejam adequadas em teoria, existem fragilidades na abordagem.

Indefinições na compensação: O plano apresentado carece de dados concretos sobre as áreas a serem efetivamente restauradas e as espécies a serem plantadas. Isto reduz a previsibilidade e a capacidade de execução eficiente das compensações.

Impactos cumulativos: A região já enfrenta pressões significativas devido a outras atividades antrópicas. O projeto, ao adicionar infraestruturas e artificializar a paisagem, pode exacerbar esses problemas. Terá também um efeito de precedência para outras explorações de grande escala que se pretendem instalar no Concelho.

Dependência de aprovações futuras: A compensação relacionada às linhas elétricas será avaliada em fases autónomas, o que pode atrasar a implementação de medidas essenciais.

Envolvimento das Comunidades Locais:

Apesar do programa "Creating Shared Value" incluir medidas como formação e carregadores elétricos, a ausência de um plano detalhado de consulta pública pode limitar a integração comunitária, em contrariedade com princípios da participação pública na legislação ambiental (Lei nº 19/2014).

Viabilidade Económico-financeira:

A análise financeira prevê rentabilidade elevada, mas não apresenta cenários robustos para variações substanciais de custos ou alterações regulamentares futuras.

Área proposta e Impactos na freguesia de Monte da Pedra

Área de Intervenção:

A instalação da Central Helíade no Monte da Pedra implica a ocupação significativa de terreno rural. Estima-se que o projeto englobe cerca de 250 hectares para instalação de painéis solares, subestações e vias de acesso. A localização está próxima de áreas de elevado valor paisagístico e cultural, com destaque para aldeias tradicionais e zonas agrícolas que compõem a identidade do território.

Impacto Paisagístico:

A instalação de estruturas solares e linhas elétricas pode desconfigurar a paisagem natural, afetando negativamente o turismo rural e ecológico, que dependem da manutenção de uma paisagem harmoniosa, sendo por isso impactantes em termos paisagísticos. Seria necessária a implementação de barreiras visuais (ex., cortinas arbóreas), que estão previstas e o uso de técnicas que reduzam o contraste entre as instalações e o ambiente.

Ainda assim esta medida deverá ser devidamente esclarecida. A criação de cortinas arbóreas pode ser uma solução eficaz para minimizar o impacto visual das instalações fotovoltaicas, mas a sua eficácia dependerá de vários fatores, como o porte das espécies utilizadas, o tempo de crescimento até atingirem o tamanho desejado e as condições ecológicas da região.

Eficácia das Cortinas Arbóreas com Sobreiro e Azinheira

O sobreiro (*Quercus suber*) e a azinheira (*Quercus ilex*), ambas espécies autóctones do Alto Alentejo, têm um crescimento lento e podem levar décadas a atingir a altura adulta (2 a 3 metros). Este crescimento é ainda mais lento em solos pobres ou sob condições climáticas adversas, como secas frequentes. O tempo necessário para que estas árvores sejam eficazes como barreiras visuais pode ser de 15 a 20 anos, dependendo da gestão florestal, como regas e fertilizações adicionais no período inicial. A introdução de espécies não autóctones pode ter várias consequências negativas, alteração da fauna local, as espécies nativas podem não adaptar-se às novas condições criadas

pelas árvores exóticas, podem originar invasão e competição: substituindo as espécies nativas e prejudicando os ecossistemas locais. Há ainda a salientar que ecossistemas baseados em espécies autóctones são mais adaptados às condições climáticas locais e mais resistentes a alterações climáticas.

Impactos Sociais e Económicos e no Turismo:

A paisagem é um ativo central para o turismo local. A degradação visual e a perceção de industrialização podem reduzir a atratividade do território. A afetação de solos agrícolas pode interferir em atividades agropecuárias, reduzindo a resiliência socioeconómica.

Benefícios Prometidos: O projeto alega a criação de emprego e o aumento do dinamismo regional. No entanto, estes benefícios são limitados em comparação com as potenciais perdas no turismo e na identidade local.

BENEFÍCIOS DIRETOS PARA O CONCELHO DO CRATO

Apesar dos objetivos de desenvolvimento sustentável e transição energética, os benefícios diretos para o Crato são pouco expressivos:

Energia e Infraestruturas. Locais:

O documento menciona que 3% da energia renovável produzida será destinada ao município de Abrantes, mas não há indicação específica de contrapartidas diretas para o Crato. É essencial garantir que parte dessa energia beneficie diretamente o concelho, seja através de descontos na eletricidade para residentes ou do fornecimento a infraestruturas públicas.

Emprego Local:

A criação de postos de trabalho diretos no concelho do Crato é limitada, considerando que a maioria das funções técnicas pode ser alocada a centros de maior densidade urbana.

Turismo e desenvolvimento sustentável:

O projeto não apresenta estratégias claras para apoiar diretamente o setor turístico local, como a integração de elementos educativos ou ecoturísticos associados às energias renováveis.

Assim considera-se que a proposta deveria ser melhorada atendendo a;

1. Insuficiência de Benefícios Locais:

O projeto deve incluir medidas específicas para beneficiar diretamente as populações do Crato, como tarifas reduzidas, infraestruturas de apoio, ou investimentos no turismo local.

2. Compatibilidade com o Ordenamento:

É necessário assegurar, com base nos artigos do PDM do Crato, que o projeto respeita as servidões ecológicas e agrícolas e que são implementadas medidas robustas para a recuperação paisagística. Deverá também ser assegurado o cumprimento regulamentar com fundamentação jurídica.

Estabelecer um plano de gestão paisagística detalhado, em conformidade com o PDM e o PROTA, para proteger os ativos naturais e culturais do território.

A escolha das espécies e das estratégias a adotar deve equilibrar o impacto visual, o tempo necessário para obter resultados e o impacto ecológico. Idealmente, as cortinas arbóreas devem ser complementadas por outras medidas de integração paisagística e preservação dos ecossistemas nativos. Caso se opte por espécies não autóctones, devem ser tomadas medidas de controlo para evitar impactos negativos prolongados no ambiente.

3. Equilíbrio Socioeconómico:

Dado o impacto potencial na paisagem e no turismo, é indispensável que o projeto promova um modelo de desenvolvimento integrado, que compense a desvalorização de outros setores.



CRATO
Município

Este equilíbrio é essencial para garantir que o projeto contribua verdadeiramente para o desenvolvimento sustentável do Crato, em linha com as metas de transição energética e preservação territorial.

Crato, 12 de março de 2025

O Presidente da Câmara,

**JOAQUIM
BERNARDO DOS
SANTOS DIOGO**

Digitally signed by JOAQUIM
BERNARDO DOS SANTOS
DIOGO
Date: 2025.03.12 16:41:37
+00:00

Joaquim Bernardo dos Santos Diogo

a,



CRATO
Município

PARECER

Projetos Solares de Helíade e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 KV

Vestígios arqueológicos e etnográficos

Verifica-se, da análise da documentação consultável, a proximidade ao monumento megalítico do Couto da Nave, anta em vias de classificação, incluída no processo de classificação do Megalitismo Alentejano e uma das 69 ainda possíveis de identificar no nosso Concelho.

Foram também identificados, na documentação disponível, outras referências dignas de nota, tanto arqueológicas como de carácter etnográfico, como seja uma mancha de material cerâmico, de provável cronologia tardo-romana, ou muretes divisórios de propriedades em pedra seca, na Herdade de Sampaio; uma eira em Monte Velho, construções etnográficas em Monte Penedo; estruturas hidráulicas na Fonte Santa, com uma ponte tardo-medieval e uma mina; estruturas de muretes nas imediações de Monte da Pedra e, ainda, outras ocorrências menos relevantes do ponto de vista patrimonial.

Verifica-se também que todas estas ocorrências estão já devidamente sinalizadas no estudo prévio apresentado, constatando-se, por parte da equipa técnica que o realizou, o risco diminuto para o monumento megalítico pelas intervenções planeadas, mas provável ou significativo para as estruturas na Fonte Santa.

Consulte-se, para tanto, o relatório de impacte ambiental para o descritor arqueológico, arquitetónico e etnográfico (na documentação disponível no Portal Participa, anexo VIII – 1_1) e Adenda (anexo VIII – 1_2).

Contudo, outra das mais interessantes manifestações arqueológicas no nosso Concelho, são as sepulturas antropomórficas, vestígios sepulcrais escavados diretamente no leito da pedra, em caos de blocos ou grandes pedregulhos soltos, podendo aparecer na paisagem isoladamente ou em pequenos aglomerados.

É, justamente, este o caso de duas destas sepulturas antropomórficas, inéditas, localizadas pelo colega Eng.º João Marques, da Proteção Civil Municipal, no Couto da Nave.



CRATO
Município



Disso mesmo queremos dar conta, contribuindo, desta forma, para uma melhor análise subsequente a todos os elementos conhecidos e que, de algum modo, possam ser afetados pelos projectos agora em consulta pública, tanto que, quanto é possível apreender da análise da



Deixamos, assim, a georreferenciação dos referidos vestígios, de modo a poder facilitar uma melhor análise:

<https://maps.app.goo.gl/FNLvCwRbEKAmkpaM6>

O Presidente da Câmara,

Digitally signed by JOAQUIM
BERNARDO DOS SANTOS
DIOGO
Date: 2025.03.12 16:44:43
+00:00

Joaquim Bernardo dos Santos Diogo



Freguesia de Monte da Pedra

**PROJETOS SOLARES DE HELÍADE E TORRE DAS VARGENS E
RESPECTIVAS LIGAÇÕES A 220 KV (GRUPO 4)
Processo AIA 3741**

Estudo de Impacte Ambiental

Participação Pública

Memória Descritiva e Justificativa

***Contributos da Junta de Freguesia de Monte da
Pedra enquanto parte interessada***

Índice

1. Enquadramento e objetivo	3
2. Breve descrição da freguesia de Monte da Pedra	3
2.1 Caracterização geral	3
2.2 Património natural, cultural e histórico	4
2.2.1 Património Natural	5
2.2.2 Património Cultural e Histórico	14
2.3 Economia local e Associativismo.....	20
3. Antecedentes do Projeto	21
4. Projeto Helíade e Estudo de Impacte Ambiental	23
4.1 Principais Impactes ambientais e medidas de minimização	24
4.2 Contributos para a melhoria do EIA.....	26
5. Medidas efetivas de minimização/compensação ambiental e social	29
6. Considerações finais.....	32

1. Enquadramento e objetivo

O projeto em discussão concretiza o Título de Reserva de Capacidade atribuído pelo Governo Português, através do Procedimento Concorrencial para a reconversão da Central Termoelétrica a Carvão do PEGO, por intermédio da construção de um dos vários projetos em desenvolvimento, nomeadamente do GRUPO 4, Projetos Solares de Helíade e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 kV (de agora em diante referido como Helíade) assumindo-se como um contributo para a prossecução dos objetivos assumidos pelo Estado Português, nomeadamente ao nível do Acordo de Paris e do Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

Posto isto, o proponente (Endesa Generation Portugal, S.A - EGP) desenvolveu o estudo de impacto ambiental (EIA) com vista à execução do projeto Helíade.

Ao abrigo do Edital n.º S004850-202501-Edital n.º 000018-DCOM.DCA, processo n.º AIA 3741 da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) está aberto até ao próximo dia 12 de Março de 2025 está aberto o período de consulta pública.

As freguesias são as autarquias locais que, dentro do território municipal, visam a prossecução de interesses próprios da população residente em cada circunscrição paroquial" (Freitas do Amaral, Curso de Direito Administrativo, vol. I, 3.ª ed.).

Neste contexto, a presente memória descritiva e justificativa tem por objetivo constituir o documento que agrega todas as reclamações, preocupações e sugestões da Junta de Freguesia de Monte da Pedra em representação de toda a comunidade de Monte da Pedra e do Lugar do Sume, principal freguesia onde o projeto Helíade irá incidir alterando irreversivelmente a paisagem que nos caracteriza e tal como se apresenta se algo não for alterado vai inviabilizar a concretização de alguns dos nossos desígnios de valorização ambiental, cultural e história e a existência de outras atividades em simultâneo que utilizam o ambiente como matéria prima.

2. Breve descrição da freguesia de Monte da Pedra

2.1 Caracterização geral

Monte da Pedra é a povoação sede da Freguesia de Monte da Pedra, concelho do Crato. Pertence a esta freguesia o Lugar do Sume, também ele intercetado pelo projeto Helíade.

A freguesia de Monte da Pedra tem a área de 60,08 km² e apresenta uma população de 222 habitantes, tendo, por isso, uma densidade populacional de 3,7 hab./km² (censos 2021).

A referida freguesia fica situada na margem esquerda da ribeira de Sor, distando 15 quilómetros da sede do município, o Crato.

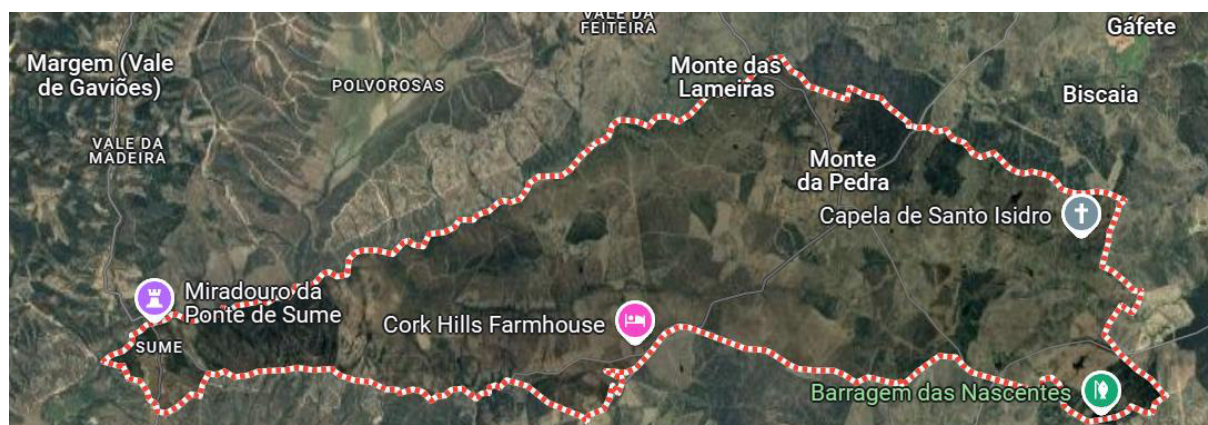


Figura 1. Limites da Freguesia de Monte da Pedra

2.2 Património natural, cultural e histórico

Os principais recursos do Monte da Pedra e do Sume é o seu património natural, cultural e histórico. Ambos os locais preservam a sua identidade devido ao património natural, cultural e histórico que se encontra conservado e preservado.

O mesmo património permite características únicas a esta freguesia que são motivo de promoção da freguesia como destino ambientalmente sustentável e objeto de preferência dos investidores na freguesia e das pessoas que nos visitam.

As pessoas escolhem vir para a freguesia de Monte da Pedra pelas ligações familiares, pelas paisagens, pelas características naturais, culturais e históricas deste território. Trata-se de um território pouco artificializado que ainda permite respirar ar puro, usufruir de magníficas paisagens, fazer caminhadas e usufruir da natureza e da história. É um território que é procurado por quem tem oportunidade de sair das grandes cidades e trabalhar à distância. É um território que por conta das suas características traz paz, tranquilidade e permite lazer a quem nos visita. Nos últimos anos, e na era pós-COVID assistiu-se à compra e requalificação de casas por pessoas que estão a escolher a freguesia de Monte da Pedra para viver e visitar com mais frequência. Não menos importante, são as pessoas de várias faixas etárias e que têm ligação a Monte da Pedra como naturais que em alguns casos se está a assistir ao seu regresso na procura de maior tranquilidade e vidas quotidianas mais equilibradas “fugindo” assim das grandes cidades.

A natureza, a cultura e a história é o nosso capital que funciona como os nossos recursos endógenos e que têm permitido o desenvolvimento deste território. Continuamos a ter verdadeiros “santuários ambientais, culturais e históricos” que pretendemos continuar a preservar e a manter, pois são estes

atributos do nosso território que permitem a sustentabilidade ambiental, social e económica da freguesia de Monte da Pedra.

Como todos os territórios temos património natural, cultural e histórico que pretendemos ver preservado, dos quais destacamos os seguintes aspetos/pormenores que o processo de avaliação de impacte ambiental deve ter em consideração sendo que o projeto de execução tem de evitar e/ou minimizar a interferência/impactes ambientais com os elementos patrimoniais que passamos a descrever nos pontos **2.2.1, 2.2.2.**

2.2.1 Património Natural

Do ponto de vista do património natural destacamos os recursos hídricos (cursos de água superficiais e fontes) e a paisagem nos quais o projeto Heliade vai ter impactes ambientais irreversíveis.

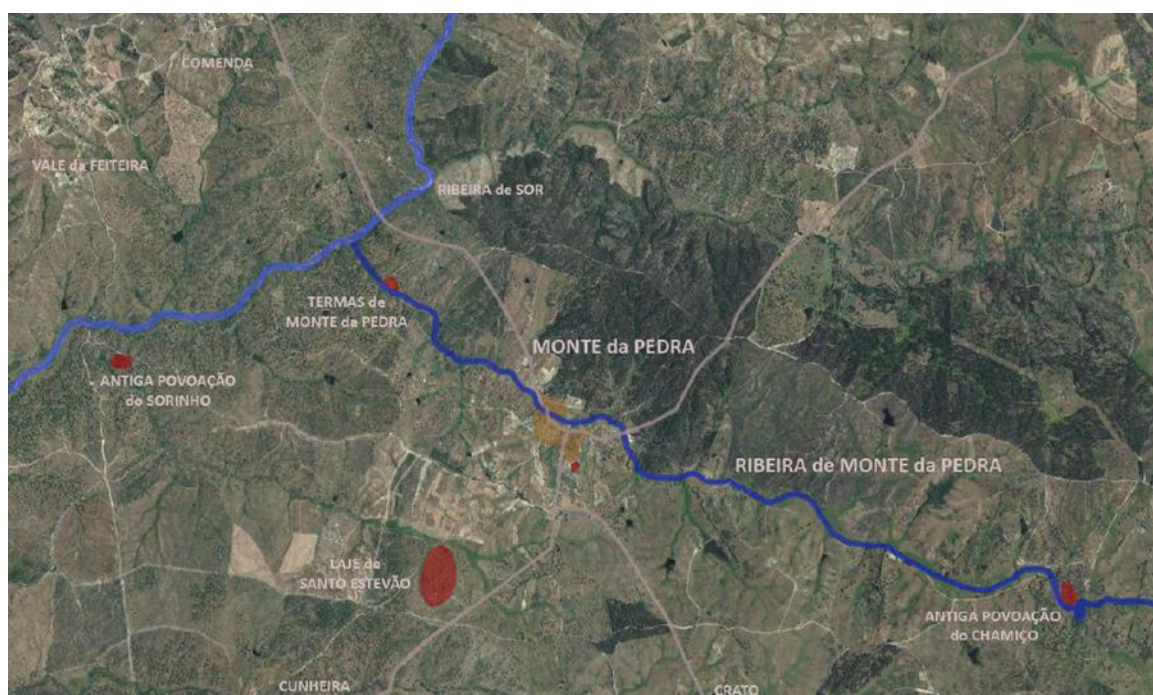


Figura 2 - A Ribeira a sua relação com a aldeia de Monte da Pedra e o s restantes locais de interesse integrados no seu percurso (fonte: arquiteto Daniel Pires, 2018)

No Monte da Pedra temos a Ribeira de Monte da Pedra que para a Junta de Freguesia a sua requalificação tem uma importância extrema no desenvolvimento da freguesia e na oferta de mais um produto de base ambiental que irá funcionar como um catalisador na economia local.

Está em curso o desenvolvimento de um projeto de recuperação da Ribeira de Monte da Pedra e integração de um percurso marginal de fruição cujo objetivo é interligar as ruínas do Chamiço -> aldeia de Monte da Pedra -> as termas de Monte da Pedra - com um percurso pedonal ao longo da ribeira

que permitirá às pessoas usufruírem da natureza, verem galerias ripícolas no seu estado natural e espécies de fauna dos ambientes ribeirinhos e assim também desfrutar da paisagem.

Este projeto passa pela criação de condições de expansão do circuito pedonal ao longo da ribeira quer para nascente até às ruínas do Monte Chamiço, quer para poente até às termas, utilizando métodos construtivos de engenharia natural. Este circuito termas-aldeia-ruínas, com cerca de 7km de extensão, permite criar uma oferta de qualidade numa zona do país em subdesenvolvimento, atraindo pessoas, serviços, criando riqueza a partir do potencial natural da freguesia de Monte da Pedra. Podem ser assim criadas condições únicas de oferta diversificada, mas ao mesmo tempo integrada e inter-relacionada, que vai desde o turismo termal, à oferta de serviços de lazer e usufruto dentro de um aglomerado típico alentejano, e ao turismo de natureza com valiosas reminiscências do passado.

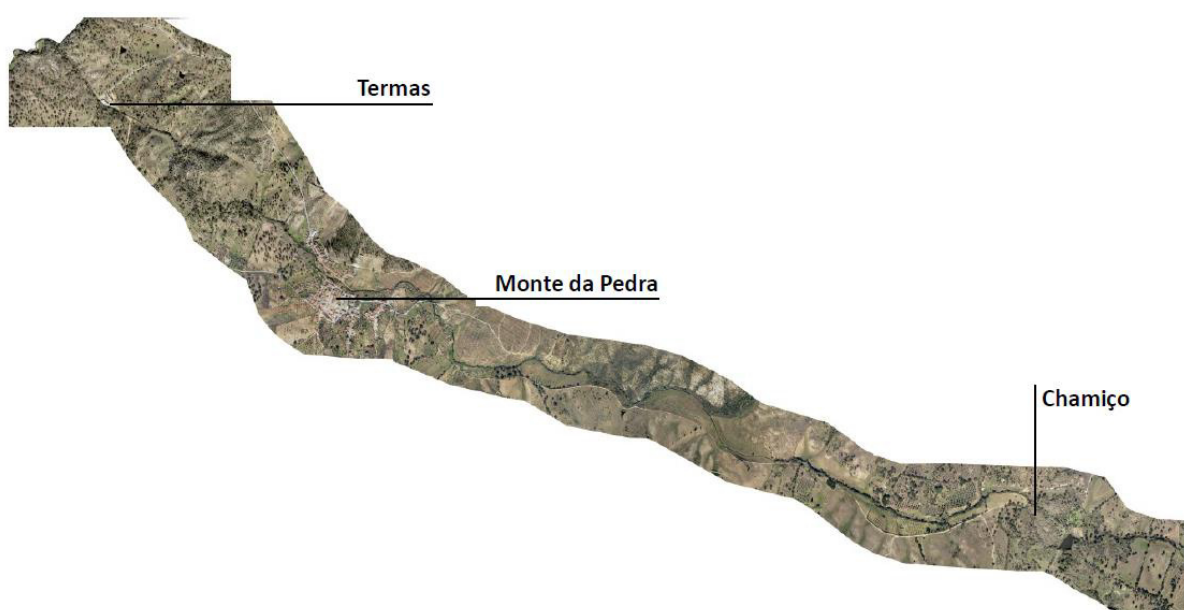
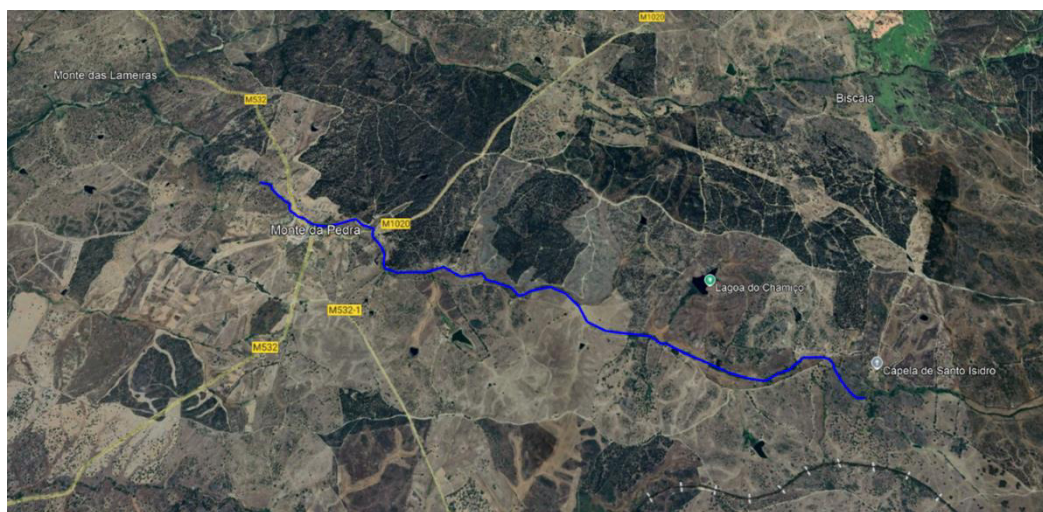


Figura 3. Traçado do Projeto de Requalificação da Ribeira de Monte da Pedra (Fonte: arquiteto Daniel Pires, 2018)

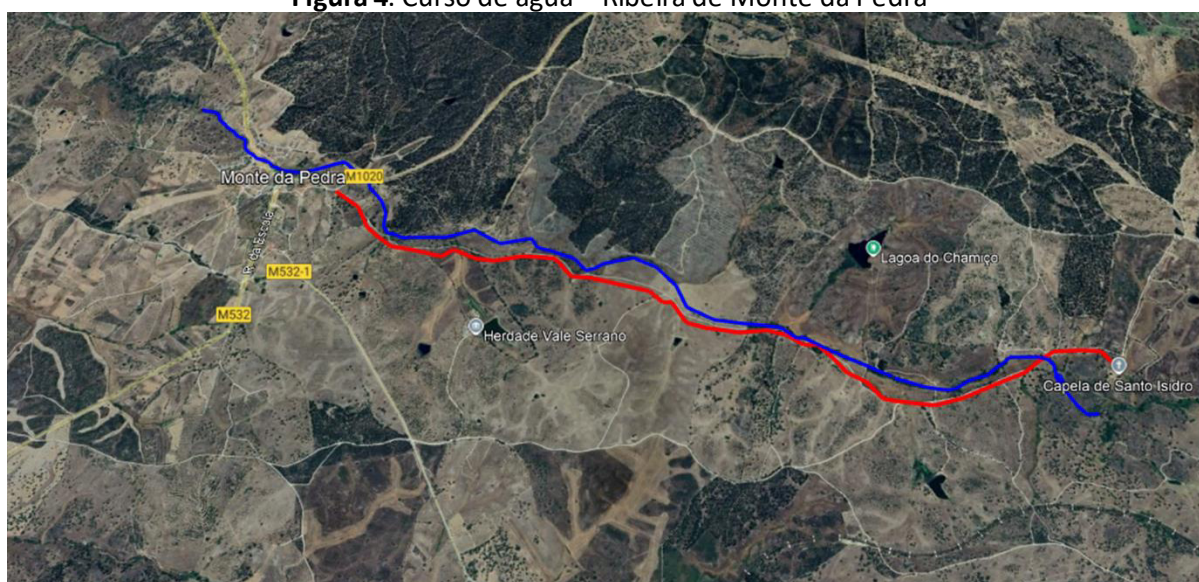
Em complemento, o caminho velho do Chamiço (praticamente paralelo à ribeira) já é utilizado para caminhadas com destino ao Lugar histórico do Chamiço e acesso de proprietários a terrenos rurais.

As figuras seguintes enquadram a Ribeira de Monte da Pedra, sendo que entre a cabeceira de linha de água (próximo da Capela de Santo Isidro) e a localidade de Monte da Pedra está prevista a instalação de painéis solares na proximidade da Ribeira inviabilizando a prossecução da implementação do projeto de requalificação da ribeira e o aproveitamento deste percurso como zona de lazer para a população e quem nos visita.



— Ribeira de Monte da Pedra

Figura 4. Curso de água – Ribeira de Monte da Pedra



— Caminho Velho do Chamiço

Figura 5. Curso de água – Ribeira de Monte da Pedra – Caminho Velho do Chamiço – caminho com história



Figura 6. Ribeira de Monte da Pedra – curso de água temporário com importância ambiental e histórica na freguesia de Monte da Pedra. Açude a cerca de 2 km a jusante da zona onde serão implementados os painéis solares.

Relacionado com os cursos de água superficiais, no que se refere ao traçado das linhas de alta tensão a principal preocupação incide sobre o Rio Sor, na zona da Ponte Sorinho e do Lugar do Sume, ambos lugar com história para a freguesia de Monte da Pedra, sendo que estando em fase de estudo prévio o traçado da linha de alta tensão o mesmo não deve considerar qualquer rota que incida com estes locais.

Ponte Sorinho



Figura 7. Rio Sor – Ponte Sorinho



Figura 8. Rio Sor – Ponte Sorinho.



Figura 9. Rio Sor – junto à Ponte Sorinho

Lugar do Sume – Rio Sor



Figura 10. Rio Sor – Lugar do Sume – Ponte – vista de afloramentos rochosos a montante da ponte do Sume

Os afloramentos rochosos existentes neste local, atribuem o nome ao Sume. Devido a um fenómeno geológico a água no rio sor desaparece a montante da ponte e volta a aparecer à superfície a jusante da ponte. Ou seja, a água do rio “some-se” o que historicamente atribuiu a este lugar o nome de Sume. É esta a identidade histórica deste local que é um Lugar que pertence à freguesia de Monte da Pedra.



Figura 11. Vista da Ponte do Sume sobre o Rio Sor



Figura 12 – Afloramentos rochosos e fenómeno geológico que dá o nome ao Lugar

Paisagem e afloramentos rochosos

No que se refere à paisagem, a principal preocupação incide sobre o facto da ocupação dos terrenos com painéis solares e linhas de alta tensão ir alterar de forma irreversível a paisagem em alguns locais.



Figura 13 – E.M 532-1, sentido Crato- Monte da Pedra - paisagem atual.

Atualmente, temos uma vista semelhante a uma pradaria. No futuro está previsto a colocação de painéis solares em ambos os lados da estrada E.M 532-1. A vista da paisagem para além de ficar alterada fica segmentada. Será muito mais agradável continuar a ver uma paisagem sem interrupções

alternando as suas cores com as estações do ano do que um campo com painéis solares. Por outro lado, será irreversível esta situação. Todos os dias, as pessoas que fazem este trajeto rodoviário virão a sua paisagem completamente alterada. O território perde valores ambientais como seja a paisagem.

Não menos importante, é a alteração da paisagem virada a Este que se pode visualizar a partir da Laje do Penedo Gordo. Para o lado do Crato, em vez de ver uma imensidão de terreno natural a população a partir deste ponto e nesta direção irá passar a ver painéis solares e estruturas de metal para fixação dos painéis e eventualmente alguma linha de alta tensão a segmentar o que a vista alcança e o território desta freguesia.



Figura 14 – Laje do Penedo Gordo.

No caso da Laje de Santo Estevão, no que se refere ao traçado das linhas de alta tensão que exista o bom senso de a partir deste afloramento rochoso não ser possível visualizar tais infraestruturas nem passar na proximidade. O local é utilizado para ver um nascer/por do sol como não há em mais lado nenhum. Por outro lado, é um local que não tem interferência luminosa pelo que permite contemplar as constelações solares e estudar estrelas e planetas. É o nosso dark sky local!!

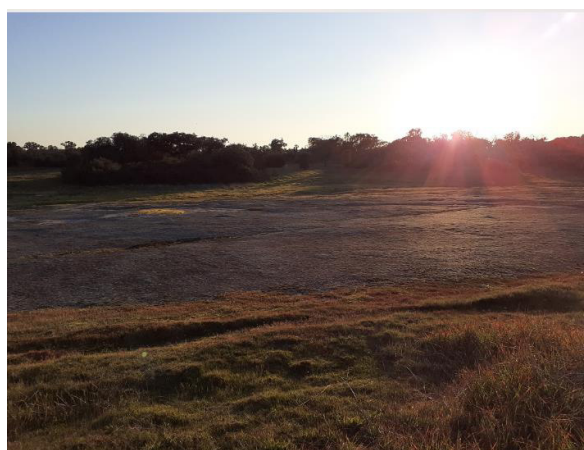


Figura 15 – Laje de Santo Estevão

2.2.2 Património Cultural e Histórico

Monte da Pedra foi reitoria ou priorado da apresentação do Grão-Prior do Crato. O pároco vencía uma cõngrua de 60 mil réis além do pé-de-altar.

Os principais monumentos arquitetónicos da freguesia são:

- Igreja Matriz de Monte da Pedra;



Figura 16. Igreja Matriz de Monte da Pedra

- Fonte do Chamiço;

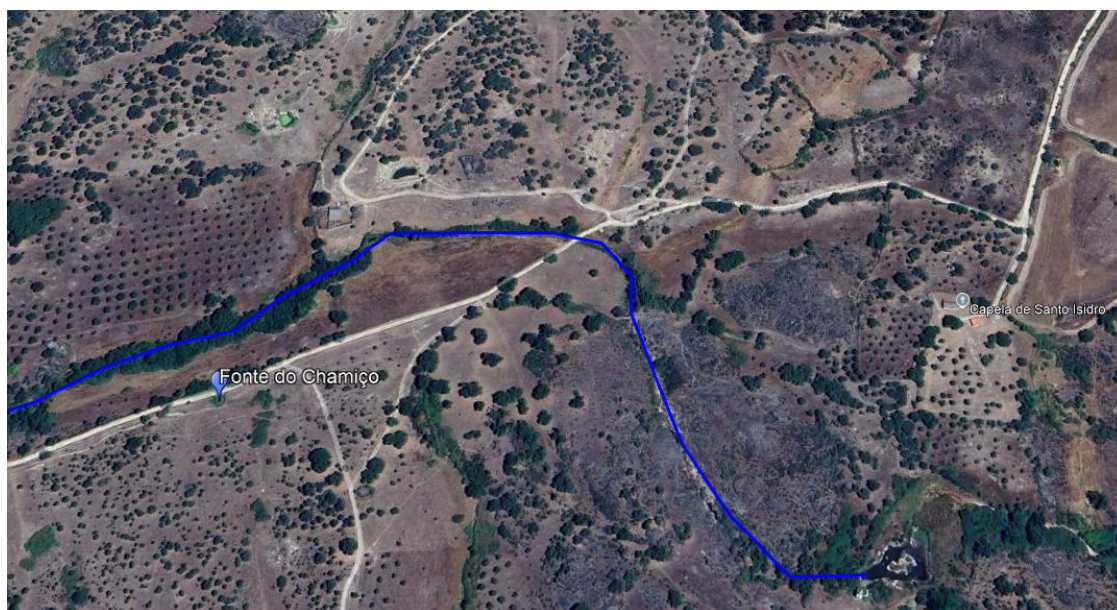
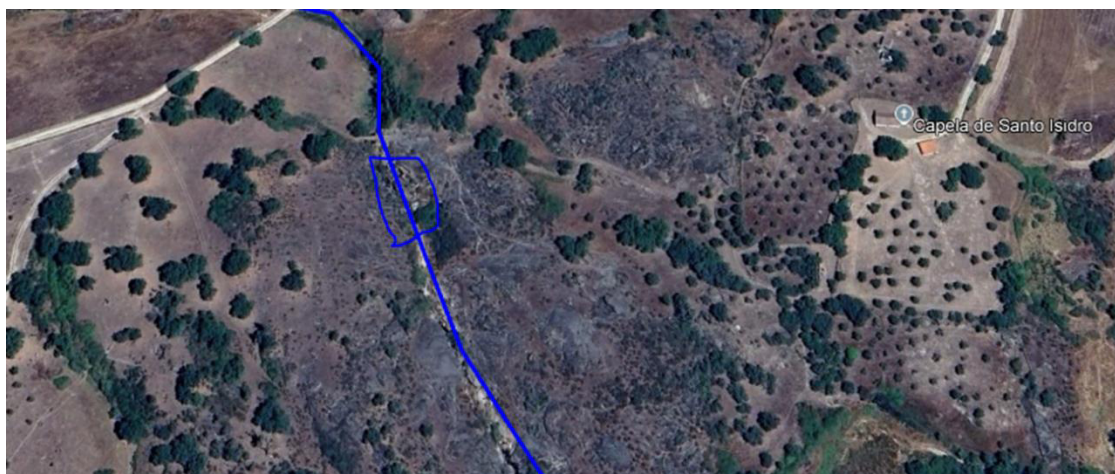


Figura 17 – Localização da Fonte do Chamiço

➤ Moinho de água, Forno do Chamiço e Ponte Romana



Chamiço - Moinho de água, forno e ponte romana

Figura 18 – Localização do moinho de água, forno, ponte romana

➤ Forno do Chamiço



➤ Ponte romana



Panorâmica geral do Chamicho (1). Forno (2), fundações de habitação (3), moinho (4) e ponte (5), 2015

Figura 19 –Panorâmica geral do Chamicho (fotos gentilmente cedidas pelo arquiteto Daniel Pires in Projeto Requalificação da Ribeira de Monte da Pedra)

➤ Capela do Chamicho



Figura 20 –Ermida do Chamicho

Relação histórica entre o Monte da Pedra e o Lugar do Chamicho

A cerca de 5km para Nascente do Monte da Pedra e implantado na margem da Ribeira, situa-se o lugar do Chamiço, ou "Monte Chamisso", que terá sido povoado entre o início do século XVII e a segunda metade do século XIX, segundo indicam os registos de nascimentos/óbitos. Através das Memórias Paroquiais de 1759, sabe-se que nessa data no Monte do Chamiço viviam 81 pessoas. Também se verificam referências a este povoado nas descrições de Leite de Vasconcelos em *Etnografia Portuguesa* (1980), reforçando a conclusão de que a data provável do abandono desse local ter-se-á dado no fim do séc. XIX. Nesse livro, o autor refere uma entrevista a dois idosos que se recordavam do Chamiço ainda habitado, tendo sido inclusivé contada a história de uma senhora a quem se chamava "Viúva Carita", que seria uma das pessoas mais ricas do Chamiço e que na sequência de um assalto resolveu ir para o Monte da Pedra, sendo seguida por outros habitantes que se terão sentido ainda mais desprotegidos. Este poderá ter sido um dos motivos determinantes para o abandono integral deste lugar.

Desde então, este espaço congelou no tempo, estando visíveis as suas ruínas, nomeadamente um moinho de água, um forno de pedra isolado, em forma circular, e diversas incrustações nos grandes planos de lajedo onde seriam levantadas as paredes das habitações. Junto ao moinho está presente uma ponte que faz a travessia da Ribeira, que poderá datar de uma época anterior à povoação, e ter sido inclusivamente um dos fatores da sua fixação neste local. Estas ruínas encontram-se num grande maciço de pedra que tem 70m no seu maior comprimento e 25m na maior largura. Anualmente, no sábado seguinte à Quinta-Feira da Ascensão (em Maio), celebra-se junto a este espaço, a romaria em honra do Santo Isidro.

Aproveitando a nossa história, cultura e património natural a Junta de Freguesia em diferentes anos tem vindo a desenvolver diversas atividades que acontecem ao longo do Caminho Velho do Chamiço, Ribeira de Monte da Pedra e no Lugar do Chamiço. Por estes locais é possível fazer caminhadas relacionadas com o ambiente e história da entidade dos Monte Pedrenses, bem como visitar a ponte romana, forno, moinho e a Ermida do Chamiço.

Da análise do EIA da Heliade todo o nosso património ambiental, cultural e histórico na proximidade da Ribeira de Monte da Pedra e caminho velho do chamiço, em vários pontos, irá existir confrontações com painéis solares, o que não será de todo abonatório para manter a exploração destes recursos (naturais, culturais e história) como um produto de "marca" que nos caracteriza em Monte da Pedra e que permite dizer que é uma das freguesias mais típicas do concelho do Crato e do distrito de Portalegre. E o manter das "coisas" como o ambiente, a cultura e a história dá e deu trabalho a todos os executivos da Junta de Freguesia de Monte da Pedra e não pode ser delapidado porque agora há uma grande empresa que viu em Monte da Pedra a oportunidade de instalar painéis solares.

A Junta de Freguesia de Monte da Pedra tem como desígnio o desenvolvimento sustentável e pauta a sua gestão pela integração de critérios ambientais, sociais e económicos no desenvolvimento da freguesia.

Evidência do seu comprometimento com fatores ambientais, sociais e económicos, bem como de eficiência energética, fruto do trabalho desenvolvido nos últimos anos foi-lhe atribuído o prémio de eficiência energética e atribuído a bandeira verde que significa o reconhecimento como ECO-FREGUESIA. A única eco-freguesia do distrito de Portalegre.



Figura 20 –Prémio Eficiência Energética



Figura 21 –Atribuição de bandeira verde – Freguesia de Monte da Pedra é reconhecida como ECO-FREGUESIA desde 2021

E é este o caminho que queremos continuar a trilhar, mantendo um bom desempenho ambiental, respeitando as pessoas e em simultâneo criando valor. É claramente uma estratégia de governação, permitindo o tão apregoadado desenvolvimento sustentável, em que as gerações vindouras terão oportunidade de usufruir da riqueza natural, cultural e histórica que hoje temos em Monte da Pedra e que queremos manter. E é este o paradigma!

Ainda assim, e no desenvolvimento do projeto Heliade, julgamos que é possível procurar convergências com soluções “WIN-WIN” em que não vemos o nosso património delapidado ou impossibilitados de explorar e em simultâneo julgamos que em 60 km² de área de uma freguesia é possível continuar a ter património ambiental, cultura, história e com os devidos ajustes produzir energia de fontes renováveis em parceria com o projeto Heliade.

2.3 Economia local e Associativismo

Na freguesia de Monte da Pedra as principais atividades económicas são a agro-pecuária em modo extensivo, a horticultura, atividade cinegética, exploração florestal, indústria de mobiliário, transformação de madeiras, construção civil, comércio e serviços.

Na era *pós-covid* o turismo de natureza, cultural e histórico também começou a ter um maior contributo na economia local. Atualmente verifica-se que estão a surgir investimentos para criação de alojamentos locais que vendem estadias e em simultâneo o património natural, cultural e histórico que o Monte da Pedra e Sume têm para oferecer.

No que se refere à atividade de associativismo, a freguesia de Monte da Pedra, conta com as seguintes associações que muito fazem pelo Monte da Pedra:

- Clube de Caça e Pesca Montepedrense;
- Associação Linhas e Tesouras de Monte da Pedra;
- Associação Casa do Povo de Monte da Pedra.

Clube de Caça e Pesca Montepedrense

Relativamente ao associativismo local damos particular relevância ao Clube de Caça e Pesca Montepedrense pelos seguintes aspetos:

- É a entidade gestora da Zona de Caça Associativa de Monte da Pedra (Processo n.º 5952 - ICNF);
- Esta associação tem uma importância preponderante na conservação e gestão de espécies cinegéticas;
- Desenvolve sementeiras para alimentação das espécies de caça, povoamentos e controlo do número de espécies como seja a lebre, coelho, perdiz, tordo, patos, galinhas, entre outras;
- Através da realização de montarias, o controlo de grandes predadores como seja javalis, raposas e corsas/veados. Estas montarias têm bastante importância no desenvolvimento da economia local, funcionam como atração turística para estes territórios do interior e servem também como controlo sanitário de patologias como brucelose e tuberculose que os grandes predadores são veículos transmissores a outros animais como seja ovinos e bovinos. A análise veterinária deste tipo de caça permite perceber/inferir se está a existir focos de tuberculose e brucelose no território da reserva de caça.

A reserva de caça associativa de Monte da Pedra, no âmbito do projeto Helíade devido à forma como os painéis solares serão implantados (com dispersão) podem vir a perder uma área significativa de área de caça. A perda da área de caça está relacionada com os perímetros de proteção medidos a partir

das vedações dos parques solares. A reserva associativa tem uma área de aproximadamente 2100 ha podendo vir a perder cerca de 900 ha.

3. Antecedentes do Projeto

No âmbito do projeto Heliade, e antes da submissão do EIA à APA, a Junta de Freguesia de Monte da Pedra foi consultada por uma vez pela Quadrante (Projetista) com um pedido de informação relativo à utilização de caminhos para acesso às zonas de implantação do projeto (comunicação de Abril de 2024). Posteriormente, Agosto de 2024, a Junta de Freguesia de Monte da Pedra foi esclarecida relativamente às medidas socioeconómicas, que considerámos bastantes genéricas, que à data estavam previstas implementar. (ver anexo A). Na mesma comunicação fomos também informados que o respetivo EIA já tinha sido submetido junto da APA em Julho de 2024

Na comunicação de Abril de 2024 (junto da Quadrante), com o EIA em curso alertamos para os seguintes aspetos a considerar no âmbito do EIA:

1. Área da Reserva de Caça Associativa de Monte da Pedra;
2. Ainda sem conhecer o projeto, a interferência do projeto com o acesso à capela de Santo Isidro ou Lugar do Chamiço, um lugar histórico para a freguesia de Monte da Pedra;
3. Sugerimos que o projeto ocupasse apenas áreas de eucalipto;
4. Questionamos que benefícios iria trazer aos habitantes locais; e
5. Impactes na paisagem.

Nunca fomos chamados sequer a opinar no âmbito do estudo como parte interessada, pois somos a freguesia que vai ser mais impactada ambientalmente, socialmente e visualmente com este projeto.

Neste âmbito, e após consulta do EIA mais amiúde, concluímos que os nossos alertas relativos ao ponto 1, 2, 3 e 5 foi como nem sequer existissem e isto porquê:

- A principal via de comunicação entre a freguesia de Monte da Pedra e o concelho do Crato tem de ambos os lados e visível painéis solares – impactes na paisagem descurados;
- Os painéis solares têm uma elevada dispersão o que vai ainda criar mais impactes na perda de área de caça da Reserva Associativa devido aos diferentes perímetros de proteção que as vossas instalações vão criar no território, ou seja uma segmentação do território e da área de caça;
- O Caminho Velho do Chamiço, um caminho de acesso ao Lugar do Chamiço, um caminho com história, está previsto ter painéis de um lado e de outro, sendo que a paisagem vai ficar

completamente alterada desconhecendo-se se os poucos muros de pedra existentes (típicos do nosso território) irão ficar de pé ou vão ser demolidos;

- Como se não bastasse, existem painéis a ocupar a margem esquerda da Ribeira de Monte da Pedra em terrenos e na proximidade de terrenos da reserva ecológica nacional (REN) REN. Alertamos que esta zona é uma zona inundável nas estações das chuvas. Todos os anos fica inundada devido à proximidade da Ribeira de Monte da Pedra.

Consideramos que os nossos alertas não foram tidos em consideração e agora estamos a “*correr atrás do prejuízo*”. Também nunca fomos informados de ocorrer qualquer intervenção no Sume, lugar pertencente à freguesia de Monte da Pedra com bastante potencial natural.

É curioso também que ao consultarmos no EIA, o anexo das entidades consultadas, a Junta de Freguesia de Monte da Pedra não consta desse grupo de entidades, apesar de ter sido consultada.

Ou seja, percebemos que as entidades proponentes tenham algumas reservas em consultar partes interessadas como as Juntas de Freguesia, mas são as Juntas de Freguesia que mais próximas estão das pessoas e que melhor conhecem os territórios, embora não sejam entidades licenciadoras no âmbito destes projetos de execução, perdendo a entidade proponente o interesse em as consultar.

Deveriam ter consultado, para agora se evitar determinadas propostas/sugestões que iremos fazer no ponto 4 e 5 deste documento, porque acreditamos que se existir um claro compromisso com a minimização/compensação dos impactes ambientais, justiça social e equidade nas medidas socioeconómicas, tudo será possível fazer, sendo que a produção de energia elétrica pode conviver com outras atividades que já acontecem na freguesia de Monte da Pedra.

Como é que esta situação podia ter sido evitada? Através do desenvolvimento de uma definição de âmbito para o projeto Helíade, a qual permitiria previamente uma primeira consulta pública. Ainda que a definição de âmbito seja uma fase voluntária e não obrigatória, tinha existido mais tempo para melhor ouvir os anseios e sugestões das populações, o que tornaria este projeto mais participativo contribuindo para que as pessoas se identifiquem com o mesmo. Assim, o que as pessoas sentem do ponto de vista social, é que lhes estão a invadir o território e nem sequer conseguem ver nada que lhes melhore a vida. Apenas têm certo uma alteração irreversível por 30 anos do seu território sem que ninguém se comprometa a ajudar com medidas efetivamente sociais que lhes tragam retorno com implicações na melhoria das condições de vida. Neste aspeto é preciso que o proponente perceba a responsabilidade social desta questão e a preocupação das pessoas e se encontre forma de as compensar. Não subestimando as medidas sociais previstas, não é por certo com o “apadrinhar de oliveiras” que se vai compensar as pessoas. Salvo melhor opinião, o apadrinhar de oliveiras será uma

medida interessante do ponto de vista pedagógico para as escolas do concelho sensibilizarem as crianças e jovens para a importância da preservação de espécies autóctones no nosso território.

Caso não se olhe para as pessoas da freguesia de Monte da Pedra com medidas efetivamente robustas de compensação, este processo não vai ser de todo do agrado das pessoas. No seu território é que se vai estar a produzir o equivalente ao consumo da cidade de Leiria. Em Leiria irá estar toda a minha gente no conforto que esta energia solar pode proporcionar e na freguesia de Monte da Pedra os habitantes e visitantes no seu dia-a-dia vão ter de conviver com uma paisagem completamente alterada! Não é justo...por uma questão de justiça social as pessoas têm de ser compensadas pelos impactos relacionados com alteração da paisagem, segmentação do território com as Linhas de Alta Tensão, perda de área de caça, etc. E tem de haver esse compromisso claro que deverá ser traduzido em medidas socioeconómicas efetivas na DIA/RECAPE/DCAPE.

4. Projeto Helíade e Estudo de Impacte Ambiental

No que se refere ao Projeto Helíade de forma resumida consideramos que o projeto é de particular relevância para Portugal em termos de transição energética (produção a partir de fontes renováveis), diminuição da dependência do país em relação aos combustíveis fósseis e contribuir para reconversão da Central Termoelétrica a carvão do Pego, através do Grupo 4 - Projetos Solares de Helíade e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 kV e assim contribuir para a prossecução dos objetivos assumidos pelo Estado Português ao nível do Acordo de Paris e Roteiro da neutralidade carbónica.

Não menos importante e que julgamos de particular interesse social é o facto da conversão da Central do Pego permitir a integração dos trabalhadores da PEGOP, neste novo modelo de gestão da ENDESA, SA e de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, no caso solar.

Conforme é referido, a ENDESA comprometeu-se com o estado português, na implementação de um Plano de Envolvimento das Comunidades, designado de CREATING SHARED VALUE (CSV).

A Junta de Freguesia de Monte da Pedra está alinhada com estas responsabilidades e com estes objetivos, no entanto e salvo melhor opinião, não tem apenas de ser a população de Monte da Pedra a ser sacrificada no cumprimento dos objetivos sem existirem medidas explícitas de minimização e compensação para as pessoas do território onde se pretende implementar o Projeto Helíade. Ou seja, o CSV tem de ser estendido a todas as comunidades onde são criadas infraestruturas de produção de energia e não apenas ao município de Abrantes localizado na proximidade do Pego, já que outros locais (comunidades) irão contribuir para a produção de energia elétrica nos seus territórios

No que se refere ao EIA, o mesmo é um documento técnico que analisamos. O mesmo faz a uma caracterização da situação de referência, a avaliação necessária das questões ambientais e sociais envolvidas neste projeto, identificando os principais impactes ambientais e sociais (negativos e positivos), propondo medidas de minimização dos impactes negativos e planos de monitorização para determinadas matérias ambientais mais relevantes. No entanto, as medidas de minimização propostas carecem de ser mais abrangentes, mais explícitas e mais dedicadas e aplicáveis às populações e territórios afetados/alterados pela implementação de um projeto desta natureza. Tem de haver mais medidas que para além de minimizarem impactes ambientais e sociais sejam compensatórias da alteração da perda de património natural e qualidade ambiental de um território. E esta situação tem de ser obrigatoriamente compensada. Neste projeto tem de ganhar Portugal, a Endesa, SA, os proprietários dos terrenos e a população que reside em Monte da Pedra e no Sume. Que o Monte da Pedra e o Sume, para além de contribuir para a transição energética possa também ser beneficiado em termos de disponibilidade e fornecimento de energia a partir de fontes renováveis instaladas neste território.

4.1 Principais Impactes ambientais e medidas de minimização

Em síntese, e com base no resumo não técnico (RNT) os principais impactes são:

IMPACTES NEGATIVOS	IMPACTES POSITIVOS
- Destruição de espécimes de flora; - Perda definitiva de solos de suscetível utilização florestal e agrícola; - Alteração do uso atual do solo pela construção dos elementos constituintes da central fotovoltaica de caráter permanente em floresta de eucalipto e de floresta de pinheiro manso.	- Criação de emprego; - Dinamização da economia local; - Geração de energia oriunda de fonte renovável ; - Diversificação do tecido económico municipal e o contributo para o cumprimento de metas de geração renovável de eletricidade e neutralidade carbónica ; - Contribuição para transição justa do PEGO – Desativação da Central Termoelétrica a Carvão.

No que se refere aos impactes negativos do RNT, acrescentamos a alteração irreversível da paisagem e a perda de atividade cinegética, turismo da natureza, cultural e histórica.

As principais medidas são:

FASE PRÉVIA À CONSTRUÇÃO E DE CONSTRUÇÃO

Sinalizar as áreas de maior relevância ecológica identificadas nas áreas de implantação do Projeto como muito sensíveis ou sensíveis

Sempre que possível, planejar os trabalhos de forma a minimizar as movimentações de terras e a exposição de solos nos períodos de maior pluviosidade, de modo a diminuir a erosão hídrica e o transporte sólido

Garantir a limpeza e restabelecimento das condições naturais dos solos afetados pelas obras de modo a favorecer a infiltração e as condições adequadas para a recuperação da vegetação e proteção da erosão

No âmbito do projeto de drenagem da Central Fotovoltaica, tanto de Heliade como de Torre das Vargens, prever soluções de origem natural que evitem o aumento do caudal de ponta para jusante do projeto fotovoltaico, promovendo a retenção de sedimentos através de soluções de Base Natural

Garantir a rega das estradas de acesso não asfaltadas à área de estudo em períodos secos, de forma a controlar a emissão de material particulado

Seleção de local de implantação do estaleiro o mais afastado possível dos recetores sensíveis existentes, com vista à prevenção de incomodidade

Garantir a correta implementação do Plano de Gestão de Resíduos, bem como o destino final adequado de todos os resíduos gerados, de forma a diminuir o risco de proliferação de vetores

Solicitar à tutela autorização para trabalhos arqueológicos de acompanhamento do projeto da CFH e CFTV

Elaborar um Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas (PRAI) e um Projeto de Integração Paisagística (PIP)

FASE DE EXPLORAÇÃO

As intervenções de controlo da vegetação deverão ser executadas se viável em termos de O&M, entre julho e dezembro, de forma a minimizar eventuais afetações do ciclo reprodutor da flora

Assegurar adequada e regular manutenção, limpeza e desobstrução/desassoreamento dos canais e valas de drenagem, para assegurar que as infraestruturas de drenagem acomodam o máximo de capacidade de caudais afluentes possível

O controlo de vegetação/eliminação de infestante deverá ser realizado através de meios mecânicos, sem recurso a produtos fitofarmacêuticos, de modo a preservar a qualidade dos solos e dos recursos hídricos subterrâneos na área de implantação do projetos fotovoltaicos

Esclarecer os proprietários de parcelas com uso agrícola e florestal acerca das limitações que incidem sobre as formas de exploração do solo na faixa de segurança

Salvaguardar a integridade de todas as OP's localizadas em AII já conhecidas ou a identificar

Monitorizar a eficácia das medidas preconizadas no PRAI e nos PIP

FASE DE DESATIVAÇÃO

Promover a economia circular através do prolongamento do ciclo de vida dos materiais desmantelados, ao nível da recuperação dos mesmos para integração noutros projetos, ou, em alternativa, através do encaminhamento dos mesmos para valorização

Garantir a utilização de espécies nativas, típicas da região, na recuperação das áreas intervencionadas, tendo por base o elenco florístico apresentado no presente estudo

Seleção de local de implantação do estaleiro o mais afastado possível dos recetores sensíveis existentes, com vista à prevenção de incomodidade

Salvaguardar a integridade de todas as OP's localizadas em AII já conhecidas ou a identificar

Minimizar o período de desmantelamento, limpeza e recuperação das áreas intervencionadas, de modo que o distúrbio e perturbação visual tenham a menor duração possível

Elaborar e implementar um Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas (PRAI) que recupere a paisagem degradada. Preconiza-se, no mínimo, a limpeza, descompactação e colocação de uma camada de terra vegetal, preferencialmente obtida por decapagem. Esta terra constitui um banco de sementes da vegetação pré-existente, contribuindo para a regeneração natural da vegetação degradada pelo decorrer da obra

No que se refere às medidas a implementar, são medidas que se consideram genéricas face às particularidades e especificidades do território e da freguesia de Monte da Pedra. Deveria ser mais

explicita a sua concretização e implementação por forma a constituírem verdadeiros compromissos perante as populações que vão sentir os efeitos diretos da construção, exploração e descativação.

No que se refere a medidas sociais, para além da criação de emprego, formação e apadrinhar uma oliveira, não se identifica uma medida que se consiga dizer que traga retorno direto e efetivo à população do Monte da Pedra e Sume, pois são elas as principais afetadas pelos desígnios do País da neutralidade carbónica e pela transição justa da Central do Pego.

Ou seja, o ónus dos desígnios do País e da transição da Central do Pego tem de beneficiar também os 222 habitantes da freguesia de Monte da Pedra, porque vão ser estas pessoas e o seu território os principais afetados para se garantir produção de energia elétrica de fontes solares.

4.2 Contributos para a melhoria do EIA

Relativamente aos conteúdos do EIA, salvo melhor opinião, julgamos que este estudo deveria ser complementado com estudos adicionais como seja:

- Património natural, cultural e histórico - considerar e estudar de forma mais robusta os elementos naturais, culturais e históricos do local como seja:
 - Ribeira de Monte da Pedra: é dos únicos cursos de água do concelho do Crato que embora seja de carácter temporário e de regime torrencial e particularmente na zona do Pego do Monte Velho que ainda tem espécies como bordalos e verdemãs. Anualmente, a Ribeira de Monte da Pedra é visitada também por um casal de lontras que escolhem este local para reprodução;
 - Caminho Velho do Chamiço - não existiu preocupação em estudar este caminho do ponto de vista histórico e o seu acesso ao Lugar do Chamiço;
 - Capela do Chamiço, fonte do chamiço, ponte romana, moinho, forno
 - Ponte Sourinho;
 - Lage do Penedo Gordo;
 - Lage de Santo Estevão
 - Fenómeno geológico da Ribeira de Sôr no Sume, entre outros aspetos que as comunidades locais são os melhores detentores da história;
 - Diminuição da área de caça e suas implicações na gestão cinegética de grandes predadores.

Ainda que alguns destes locais/assuntos possam não estar a ser explorados com percursos interpretativos e outra informação, não tenham classificação municipal ou qualquer estatuto de proteção, ou até trazer aspetos abonatórios ao EIA, fazem parte do património natural, cultura e história de um Povo, no caso Monte da Pedra e Sume. Por isso, devem estar explanados no EIA e

avaliar-se a sua afetação e o quanto o Projeto Heliáde pode contribuir para a degradação desta património e perda da atividade associada.

- Estudo de avaliação do incremento da temperatura local provocado pela desmatção e corte de árvores. Avaliar de que forma o menor potencial de evapotranspiração através do corte de árvores e colocação de painéis solares junto ao solo diminui o arrefecimento da temperatura da superfície do solo e consequentemente da temperatura do ar próximo da superfície. Parece-nos pertinente, pois vivemos numa zona com temperaturas de Verão muito elevadas sendo que a vegetação existente e as reduzidas áreas impermeabilizadas permitem que exista um arrefecimento noturno que contrabalança as elevadas temperaturas sentidas durante o dia. Avaliar de que forma esta capacidade de arrefecimento noturno do território pode ficar comprometida;
- Avaliar de que forma a desmatção e o corte de árvores no horizonte temporal da fase de exploração comprometem o sequestro do carbono neste território e de que forma pode ser compensado.
- Análise de Custo-Benefício do Projeto Heliáde que considere critérios ambientais e sociais e que tenha em consideração os benefícios/constrangimentos para as populações locais.
- Realização de sondagens arqueológicas em particular na zona da Fonte Santa e Monte Velho/Chamiço.

No que se refere às condicionantes ambientais verificamos que os painéis solares ocupam zonas de reserva agrícola nacional, zonas de reserva ecológica nacional, área de montado de sobro e azinho, zonas junto à ribeira de Monte da Pedra (Monte Velho) e em leito de cheia embora possam estar fora da faixa de 10m do domínio hídrico, zonas junto à EM 532-1 e zonas junto ao Caminho Velho do Chamiço (caminho com história). No que se refere aos traçados da linha de alta tensão também atravessam a estrada M 532, bem como zonas de RAN, REN e área de montado de sobro e azinho. Depois verificamos que há parques solares que estão em zonas REN ou RAN e ao lado existem condicionantes ambientais menos restritivas. Desta forma parece-nos que existiu aqui alguma aleatoriedade ou então alguma obrigação de localização perante os requisitos impostos pelos proprietários dos terrenos.

Somos da opinião que é possível compatibilizar o projeto Heliáde e tudo o que ele inclui com todos os constrangimentos identificados e fazer com que a Endesa possa continuar os seus desígnios e a população de Monte da Pedra (incluindo proprietários de terrenos) possa ser compensada e que esta

Junta de Freguesia não veja a prossecução dos seus objetivos de valorização natural, cultural e históricos comprometidos.

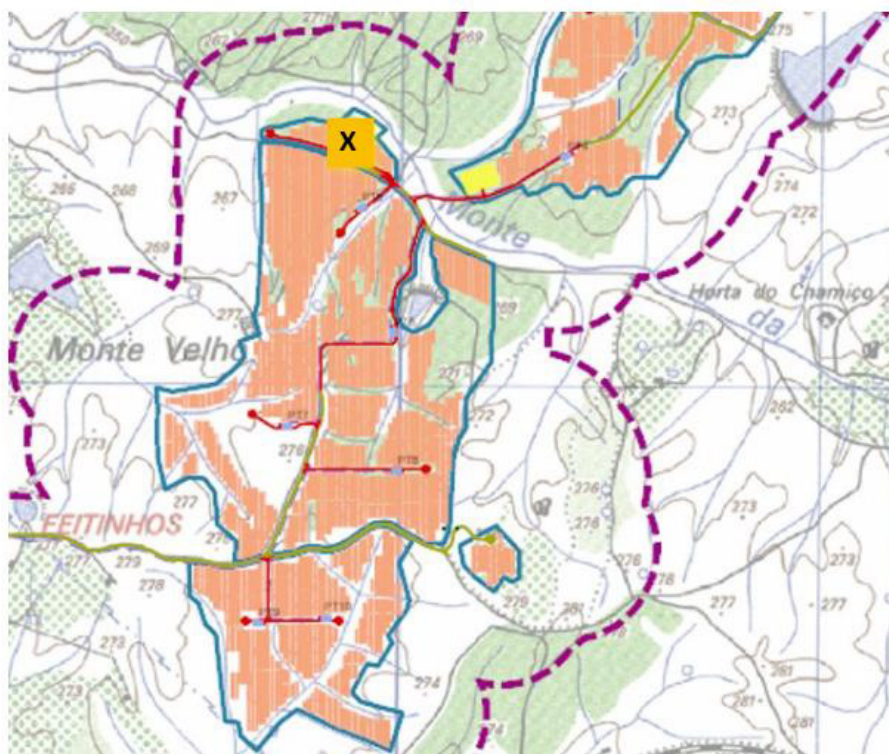
O ponto 5 justifica e sistematiza as medidas efetivas que pretendemos ver implementadas para que seja possível compatibilizar e integrar a execução do projeto nas especificidades do território da freguesia de Monte da Pedra.

5. Medidas efetivas de minimização/compensação ambiental e social

Enunciamos as medidas que consideramos efetivas para minimização/compensação ambiental e social relativas ao projeto Helíade direcionadas para a população residente e para a gestão e conservação das características do Território onde o projeto se insere.

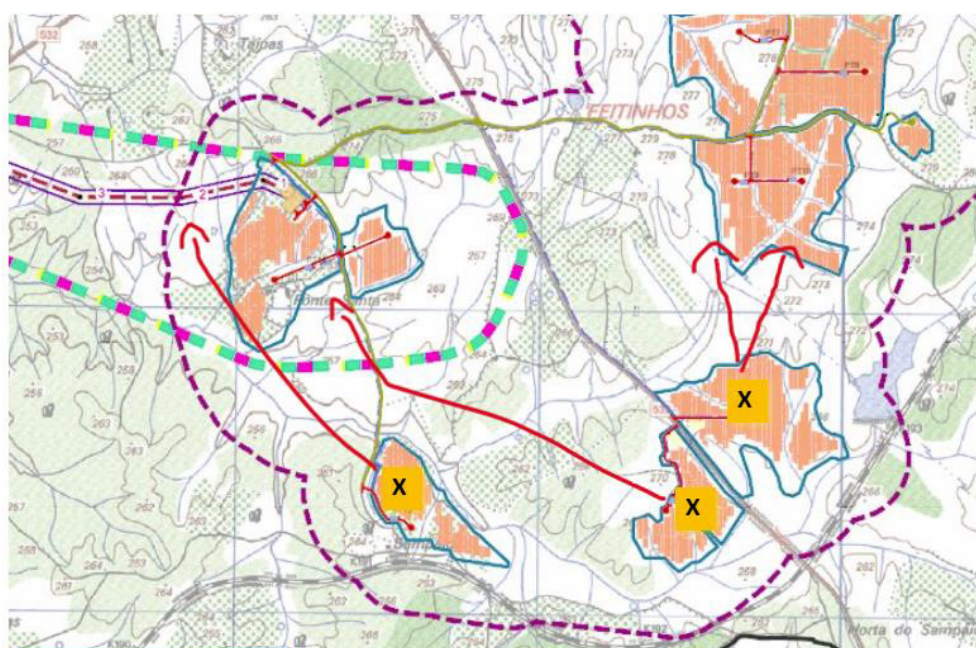
Como ponto de partida propomos como medida uma reengenharia da disposição dos parques solares na freguesia de Monte da Pedra e deverá atender ao seguinte:

1. Alterar a disposição espacial dos painéis solares no terreno de forma a:
 - a. Não serem visíveis da EM 532-1 – o nosso cartão de visita tem de continuar a ser a paisagem, pelo que numa das principais vias de acesso ao Monte da Pedra não é muito abonatório ter painéis solares como “cartão de visita”;
 - b. Deixar liberta de painéis a zona junto à Ribeira de Monte da Pedra (Monte Velho) para não inviabilizar a prossecução do projeto de recuperação da Ribeira de Monte da Pedra e integração de um percurso marginal de fruição cujo objetivo é interligar as ruínas do Chamiço -> aldeia de Monte da Pedra -> as termas de Monte da Pedra (Fig. 22);
 - c. Não serem visíveis do Caminho Velho do Chamiço (caminho com história) nem do percurso de marginal da Ribeira de Monte da Pedra;
 - d. Por precaução e desconhecendo se há algum tipo de arco elétrico provocado pela produção de energia elétrica e possível geração de campos eletromagnéticos, alertamos também que os perímetros de proteção destes parques solares não deverão invadir os caminhos públicos municipais e/ou vicinais;
 - e. Não serem visíveis da Lage do Penedo Gordo e Lage de Santo Estevão, bem como as Linhas de Alta Tensão;
 - f. Não serem visíveis do Lugar do Chamiço e Capela do Chamiço;
 - g. Trabalhar para minimizar a dispersão das zonas com painéis solares evitando a segmentação do território contribuindo para um melhor ordenamento da paisagem. É necessário melhorar a agregação dos painéis solares no terreno de forma a ficarem circunscritos a zonas menos visíveis de preferência nas extremas de propriedades. Se a implantação dos painéis tiver menos dispersão no terreno, e a conjugação com os perímetros de proteção necessários a estes parques, vai contribuir para uma menor área afetada da reserva de caça associativa de Monte da Pedra. (Fig. 23)



X - painéis a relocar

Figura 22 – Proposta/sugestão de relocação de painéis.



X - painéis a relocar

Figura 23 – Proposta/sugestão de relocação de painéis

A relocação de painéis pode ser realizada nos terrenos do mesmo proprietário ou para terrenos de proprietários confinantes, que são fáceis de identificar pois não são em número elevado.

2. Na efetivação de acessos, evitar a destruição de muros de pedra das propriedades que fazem parte da nossa paisagem e história;
3. No caso dos elementos geológicos do Sume que venham a sofrer interferência, os elementos ou estruturas de especial interesse geológico, paleontológico ou espeleológico que sejam postos a descoberto durante as operações de construção do projeto, devem ser sujeitos a uma avaliação geológica, devendo o procedimento técnico a adotar, apontar sempre para o seu estudo, preservação e divulgação.
4. Sinergias no âmbito da educação ambiental – por exemplo, constituir no caminho velho do chamiço um percurso interpretativo com uma vertente de produção de energia e outra vertente histórica;
5. No que se refere ao traçado das linhas elétricas de alta tensão pelo que se entende temos duas situações: a) linha elétrica Helíade-Comenda; e b) Linha Elétrica Torre das Vargens-AP4/35. Sugerimos que ambas utilizem espaços canais já existentes para as linhas de média tensão:
 - a. Linha elétrica Helíade-Comenda – esta linha deve partir enterrada, fazer o atravessamento à estrada M532 de forma enterrada e prosseguir desta forma até se atingir um ponto de cumeeira em que o traçado ocorre à superfície a uma distância considerável das populações e de potenciais observadores em que os distúrbios gerados sejam pouco significativos, para além de se ir localizar numa zona onde já existem linhas de média tensão; Não passar junto da Lage de Santo Estevão e da Ponte Sorinho;
 - b. Linha Elétrica Torre das Vargens-AP4/35 - o traçado da linha de alta tensão seguir uma linha de cumeeira que não seja visível a partir do Lugar do Sume e a travessia da Ribeira de Sor ocorrer a uma distância cujos distúrbios gerados na paisagem sejam considerados pouco significativos e não interfira com afloramentos rochosos e fenómenos geológicos existentes.
6. O projeto de compensação relativo ao abate de árvores deve contemplar a plantação de um determinado número de exemplares arbóreos (em relação ao total previsto) em terrenos rurais de Monte da Pedra e Sume;
7. Possibilidade de utilização de determinadas zonas dos parques solares para maternidade de espécies cinegéticas utilizadas para repovoamentos (ex: coelho bravo);
8. Do ponto de vista técnico, ambiental e social a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis deve considerar a sua colocação em áreas edificadas. Deve ser sempre privilegiada a instalação de painéis fotovoltaicos em áreas edificadas por forma a não criar conflitos com outros usos. Isto poderia ser uma forma de manter a mesma capacidade instalada e em simultâneo prescindir de algumas zonas de terrenos cujo uso do solo atual devido às suas

características ambientais não é de todo compatível com a implantação de painéis solares. Por outro lado, seria uma forma de diminuir a área afetada da reserva de caça associativa que também tem o seu papel importante na economia local e na preservação de espécies. Com base nos Censos, 2021 contabilizamos 313 edifícios de habitação na freguesia de Monte da Pedra. De forma empírica, se em cada um dos edifícios for colocado dois painéis solares, são 626 painéis que deixam de ocupar solo agrícola e com valores ambientais. Por outro lado, parte desta energia produzida (50%) poderia reverter à população, no caso ao proprietário do edifício vendo a sua fatura energética reduzida. O restante estaria a contribuir para manter a capacidade instalada do projeto Helíade;

9. Utilizar terrenos públicos onde seriam colocados painéis solares e constituída uma comunidade energética. Gerir a quantidade de energia elétrica produzida através da implementação de um instrumento de gestão ambiental, no caso económico, que consiste na criação de um mercado de quotas de eletricidade que seria colocado à disposição da população (consumidores finais) e parte reverterse ao promotor (no caso a Endesa)
10. Criação de posto de carregamento elétrico por forma a fomentar a mobilidade sustentável e oferecer esse serviço em Monte da Pedra
11. No seguimento das medidas anteriormente identificadas, deverá ser desenvolvido um Plano de Partilha de benefícios com as comunidades locais que preveja a mitigação da pobreza energética, por exemplo através na renovação energética de habitações e da instalação de painéis fotovoltaicos no edificado que alavanque uma transição energética justa.

6. Considerações finais

O presente documento constituiu os contributos, sugestões e reclamações da Junta de Freguesia de Monte da Pedra que será a freguesia mais impactada no âmbito do projeto Helíade.

Iniciamos este documento com um enquadramento da freguesia de Monte da Pedra onde se identificou o nosso património natural, cultural e histórico para o qual queremos chamar a atenção para a importância da sua preservação e valorização e para o facto de constituir a “matéria-prima” existente nesta freguesia. É a nossa identidade e a nossa história!

Depois abordamos a nossa economia local onde referimos a existência da Reserva de Caça Associativa de Monte da Pedra e a necessidade de encontrar soluções para compatibilizar as duas atividades (Caça e projeto Helíade).

Referimos também os antecedentes do projeto e as vezes que fomos contactados (duas vezes). Deveríamos ter sido envolvidos atempadamente das intenções do proponente e da configuração do projeto na freguesia de Monte da Pedra. O objetivo seria sempre alertar para determinadas especificidades da freguesia de Monte da Pedra que permitiriam uma melhor compatibilização do projeto Heliade com o nosso território e respeito pelo nosso património natural, cultural e histórico. Estes aspetos foram referidos por considerarmos que deveriam estar melhor avaliados no EIA.

No que se refere ao EIA, no âmbito do presente documento fazemos propostas/sugestões de estudos complementares que o mesmo deveria considerar para melhor decidir. Foi com estranheza que verificamos que na documentação disponibilizada pela APA não estava disponível qualquer ficheiro kmz ou shape file para melhor perceber a implantação do projeto na freguesia de Monte da Pedra.

No que se refere às medidas de minimização de impactes ambientais e de compensação preconizadas e direcionadas às comunidades afetadas, consideramos que as mesmas são claramente insuficientes, face às práticas já implementadas noutros projetos semelhantes em Portugal.

Desta forma, fazemos um conjunto de propostas de medidas (em número de 11) que consideramos que deverão ser consideradas e implementadas para que o projeto Heliade seja efectivo e se consiga minimizar e compensar os impactes ambientais e sociais na freguesia de Monte da Pedra.

Percebemos a importância da transição energética da Central do Pego, os desígnios e a importância para o País, bem como o impacto social positivo na conversão dos trabalhadores da Central do Pego. Não menos importante será a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis diminuindo a nossa dependência dos combustíveis fósseis e assim contribuir para a diminuição dos gases de efeito de estufa.

No entanto não abdicamos de equidade, razoabilidade, equilíbrio, justiça social e sustentabilidade na defesa dos interesses da freguesia de Monte da Pedra e da sua população.

Em suma, procurámos com os nossos contributos demonstrar e sensibilizar que a transição energética tem de ser justa não só para o País, proponentes e proprietários dos terrenos, mas também para a população e associações de Monte da Pedra e Sume.

Se as medidas identificadas forem implementadas estão encontradas soluções *WIN-WIN*, e o Monte da Pedra por ser uma comunidade pequena pode servir de caso de estudo e exemplo a aplicar na questão da transição energética que se quer JUSTA para todas as partes envolvidas/interessadas.

Monte da Pedra, 11 de Março de 2025

BSF

(Presidente da Freguesia de Monte da Pedra)



Rui Subtil <rui.subtil@gmail.com>

FW: T2023-396 - Solicitação de Informação e Dados: Projeto PV Heliade

3 mensagens

geral@jf-montedapedra.pt <geral@jf-montedapedra.pt>

22 de abril de 2024 às 09:40

Para: Carina Louro <carina-louro@hotmail.com>, Eduarda Subtil <eduarda.subtil@gmail.com>, Presidente <presidente@jf-montedapedra.pt>

De: Ana Cananão - QUADRANTE <acananao@qd-eng.com>**Enviada:** 22 de abril de 2024 10:11**Para:** geral@jf-montedapedra.pt**Cc:** Patrícia Fiadeiro - QUADRANTE <pfiadeiro@qd-eng.com>; Adriana Cardoso - QUADRANTE <accardoso@qd-eng.com>**Assunto:** T2023-396 - Solicitação de Informação e Dados: Projeto PV Heliade

Exmo. Sr. Presidente,

A Endesa Generación Portugal S.A. (doravante designada abreviadamente por “Endesa”), sociedade anónima, com sede em Avenida Mário Soares, Lote 37 B, 2.o andar, Escritório n.º 7. 2200-220 Abrantes, com o número único de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais 507 090 047, é adjudicatária do “*Procedimento concorrencial para atribuição de reserva de capacidade de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público de eletricidade produzida exclusivamente a partir de fonte(s) de energia renovável em centro electroprodutor com ou sem armazenamento integrado*” lançado ao abrigo do Despacho n.º 9241-C/2021, de 17 de setembro. Em virtude da referida adjudicação, será atribuído à Endesa um Título de Reserva de Capacidade para 224MVA a conectar à subestação REN Pego para o desenvolvimento do seu projeto. No âmbito do desenvolvimento do referido projeto, a Endesa é promotora de um projeto para uma Central Fotovoltaica designada de “Heliade” de capacidade instalada de 93 MW. Para o desenvolvimento deste Projeto, a Endesa contratou a empresa QUADRANTE-ENGENHARIA E CONSULTORIA, SA.

No desenvolvimento do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto será necessário garantir o devido acesso às parcelas onde se localizam o projeto, sendo que, o mesmo se deve realizar por vias ou caminhos públicos, situação fundamental que deverá ser devidamente demonstrada. Desta forma, considera-se que a Junta de Freguesia de Monte da Pedra será a entidade competente para identificar e categorizar as estradas e caminhos que dão acesso ao projeto.

Assim, e para uma maior eficácia desta análise, solicita-se a V. Ex.^a a disponibilização de informação, preferencialmente em suporte digital editável (*dwg* ou *shapefile*).

Por forma a facilitar a vossa análise, apresenta-se a área de estudo a analisar em anexo ao e-mail, em formato *SHAPEFILE* e *KMZ*.

Agradecendo uma vez mais a atenção dispensada, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e colocamo-nos à V. inteira disposição para qualquer esclarecimento que se considere necessário.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Ana Cananão

Team Leader - Environment



Algeria . Angola . Brazil . Chile . France . Ghana . Italy . Mozambique . Peru . Portugal .
Romania . UK

, 2614-523, Amadora

This email and any files transmitted with it are confidential and intended solely for the use of the individual or entity to whom they are addressed. If you have received this email in error please notify QUADRANTE immediately to quadrante@qd-eng.com. This message contains confidential information and is intended only for the individual named. If you are not the named addressee you should not disseminate, distribute or copy this e-mail. All outbound mail messages from QUADRANTE are checked for virus. However QUADRANTE will not be responsible for any damage inflicted in the destination organization, which should maintain his own security systems. Any information included in this message is subject to changes, therefore its inclusion in other documents is the sole responsibility of the addressee.



geral@jf-montedapedra.pt <geral@jf-montedapedra.pt>
Para: Rui Subtil <rui.subtil@gmail.com>, Eduarda Subtil <eduarda.subtil@gmail.com>, Carina Louro <carina-louro@hotmail.com>

14 de maio de 2024 às 10:38

De: Ana Cananão - QUADRANTE <acananao@qd-eng.com>
Enviada: 14 de maio de 2024 11:26
Para: geral@jf-montedapedra.pt
Cc: Patrícia Fiadeiro - QUADRANTE <pfiaideiro@qd-eng.com>; Adriana Cardoso - QUADRANTE <accardoso@qd-eng.com>
Assunto: RE: T2023-396 - Solicitação de Informação e Dados: Projeto PV Heliade

Exmos. Senhores,

Gostaríamos de reforçar o pedido de esclarecimento relativamente ao e-mail infra.

Pedíamos, por favor e se possível, urgência neste pedido, face aos timings do projeto.

Agradecendo uma vez a atenção dispensada, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e colocamo-nos à V. inteira disposição para qualquer esclarecimento que se considere necessário.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Ana Cananão

Team Leader - Environment



e. acananao@qd-eng.com

t. +351 210 067 200

f. +351 210 067 299

m.

s. www.qd-eng.com

Algeria . Angola . Brazil . Chile . France . Ghana . Italy . Mozambique . Peru . Portugal .
Romania . UK

, 2614-523, Amadora

This email and any files transmitted with it are confidential and intended solely for the use of the individual or entity to whom they are addressed. If you have received this email in error please notify QUADRANTE immediately to quadrante@qd-eng.com. This message contains confidential information and is intended only for the individual named. If you are not the named addressee you should not disseminate, distribute or copy this e-mail. All outbound mail messages from QUADRANTE are checked for virus. However QUADRANTE will not be responsible for any damage inflicted in the destination organization, which should maintain his own security systems. Any information included in this message is subject to changes, therefore its inclusion in other documents is the sole responsibility of the addressee.



[Texto das mensagens anteriores oculto]

geral@jf-montedapedra.pt <geral@jf-montedapedra.pt>

9 de junho de 2024 às 16:00

Para: acananao@qd-eng.com

Cc: Carina Louro <carina-louro@hotmail.com>, Eduarda Subtil <eduarda.subtil@gmail.com>, Presidente <presidente@jf-montedapedra.pt>

Boa tarde Eng.^a Ana Cananão,

Em primeiro lugar pedimos desculpa pela demora na resposta.

No que se refere à shape file analisada o que temos é que o projeto vai interferir com zonas de montado (azinheiras e sobreiros), matos e eucaliptais.

Na sua maioria trata-se de terrenos cedidos pelos proprietários à reserva associativa de Monte da Pedra que se encontra a ser gerida pelo Clube de Caça e Pesca Montepedrense (parte interessada que também deveriam considerar) e onde ainda se continua a conseguir observar e a manter lebres, perdizes, coelho, galinhas, entre outras espécies, cujos caçadores também estão a contribuir para a sua preservação. Por estes territórios o desporto caça é dinamizador do território e da sua economia local.

No que se refere aos caminhos públicos intersetados pelo projeto identificam-se os seguintes caminhos:

- Caminho do Aguilhão;
- Caminho Velho do Chamiço;
- Caminho do Chamiço;
- Caminho da Cumeada do Chamiço
- Caminho da Fonte Santa.

Todos os caminhos identificados são caminhos públicos municipais pelo que deverão contactar a Câmara Municipal do Crato.

No que se refere ao referido projeto pelo que vejo por este território o mesmo já começou mal.

O ICNF já identificou o abate ilegal de azinheiras e sobreiros de geração espontânea na sua maioria no estado juvenil no interior de uma mata de eucaliptos sem que existisse sequer licença para tal e sem que os referidos exemplares arbóreos se apresentassem cintados.

Por outro lado, o projeto vai interferir com o acesso à Capela de Santo Isidro ou Lugar do Chamiço, um lugar histórico da nossa freguesia com valor histórico e sentimental para todas as famílias principalmente com origem em Monte da Pedra e Vale do Peso.

Será que o projeto não poderia ocupar apenas zonas que atualmente estão ocupadas com eucaliptos deixando de fora as zonas de montado e olival??

Que benefícios vai trazer aos habitantes locais cujo seu sustento é praticamente criação de gado em modo extensivo?? Só se for para mais pessoas abandonarem as terras agrícolas e nesse seguimento abandonarem o interior!

Para o proprietário dos terrenos para a instalação dos painéis solares irá por certo trazer grande retorno económico. É pena é que este retorno económico só beneficie um ou dois proprietários.

É de facto um projeto estruturante para o país e para a Central do Pego que vai permitir a produção de energia de fontes renováveis e diminuir a dependência do país dos combustíveis fósseis. O proponente e proprietários dos terrenos vão de facto beneficiar bastante. E as pessoas que cá moram e outras que nos visitam devido ao potencial natural deste território? O que vão beneficiar?

E os impactes visuais na paisagem deste tipo de projetos?

Em vez de abater sobreiros e azinheiras em zonas com declives suaves, porque não colocar os painéis sobre pedras onde só existem matos (principalmente de estevas e giestas) em que ninguém lá consegue chegar e são sítios preferenciais para a existência de incêndios que não se consegue combater a não ser por meios aéreos??

Do ponto de vista social avaliar também o que estes projetos beneficiam as populações locais?? Avaliar a descaracterização do território e da paisagem? No âmbito da socio-economia fazer um estudo que consagre os impactes na economia e população local.

Muito obrigado pela atenção.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Subtil Pires

(Presidente da Freguesia de Monte da Pedra)

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]



in f



EMISSOR

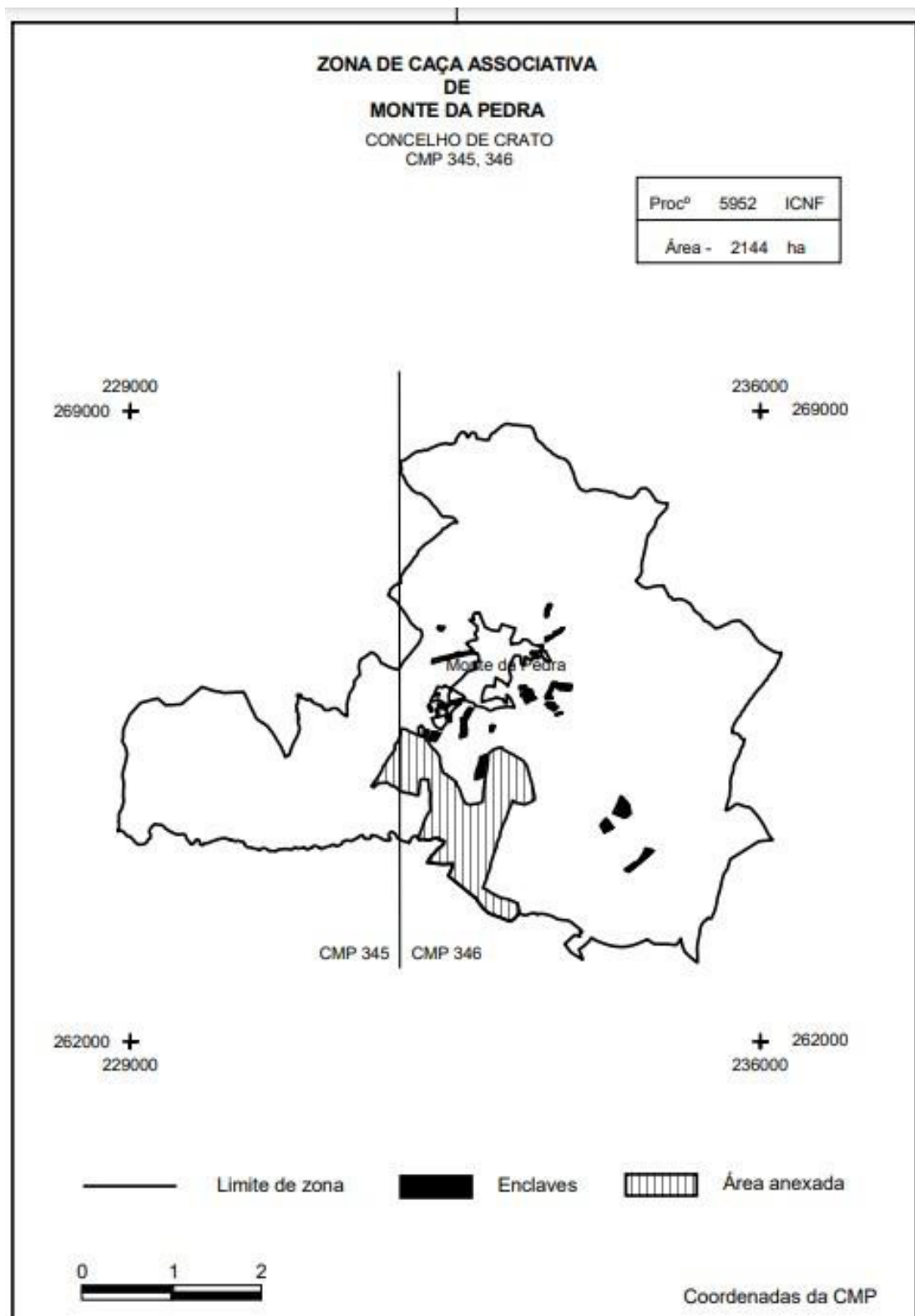
VICE-PRESIDENTE DO CD
Dr. Paulo Salsa

NÚMERO

27686/2022
VPCD_PS/793/2022

DATA

03-11-2022





Rui Subtil <rui.subtil@gmail.com>

JF Monte Pedra | Projeto Transição Justa do Pego

Gonçalves, Marta <marta.goncalves@enel.com>

5 de agosto de 2024 às 08:53

Para: Presidente <presidente@jf-montedapedra.pt>

Cc: Carina Louro <carina-louro@hotmail.com>, Eduarda Subtil <eduarda.subtil@gmail.com>, "geral@jf-montedapedra.pt" <geral@jf-montedapedra.pt>, "Volles Garrido, Beatriz" <Beatriz.Volles@enel.com>

INTERNAL

Estimado Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra

Bom dia,

No seguimento do v/email, o qual agradecemos, vimos pelo presente apresentar-vos o nosso compromisso de reunir com V. Exas, para apresentação do projeto a desenvolver na região, assim como auscultar as v/preocupações e medidas de melhoria, para a população e ambiente. Em 2023 tivemos uma primeira abordagem com a Câmara Municipal do Crato, onde apresentamos o nosso projeto e procuramos perceber as principais preocupações do município.

A Endesa foi a empresa adjudicatária do Concurso de Transição Justa do Pego, sendo titular de um Título de Reserva de Capacidade ("TRC") para a injeção de 224 MVA de potência na RESP (PC Abrantes), através da construção de um cluster híbrido, constituído por 5 centrais solares fotovoltaicas e 2 parques eólicos, com um total de mais de 600MW de potência instalada, sistema de armazenamento em baterias, além de um conjunto de outros equipamentos, tais como uma Unidade de Produção de Hidrogénio Verde de 500 kW e um compensador síncrono de 7 MVA.

Atualmente, todo o projeto do Centro Electroprodutor do Pego encontra-se em fase de licenciamento ambiental, com os processos submetidos a AIA entre janeiro e julho do presente ano.

A Endesa, no âmbito do Concurso do Pego, assumiu diversos compromissos socioeconómicos e ambientais:

PLANO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

1. MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS

- Apoio e Incentivos a medidas de eficiência energética;
- autoconsumo em espaços públicos e privados;
- mobilidade elétrica e;
- promoção da digitalização, especialmente nas zonas rurais

2. BIODIVERSIDADE

- Proteção do capital natural da região, com especial incidência no apoio à gestão das zonas florestais.

3. FORMAÇÃO

- Promover a educação, a formação e o reforço das capacidades da população local, para responder às necessidades e oportunidades emprego na região.

4. SETOR PRIMÁRIO

- Colaborar com empresas e produtores locais, como agricultores ou apicultores, para promoção da produção local.

5. SETOR TERCIÁRIO

- Promover o setor através da promoção de bens e serviços;
- Promover do espírito de empreendedorismo nas zonas rurais, em colaboração com empresas e/ou entidades especializadas.

Nesse sentido, temos vindo a desenvolver, conjuntamente com os municípios diretamente ligados ao projeto, uma abordagem CSV (*Creating Shared Value*) – **Criação de Valor Partilhado**, onde foi possível identificar as principais preocupações das partes interessadas e contribuir para o crescimento económico da região e, também, para a empregabilidade.

Avançamos então com a **Criação de Fundo de Formação Profissional**, em parceria com o ISQ, no âmbito das energias renováveis, no valor de €1.000.000: **ERES – Escola Rural de Energia Sustentável**. Este programa formativo com mais de 90 cursos dirigidos a mais de 1.900 alunos entre 2023 a 2026 (prioridade a BTJ, desempregados, mulheres, residentes na região de implantação do cluster e pessoas com descapacidade).

Assumimos, também, um ambicioso projeto de **Sustentabilidade e Economia Circular**, desenvolvido em vários projetos e atividades singulares no sector primário, tais como:

- **Apadrinha uma Oliveira:**

- Objetivo de recuperação de 10.000 oliveiras, com a meta de criar valor através produção e venda de Azeites e Conservas. Atualmente quase 2.500 oliveiras já estão sendo recuperadas;
- Contratação atual de mão de obra regional:
 - Direta: 9 pessoas
 - Indireta: 7 pessoas

- **Apicultura:**

- Partilha do uso do solo dos projetos renováveis com o sector primário;
- Habitat protegido para os insetos polinizadores;
- Espaço de formação para jovens empreendedores.;
- Atração turística para o município.;
- Espaço de Inovação aberto a empresas inovadoras neste domínio.

- **Atividades de Pastoreio**

- Partilha do uso do solo de centrais solares com o sector primário, com o objetivo de assegurar que o solo rural não perde o seu carácter primário.
- Comunidade local pode obter o valor acrescentado dos nossos projetos.

Durante o período de operação dos parques eólicos e solares, vamos criar um **Modelo de Parque Sustentável**, onde assumimos o compromisso de melhorar continuamente o desempenho sustentável nos ativos de geração, com a implementação de práticas sustentáveis, adequadas às características e contexto de cada instalação. Anualmente será selecionado um Catálogo de Práticas Sustentáveis a implementar em cada projeto, com vista à minimização de impactes ambientais e aumentar o impacto social positivo, com a participação da Comunidade e através das necessidades que forem sendo identificadas. Serão promovidas sessões com as comunidades, onde se apresentará as iniciativas e se auscultará o feedback, com a realização de análises de materialidade através de uma política de Melhoria Contínua.

A Endesa tem vindo a coordenar reuniões em todos os municípios envolvidos no projeto, de forma faseada e ajustada ao nível de maturidade do processo de Avaliação Ambiental, onde se apresenta o projeto a desenvolver na região em todas as suas vertentes.

O projeto a construir no município do Crato foi submetido à APA no passado mês de julho, sendo que temos calendarizadas sessões de apresentação no município do Crato para o 3º trimestre e 4º trimestre de 2024, nas quais teremos todo o interesse em contar com o v/apoio na organização de sessões de apresentação aos principais stakeholders da região.

Com os melhores cumprimentos,

Marta Gonçalves

Business Development

**Enel Green Power**

Quinta da Fonte, Ed. Dom Manuel I, Piso 3. 2770-203 Paço D'Arcos

M +351 915 421 045

marta.goncalves@enel.com

De: geral@jf-montedapedra.pt <geral@jf-montedapedra.pt>

Enviada: 9 de junho de 2024 17:01

Para: Ana Cananão <acananao@quadranteglobal.com>

Cc: 'Carina Louro' <carina-louro@hotmail.com>; 'Eduarda Subtil' <eduarda.subtil@gmail.com>; Presidente <presidente@jf-montedapedra.pt>

Assunto: RE: T2023-396 - Solicitação de Informação e Dados: Projeto PV Heliade

External Email - Do not click on links, open attachments or enter your credentials unless you validate the sender and know the content is safe. If you have any doubt please contact the Helpdesk.

Boa tarde Eng.^a Ana Cananão,

Em primeiro lugar pedimos desculpa pela demora na resposta.

No que se refere à shape file analisada o que temos é que o projeto vai interferir com zonas de montado (azinheiras e sobreiros), matos e eucaliptais.

Na sua maioria trata-se de terrenos cedidos pelos proprietários à reserva associativa de Monte da Pedra que se encontra a ser gerida pelo Clube de Caça e Pesca Montepedrense (parte interessada que também deveriam considerar) e onde ainda se continua a conseguir observar e a manter lebres, perdizes, coelho, galinhas, entre outras espécies, cujos caçadores também estão a contribuir para a sua preservação. Por estes territórios o desporto caça é dinamizador do território e da sua economia local.

No que se refere aos caminhos públicos intersetados pelo projeto identificam-se os seguintes caminhos:

- Caminho do Aguilhão;
- Caminho Velho do Chamiço;
- Caminho do Chamiço;
- Caminho da Cumeada do Chamiço
- Caminho da Fonte Santa.

Todos os caminhos identificados são caminhos públicos municipais pelo que deverão contactar a Câmara Municipal do Crato.

No que se refere ao referido projeto pelo que vejo por este território o mesmo já começou mal.

O ICNF já identificou o abate ilegal de azinheiras e sobreiros de geração espontânea na sua maioria no estado juvenil no interior de uma mata de eucaliptos sem que existisse sequer licença para tal e sem que os referidos exemplares arbóreos se apresentassem cintados.

Por outro lado, o projeto vai interferir com o acesso à Capela de Santo Isidro ou Lugar do Chamiço, um lugar histórico da nossa freguesia com valor histórico e sentimental para todas as famílias principalmente com origem em Monte da Pedra e Vale do Peso.

Será que o projeto não poderia ocupar apenas zonas que atualmente estão ocupadas com eucaliptos deixando de fora as zonas de montado e olival??

Que benefícios vai trazer aos habitantes locais cujo seu sustento é praticamente criação de gado em modo extensivo?? Só se for para mais pessoas abandonarem as terras agrícolas e nesse seguimento abandonarem o interior!

Para o proprietário dos terrenos para a instalação dos painéis solares irá por certo trazer grande retorno económico. É pena é que este retorno económico só beneficie um ou dois proprietários.

É de facto um projeto estruturante para o país e para a Central do Pego que vai permitir a produção de energia de fontes renováveis e diminuir a dependência do país dos combustíveis fósseis. O proponente e proprietários dos terrenos vão de facto beneficiar bastante. E as pessoas que cá moram e outras que nos visitam devido ao potencial natural deste território? O que vão beneficiar?

E os impactes visuais na paisagem deste tipo de projetos?

Em vez de abater sobreiros e azinheiras em zonas com declives suaves, porque não colocar os painéis sobre pedras onde só existem matos (principalmente de estevas e giestas) em que ninguém lá consegue chegar e são sítios preferenciais para a existência de incêndios que não se consegue combater a não ser por meios aéreos??

Do ponto de vista social avaliar também o que estes projetos beneficiam as populações locais?? Avaliar a descaracterização do território e da paisagem? No âmbito da socio-economia fazer um estudo que consagre os impactes na economia e população local.

Muito obrigado pela atenção.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Subtil Pires

(Presidente da Freguesia de Monte da Pedra)

De: geral@jf-montedapedra.pt <geral@jf-montedapedra.pt>

Enviada: 22 de abril de 2024 10:40

Para: 'Carina Louro' <carina-louro@hotmail.com>; 'Eduarda Subtil' <eduarda.subtil@gmail.com>; Presidente <presidente@jf-montedapedra.pt>
Assunto: FW: T2023-396 - Solicitação de Informação e Dados: Projeto PV Heliade

De: Ana Cananão - QUADRANTE <acananao@qd-eng.com>

Enviada: 22 de abril de 2024 10:11

Para: geral@jf-montedapedra.pt

Cc: Patrícia Fiadeiro - QUADRANTE <pfiadeiro@qd-eng.com>; Adriana Cardoso - QUADRANTE <accardoso@qd-eng.com>

Assunto: T2023-396 - Solicitação de Informação e Dados: Projeto PV Heliade

Exmo. Sr. Presidente,

A Endesa Generación Portugal S.A. (doravante designada abreviadamente por “Endesa”), sociedade anónima, com sede em Avenida Mário Soares, Lote 37 B, 2.o andar, Escritório n.o 7. 2200-220 Abrantes, com o número único de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais 507 090 047, é adjudicatária do “*Procedimento concorrencial para atribuição de reserva de capacidade de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público de eletricidade produzida exclusivamente a partir de fonte(s) de energia renovável em centro electroprodutor com ou sem armazenamento integrado*” lançado ao abrigo do Despacho n.º 9241-C/2021, de 17 de setembro. Em virtude da referida adjudicação, será atribuído à Endesa um Título de Reserva de Capacidade para 224MVA a conectar à subestação REN Pego para o desenvolvimento do seu projeto. No âmbito do desenvolvimento do referido projeto, a Endesa é promotora de um projeto para uma Central Fotovoltaica designada de “Heliade” de capacidade instalada de 93 MW. Para o desenvolvimento deste Projeto, a Endesa contratou a empresa QUADRANTE-ENGENHARIA E CONSULTORIA, SA.

No desenvolvimento do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto será necessário garantir o devido acesso às parcelas onde se localizam o projeto, sendo que, o mesmo se deve realizar por vias ou caminhos públicos, situação fundamental que deverá ser devidamente demonstrada. Desta forma, considera-se que a Junta de Freguesia de Monte da Pedra será a entidade competente para identificar e categorizar as estradas e caminhos que dão acesso ao projeto.

Assim, e para uma maior eficácia desta análise, solicita-se a V. Ex.^a a disponibilização de informação, preferencialmente em suporte digital editável (*dwg* ou *shapefile*).

Por forma a facilitar a vossa análise, apresenta-se a área de estudo a analisar em anexo ao e-mail, em formato *SHAPEFILE* e *KMZ*.

Agradecendo uma vez mais a atenção dispensada, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e colocamo-nos à V. inteira disposição para qualquer esclarecimento que se considere necessário.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Ana Cananão

Team Leader - Environment



e. acananao@qd-eng.com

t. +351 210 067 200

f. +351 210 067 299

m.

s. www.qd-eng.com

Algeria . Angola . Brazil . Chile . France . Ghana . Italy . Mozambique . Peru . Portugal .
Romania . UK

, 2614-523, Amadora

This email and any files transmitted with it are confidential and intended solely for the use of the individual or entity to whom they are addressed. If you have received this email in error please notify QUADRANTE immediately to quadrante@qd-eng.com. This message contains confidential information and is intended only for the individual named. If you are not the named addressee you should not disseminate, distribute or copy this e-mail. All outbound mail messages from QUADRANTE are checked for virus. However QUADRANTE will not be responsible for any damage inflicted in the destination organization, which should maintain his own security systems. Any information included in this message is subject to changes, therefore its inclusion in other documents is the sole responsibility of the addressee.



in f

 **image001.gif**
1K



Conjunto de sepulturas – Couto da Nave



Sepultura isolada – Couto da Nave

Assunto: Consulta pública – Projetos Solares de Heliáde e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 KV

07 de março de 2025

Ex.mos. Srs. Promotores – ENDESA GENERACIÓN PORTUGAL, S.A.;
Agência Portuguesa do Ambiente,

A Vulture Conservation Foundation (VCF), em representação do consórcio do projeto [LIFE Aegypius Return](#), vem pelo presente apresentar um parecer à consulta pública sobre os Projetos Solares de Heliáde e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 KV.

O projeto LIFE Aegypius Return foca-se na conservação do abutre-preto (*Aegypius monachus*) em Portugal e no oeste de Espanha, detendo informação detalhada e atualizada sobre a espécie, relevante para mitigar impactos de projetos como aqueles que estarão relacionados à reconversão do Centro Eletroprodutor do Pego. Neste contexto, a VCF, em representação do projeto LIFE Aegypius Return, teve a 08/08/2024 uma reunião de trabalho com a ENDESA GENERACIÓN PORTUGAL, S.A., a pedido desta última. No seguimento dessa reunião, foi disponibilizada informação cartográfica com movimentos de abutres-pretos marcados com emissor GPS/GSM registados em torno da área de implementação dos projetos, bem como estimativas populacionais projetadas para a área de estudo. Os dados fornecidos pela VCF foram tidos em consideração no Estudo Técnico Ambiental “Caracterização e Avaliação de Impactes Cumulativos na Avifauna”, aqui discutido na versão de 02 de outubro de 2024 (Anexo XV do presente processo). Porém, vimos pelo presente apresentar dados adicionais ou de maior detalhe, face à relevância e implicações na análise do risco dos empreendimentos em apreço sobre esta espécie protegida, de resto, como destacado nos pedidos de esclarecimento que resultaram na apresentação de elementos adicionais ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Volume V – Elementos Adicionais, de 17 de dezembro de 2024.

O abutre-preto é uma ave planadora, necrófaga, de grande porte, que detém o estatuto de ameaça Em Perigo, em Portugal (Almeida *et al.*, 2022). Depois de décadas sem se reproduzir no nosso país, a espécie tem recuperado e, em 2024, foram confirmados [pelo menos 108 casais](#) nidificantes em Portugal, organizados em cinco colónias reprodutoras. A maior colónia localiza-se no Tejo Internacional, onde em 2023 se registaram 44 a 46 casais nidificantes e, em 2024, 61 a 64 casais. Este número equivale a mais do dobro da estimativa apresentada no III Atlas das Aves Nidificantes, usado como referência no Estudo Técnico Ambiental. Os ninhos da colónia do Tejo Internacional mais a oeste distam apenas cerca de 45 km do Projeto Solar de Heliáde e cerca de 60 km do Projeto Solar de Torre das Vargens, e a colónia está em franca expansão. De um modo geral, os abutres-pretos adultos utilizam regularmente áreas em torno do ninho até 80 km (Costillo *et al.*, 2007), e com maior intensidade num raio mais proximal de 40 km, nomeadamente para a procura de alimento (sem prejuízo de algumas aves ou dos indivíduos imaturos poderem fazer movimentos de muito maior ou menor distância). Verifica-se uma sobreposição entre a área utilizada regularmente pelos abutres-pretos do Tejo Internacional (80 km) e a área de influência do Centro Eletroprodutor do Pego, e dos projetos específicos em análise na presente consulta pública (**Fig. 1**).

Desde 2018, a VCF e os seus parceiros já marcaram com emissor GPS/GSM, nas várias colónias de abutre-preto em Portugal, um total de 67 abutres-pretos, que representam apenas uma pequena fração da população nacional desta espécie. No entanto, destes 67 indivíduos, até 2024, 24 (36% dos indivíduos marcados) utilizaram ou atravessaram a área de influência do Centro Eletroprodutor do Pego, calculada com um raio de 30 km em torno dos projetos (conforme cartografia apresentada na Figura 4.9, na página 42 do Estudo Técnico Ambiental), com a maioria dos movimentos notoriamente a ter lugar em 2023 e 2024, conforme expansão da espécie no país. Alargando o raio de análise para 50 km, até 20/01/2025 foram registados movimentos de 31 abutres-pretos (**Fig. 2**). Este número inclui dois indivíduos marcados no sul de França, portanto, o *buffer* de 50 km em torno do Centro Eletroprodutor do Pego registou 29 indivíduos (43%) dos 67 que foram marcados em Portugal ao longo dos anos. De notar que apenas 26% destes indivíduos são oriundos da colónia reprodutora do Tejo Internacional, a mais próxima da região. Saliente-se a preponderância (42% dos indivíduos) das aves marcadas ou libertadas na Herdade da Contenda, que se localiza a cerca de 170 km do Centro Eletroprodutor do Pego (**Tabela 1**), o que demonstra as vastas áreas utilizadas por estas aves nas suas atividades regulares.

Nota: O intervalo de datas para os movimentos das várias aves é variável, refletindo os dados obtidos desde que cada indivíduo foi marcado, ou desde que tenha saído do ninho, no caso de crias, até à data mais recente em que tenha sido possível obter dados e movimentos relevantes. No conjunto das aves com emissor GPS/GSM, o período de monitorização apresentado é de 22/04/2016 a 20/01/2025 (dd/mm/aaaa).

Estudos publicados em revistas científicas internacionais demonstram que a área é ainda utilizada por abutres-pretos em dispersão, oriundos de diferentes colónias de reprodução de Espanha (García-Macía *et al.*, 2024).

Face a estes registos e atendendo à evidente tendência crescente da população em Portugal, em todas as colónias de reprodução, bem como aos registos efetuados durante as observações de campo durante a realização do Estudo de Impacto Ambiental, a interpretação da informação através da frase “*Esta observação corrobora os dados da monitorização do ano 0, que indicam uma presença esporádica da espécie na área do cluster.*”, constante do Estudo Técnico Ambiental (página 41) parece-nos desadequada e menosprezadora dos riscos colocados pelo Centro Eletroprodutor do Pego para o abutre-preto. Mais ainda quando o Estudo Técnico Ambiental referencia o trabalho de Santos *et al.* (2024), produzido no âmbito do projeto LIFE Aegyptius Return com o intuito de apresentar uma estratégia de reforço alimentar para as comunidades de aves necrófagas em Portugal, que, a médio termo, poderá possivelmente contribuir para um aumento ainda mais expressivo das populações de abutre-preto no país e, logo, na frequência e intensidade de utilização do espaço aéreo e terrestre entre colónias de reprodução e entre colónias e áreas de alimentação, como é o caso da região envolvente ao Centro Eletroprodutor do Pego.

Adicionalmente, e não sendo outras espécies de aves necrófagas alvos diretos do projeto LIFE Aegyptius Return, devemos ainda chamar a atenção para a existência de três colónias reprodutoras de grifo (*Gyps fulvus*, estatuto Pouco Preocupante) junto à margem sul do Tejo, próximo de Gavião, a cerca de 12 km do projeto de Torre das Vargens e 19 km do projeto de Heliade; e do registo relativamente recente de um ninho de britango (*Neophron percnopterus*, estatuto Em Perigo) na mesma região. Não é claro se a colónia de grifo e britango mencionada no Estudo inclui os três núcleos reprodutivos de grifo.

Quanto ao britango, o Estudo Técnico Ambiental refere movimentos do indivíduo Arribas, consultados na plataforma Movebank. A VCF e/ou os seus parceiros marcaram em Portugal um número bastante reduzido de indivíduos desta espécie (um total de 11 indivíduos marcados no âmbito do projeto [LIFE Rupis](#)). Não obstante, nas áreas de impactos cumulativos em 50 km em torno do Centro Eletroprodutor do Pego e desde agosto de 2019, foi registada a ocorrência de quatro desses indivíduos (**Fig. 3**). Destes, três são oriundos da colónia do Douro Internacional (Arribas, Fangueiro e Mogadouro) e um quarto ([Alvor](#)) foi resgatado debilitado em Alvor, no Algarve, e posteriormente libertado no Tejo Internacional, após a sua recuperação. Atendendo ao reduzido número de britangos marcados em Portugal, o registo de movimentos de quatro indivíduos na região, e comprovadamente indivíduos em migração, enfatiza a importância da região como corredor de voo e de migração. O uso/atravessamento regular desta área por britangos em migração foi também publicado no meio científico. Por exemplo, no estudo de Oltra *et al.* (2024), demonstra-se o uso regular da área por britangos oriundos do Douro Internacional e da Galiza.

Todos os dados acima apresentados demonstram a importância da região como corredor de voo/migração para aves planadoras, em particular para duas espécies com estatuto de conservação Em Perigo, o abutre-preto e o britango.

No entanto, além da já mencionada interpretação dos dados – que é simplificadora dos impactos sobre estas espécies, também no aditamento ao EIA é apresentada uma avaliação algo redutora dos impactos dos vários projetos sobre o abutre-preto, designadamente nos esclarecimentos prestados nos seguintes pontos:

4.7.4.

"(...) a probabilidade de eventos de mortalidade destas espécies é expectavelmente reduzida, para além de que atendo à tipologia de projeto não expectável mortalidade de indivíduos."

4.7.5.

"(...) é previsível que ocorra um afastamento temporário das espécies de aves das áreas de implantação dos parques eólicos e que, num curto período, esta volte a ter utilização pelas espécies que se verificou estarem presentes, pelo que não se prevê que os parques eólicos constituam uma barreira ao voo das aves durante a fase de exploração."

4.7.7.

"Quanto à perturbação, tendo sido identificado um índice de atividade reduzido para aves de rapina e outras planadoras, valores de abundância reduzidos de aves em geral e, não existindo evidências de que a área do cluster seja utilizada como área de reprodução para as aves, este impacto foi classificado como pouco significativo."

A significância dos impactos apresentados no Estudo Técnico Ambiental, e genericamente no aditamento ao EIA, considera que o impacto sobre estas espécies será local (*i.e.* na área do cluster do Centro Eletroprodutor do Pego), o que é verdade em termos da potencial mortalidade individual. Porém, o impacto ecológico desta mortalidade, tratando-se muitas vezes de indivíduos migradores ou que vivem em locais muito afastados da

região (como os abutres-pretos da região do Douro, do Alentejo, e mesmo de outras colónias em Espanha e no sul de França), deveria justificar que o impacto considerado sobre estas duas espécies tenha uma abrangência (ecologicamente) maior. Tratando-se de espécies com colónias reprodutoras limitadas, isoladas e de relativa pequena dimensão, o impacto sobre qualquer indivíduo terá repercussão sobre a dimensão e capacidade de sobrevivência da respetiva colónia e, logo, da população nacional.

Similarmente, o uso relevante da área durante a época de reprodução justifica a classificação da mesma como “Área Crítica” no que respeita à sensibilidade quanto à colisão com as Linhas de Muito Alta Tensão - LMAT (cf. critérios CIBIO, 2020). Note-se em particular a elevada atividade de abutre-preto e o elevado número de atravessamentos no traçado de linhas elétricas entre os Projetos Solares de Heliade e da Torre das Vargens (**Fig. 2**).

Os impactos cumulativos devem ainda atender ao efeito de exclusão de toda a região (nomeadamente do seu potencial como área de alimentação ou de expansão da espécie, que fica condicionado ou impossibilitado), bem como o efeito de barreira, sendo certo que os empreendimentos energéticos terão impactos na conectividade, nomeadamente entre as colónias de abutre-preto.

Face ao exposto, recomendamos que:

- Sejam revistos ou reapreciados os impactos cumulativos sobre as aves planadoras;
- Sempre que possível, se opte pelo enterramento das linhas elétricas, que é claramente a melhor solução técnica para eliminar riscos de colisão. Quando tal não for possível, deve investir-se numa ótima sinalização das linhas, com recurso às melhores soluções técnicas disponíveis (de momento, dispositivos do tipo *fireflies*);
- Sejam impreterivelmente cumpridas todas as recomendações técnicas relativas à LMAT, considerando toda a área de impactos cumulativos em torno do Centro Eletroprodutor do Pego como “Crítica”, no que respeita ao risco de colisão face à sua *utilização de forma relevante durante a época de reprodução* por parte do abutre-preto e pelo seu reconhecimento como *corredor de dispersão de importância reconhecida*;
- Seja reconhecido o efeito de exclusão e o efeito barreira para aves planadoras também durante a fase de exploração;
- Sejam discutidas e apresentadas medidas de redução do risco acrescido de colisão com linhas elétricas pelo facto de se adicionarem pequenos ruminantes para controlo da vegetação junto aos empreendimentos;
- Reconhecendo a importância e necessidade da produção de energia com base em fontes renováveis, sejam discutidas, com as partes interessadas na conservação do património natural, e das aves em particular, a implementação de medidas compensatórias face ao significativo, inevitável e irreversível impacto que o Centro Eletroprodutor do Pego terá na região.

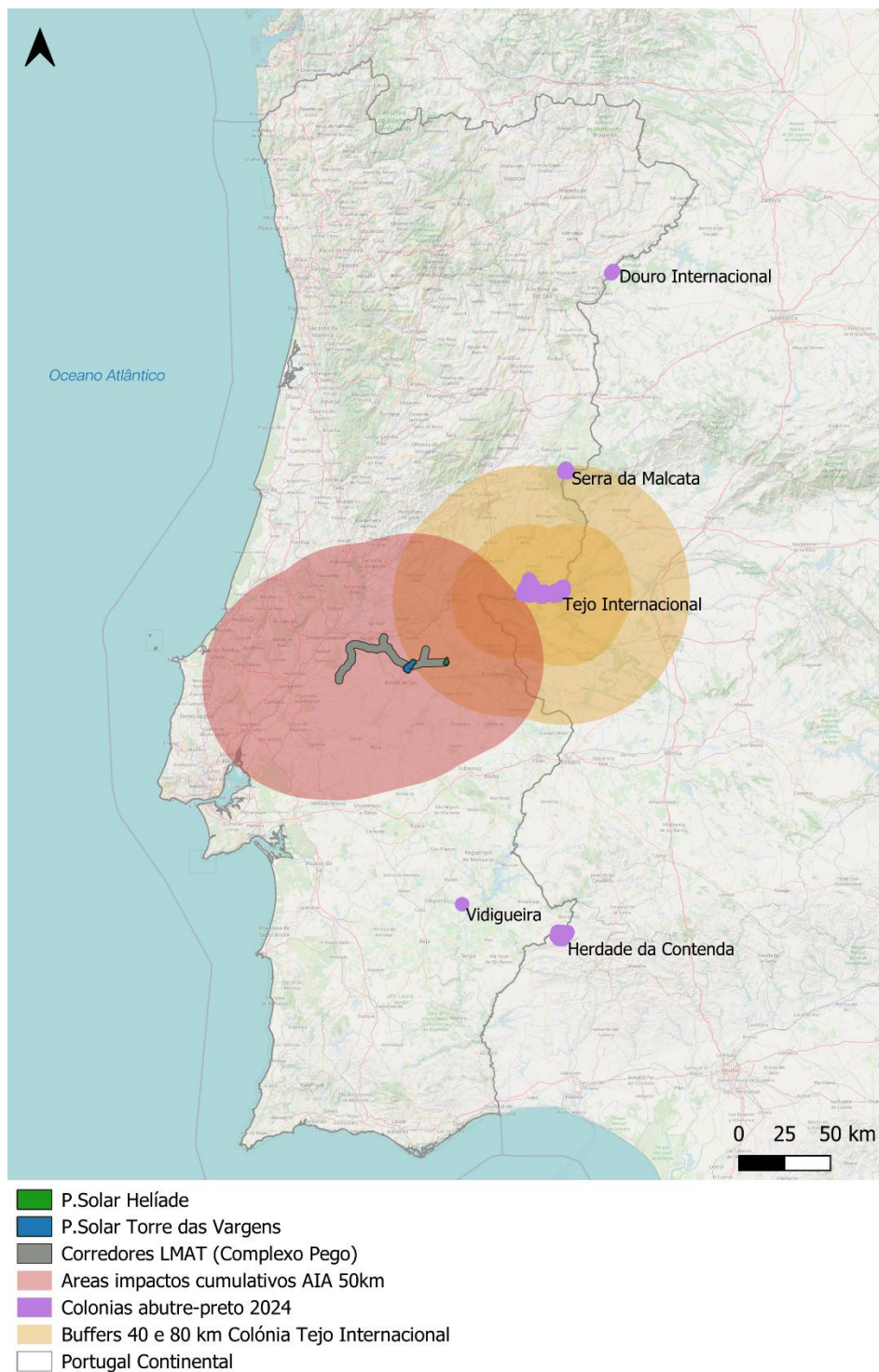
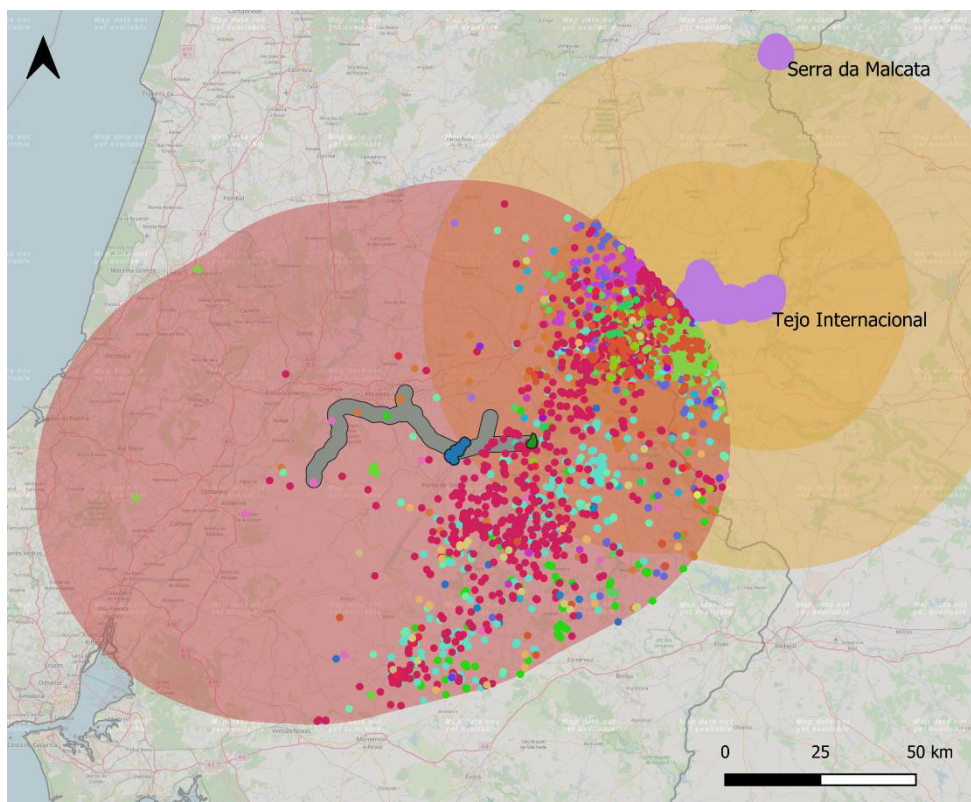


Fig. 1. Localização, em Portugal continental, dos Projetos Solares de Heliade e Torre das Vargens e Linhas Elétricas de Muito Alta Tensão do Centro Eletroprodutor do Pego, das áreas de impactos cumulativos em 50 km em torno do Centro Eletroprodutor do Pego, das colónias de reprodução de abutre-preto (*Aegypius monachus*) em 2024 e de buffers de alimentação (40 km) e utilização do território (80 km) do abutre-preto em torno da colónia do Tejo Internacional.



- P.Solar Heliade
- P.Solar Torre das Vargens
- Corredores LMAT (Complexo Pego)
- Areas impactos cumulativos AIA 50km
- Colonias abutre-preto 2024
- Buffers 40 e 80 km Colónia Tejo Internacional

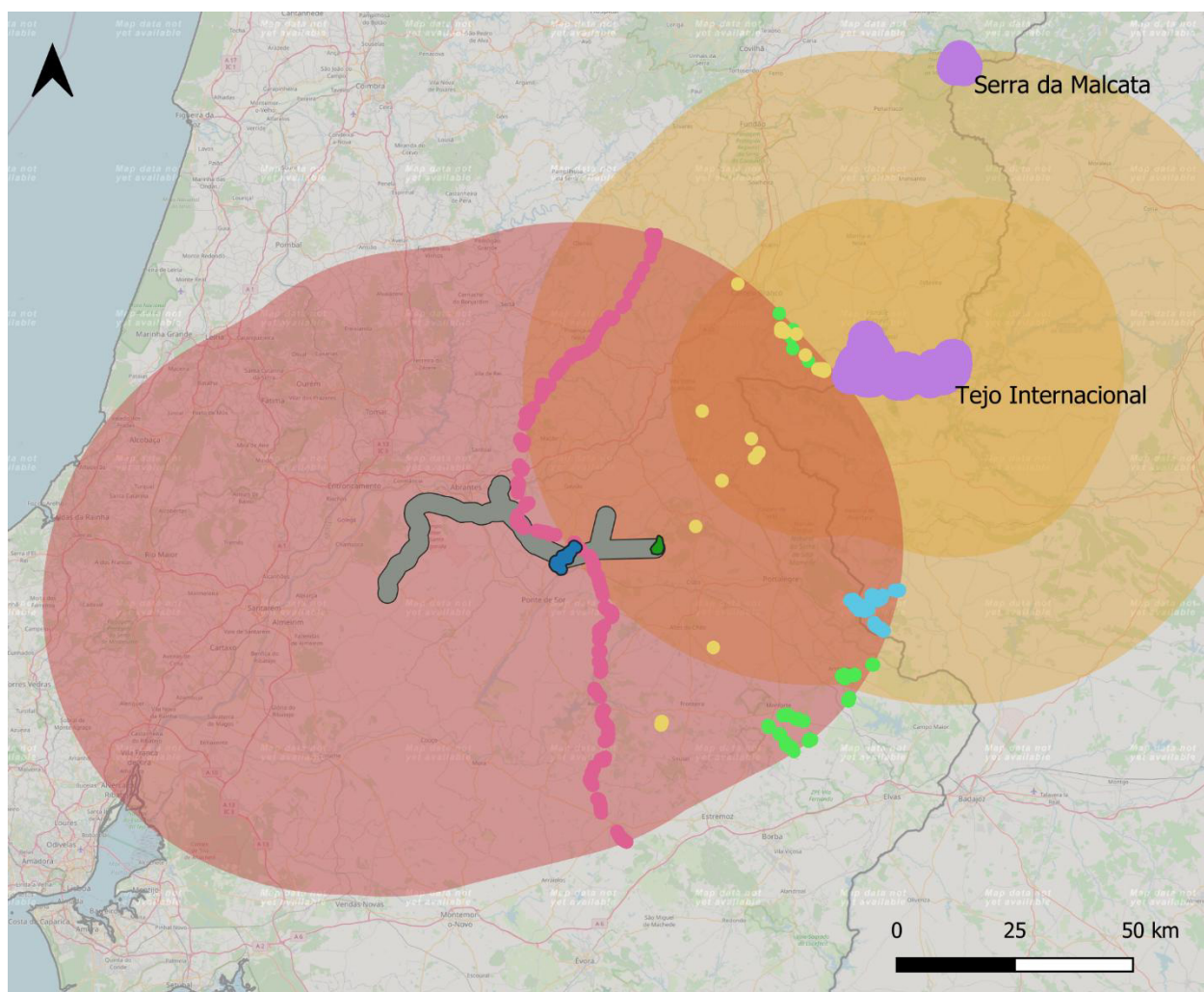
Movimentos ABUTRE-PRETO

- | | |
|--|---|
| ● 1T | ● Lagoaca |
| ● 1W | ● Lechuga |
| ● 1Y | ● Monsanto |
| ● 2J | ● Moura |
| ● Aquis | ● Murtigao |
| ● Aravil | ● Orca |
| ● Aroeira | ● Rias |
| ● Bernardus | ● Rosa-albardeira |
| ● Bouriette | ● Roselha-grande |
| ● Bruma | ● Rosmaninho |
| ● Caparica | ● Safara |
| ● Coa | ● SantoAleixo |
| ● Contenda | ● Sergio |
| ● CVRehabPortugal_BumbleFoot | ● Tomina |
| ● Esperanca | |
| ● Esteva | |
| ● Juniperus | |

Fig. 2. Movimentos de 31 abutres-pretos (*Aegypius monachus*) marcados com emissor GPS/GSM, registados entre 22/04/2016 e 20/01/2025 (dd/mm/aaaa) nas áreas de impactos cumulativos em 50 km em torno do Centro Eletroprodutor do Pego. Dados registados à taxa de aproximadamente 1 ponto por cada 4 horas, durante o período diurno.

Tabela 1. Colónia de origem ou local de libertação (no caso de indivíduos reabilitados) dos 31 abutres-pretos (*Aegypius monachus*) que usaram as áreas de impactos cumulativos em 50 km em torno do Centro Eletroprodutor do Pego, entre 22/04/2016 a 20/01/2025.

	Colónia de origem/Local de libertação	Id. abutre-preto
1	Douro Internacional	Esperanca
2		Juniperus
3		Lagoaca
4		Lechuga
5	Serra da Malcata	1T
6		Coa
7	Tejo Internacional	Aquis
8		Aravil
9		Aroeira
10		Orca
11		Rosa-albardeira
12		Roselha-grande
13		Rosmaninho
14		Sérgio
15	Herdade da Contenda	1W (Mirante)
16		1Y (Bolota)
17		2J (Raia)
18		Contenda
19		CVRehabPortugal_BumbleFoot
20		Esteva
21		Monsanto
22		Moura
23		Murtigao
24		Rias
25		Safara
26		SantoAleixo
27		Tomina
28	Vale do Guadiana	Bruma
29		Caparica
30	Sul de França	Bernardus
31		Bouriette



- P.Solar Heliade
- P.Solar Torre das Vargens
- Corredores LMAT (Complexo Pego)
- Areas impactos cumulativos AIA 50km
- Colonias abutre-preto 2024
- Buffers 40 e 80 km Colónia Tejo Internacional

Movimentos BRITANGO

- Alvor_Rehab_EV_PT_2021
- Arribas_EV_PT_2019
- Fangeiro_Rehab_EV_PT_2020
- Mogadouro_Rehab_EV_PT_2021

Fig. 3. Movimentos de 4 britangos (*Neophron percnopterus*) marcados com emissor GPS/GSM, registados entre 28/08/2019 e 20/01/2025 (dd/mm/aaaa) nas áreas de impactos cumulativos em 50 km em torno do Centro Eletroprodutor do Pego. Dados registados à taxa de aproximadamente 1 ponto por minuto, durante o período diurno.

Referências:

Almeida, J.; Godinho, C.; Leitão, D.; Lopes, R.J. 2022. Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental. SPEA, ICNF, LabOR/UE, CIBIO/BIOPOLIS, Portugal.

CIBIO (2020). Manual para a monitorização de impactes de linhas de muito alta tensão sobre a avifauna e avaliação da eficácia das medidas de mitigação. Cátedra REN em Biodiversidade. Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto. Vairão.

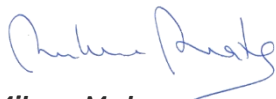
Costillo, E.; Corbacho, C.; Sánchez, J.M.; Villegas, A. 2007. Áreas de campeo. In: Moreno-Opo, R. y Guil, F. (Coords.) Manual de gestión del hábitat y de las poblaciones de buitre negro en España. Dirección General para la Biodiversidad. Ministerio de Medio Ambiente. Madrid.

García-Macía, J.; Álvarez, E.; Galán, M.; Iglesias-Lebrija, J.J.; Gálvez, M.; Plana, G.; Vallverdú, N.; Urios, V. 2024 Age, season and sex influence juvenile dispersal in the Iberian cinereous vultures (*Aegypius monachus*). Journal of Ornithology, 165(2), 325–335. <https://doi.org/10.1007/s10336-023-02126-z>

Oltra, J.; García, J.; Carbonell, I.; Jambas, J.; Álvarez, E.; Iglesias-Lebrija, J.J.; Gil-Carrera, A.; Pérez-García, J.M.; Frías, Ó.; González del Barrio, J.L.; Blanco, G. 2024. Early life movements and mortality of Egyptian vultures: Implications for transcontinental conservation. Ecology and Evolution, 14(9), p.e70291. <https://doi.org/10.1002/ece3.70291>

Santos E. & Guilherme J. (Coords.); Delgado, D.; Gutiérrez, I.; Matos, M.; Monteiro, P.; Rocha, P.; Tavares, J. 2024. Diagnóstico dos recursos tróficos e Estratégia para o aumento da disponibilidade alimentar para o abutre-preto *Aegypius monachus* na área fronteiriça Portugal-Espanha. LIFE Aegypius Return. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13327253>

Com os melhores cumprimentos,
Pelo consórcio



Milene Matos

Coordenadora do projeto **LIFE Aegypius Return**
Vulture Conservation Foundation
Wuhrstrasse 12, CH-8003, Zurich, Switzerland

m.matos@4vultures.org • +351 964 712 455
www.4vultures.org

Projetos Solares de Heliade e Torre das Vargens e respectivas ligações a 220 KV

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no portal Participa, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo ao EIA do Projetos Solares de Heliade e Torre das Vargens e respectivas ligações a 220 KV.

Notas Introdutórias

O Projeto Solar de Heliade e Torre das Vargens e respectivas linhas elétricas de interligação são sub-projetos que fazem parte de um projeto maior que é o Projeto Cluster do Pego - uma iniciativa de energias renováveis de grande escala que visa substituir a produção energética proveniente da queima de combustíveis fósseis por um aumento da capacidade energética de Portugal através da energia solar e eólica, apoiando a transição energética do país e o alinhamento com os objectivos do Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC). Este projeto visa acrescentar 1.423,5 GWh de produção bruta de energia, com 1.315,78 GWh injectados na rede.

O projeto Cluster do Pego divide-se em 4 grupos que correspondem ao desenvolvimento de sub-projetos em diferentes fases. Neste momento, projetos do grupo 1 e do grupo 2 já foram submetidos para análise de impactes ambientais e resultaram em DIA favorável condicionada, enquanto que projetos do grupo 3 estão com as respectivas AIA em avaliação. O presente estudo refere-se aos sub-projetos do Grupo 4, incluindo:

- Central Fotovoltaica de Heliade
- Linha Elétrica Heliade-Comenda
- Linha Elétrica Torre das Vargens - AP4/35
- Central Fotovoltaica de Torre das Vargens e Projetos Associados

Tendo em conta o que foi mencionado e os documentos disponibilizados na plataforma SIAIA, iremos tecer alguns comentários relativos ao projeto em análise quanto às dimensões que consideramos mais pertinentes e que vão além dos benefícios climáticos do projeto:

Ponto 1 - O projeto é avaliado por sub-projetos de acordo com uma divisão feita pelo promotor?

A ZERO considera que elaborar os EIA dos sub-projetos do projeto Cluster do Pego em separado é um exercício contraproducente e contrário aos valores do processo de AIA, tal como decretados no Decreto-Lei n.º 151-B /2013 de 31 de outubro, na sua redação atual.

Se o objetivo de todo o processo de AIA é ser um instrumento preventivo fundamental da política de desenvolvimento sustentável, não conseguimos compreender as razões para que elementos fundamentais ao funcionamento do projeto, como é o caso dos vários trechos das linhas elétricas e as várias subestações, sejam avaliados à parte, especialmente tendo essa divisão sido feita pelo promotor.

O EIA divide o projeto do Cluster do Pego em grupos separados (Grupos 1, 2, 3 e 4) em vez de o tratar como uma entidade única e interligada, o que, apesar de simplificar o processo de avaliação, cria o risco de ignorar os efeitos combinados de vários projectos no mesmo ecossistema. A análise dos diferentes projectos não é feita ao mesmo tempo, o que significa que os impactos cumulativos não podem ser totalmente avaliados. Esta abordagem fragmentada permite que os promotores subestimem a verdadeira dimensão dos danos ambientais.

Uma vez que são peças “essenciais ao funcionamento do Projeto do Cluster do Pego, na sua totalidade” (como referido no EIA para o GRUPO 3), a conclusão que se tira é que, ao se avançar com a fase de construção do projeto do grupo 1 e grupo 2, que já recebeu aprovação condicionada, serão considerados os processo de AIA dos grupos



seguintes apenas processos administrativos e burocráticos que se limitam a justificar uma decisão que já está tomada.

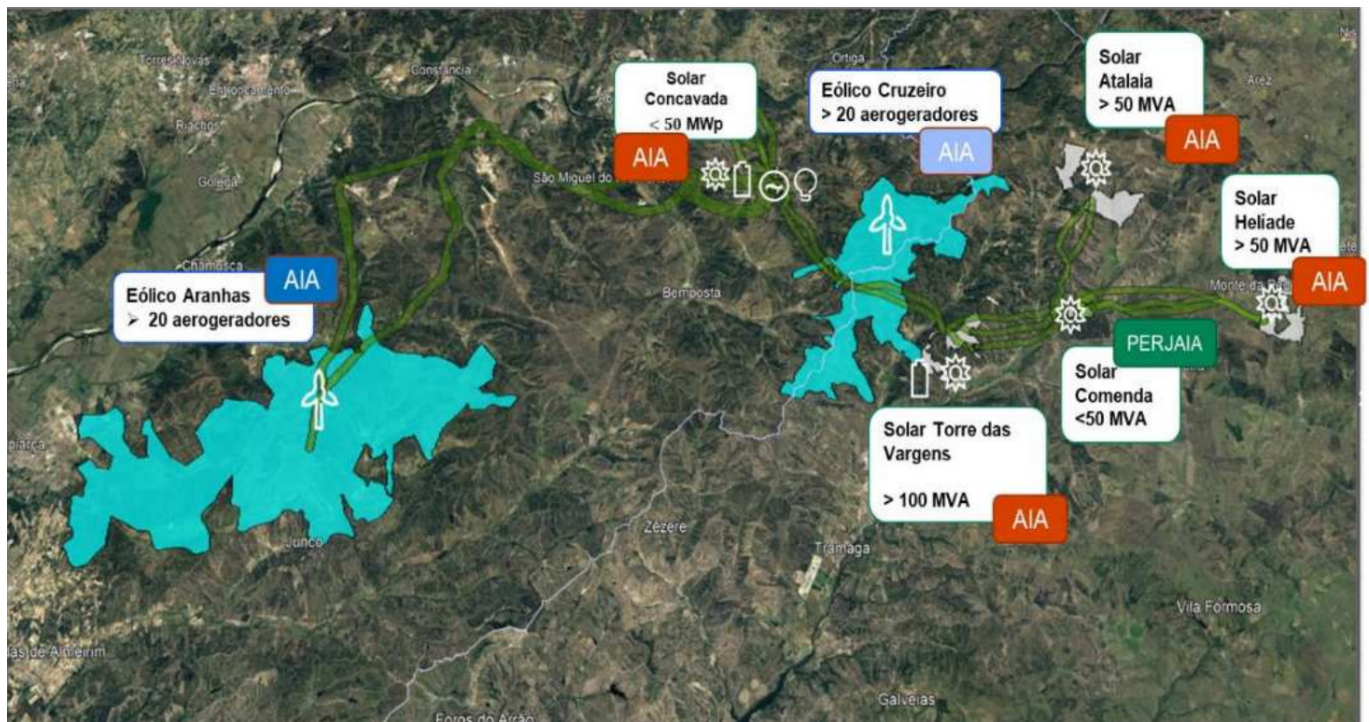


Figura 1 - A avaliação por partes de um projeto planeado na sua totalidade como este vai totalmente contra os objetivos primeiros do AIA, tal como plasmados no respetivo diploma do Regime Jurídico de AIA

Note-se que os projetos foram divididos por “tipologia/estado de maturação” e foi aplicada uma “estratégia de licenciamento (AIA)” (pág. 8 do EIA). Esta estratégia de licenciamento apenas revela a vontade de contornar as avaliações necessárias que seriam incumbidas ao projeto como um só.

Ponto 2 - Ignorou-se as áreas menos sensíveis para desenvolvimento de renováveis

Mais uma vez, como tem sido hábito neste tipo de projetos, o projeto em apreciação revela uma total negligência na consideração, como critério de selecção de locais, da compatibilidade com valores de biodiversidade e sociais, demonstrando ignorar a existência de áreas menos sensíveis (tal como definidas pelo LNEG) igualmente próximas da subestação do Pego e decidindo avançar com a implementação numa área não incluída em nenhum dos cenários de áreas menos sensíveis.

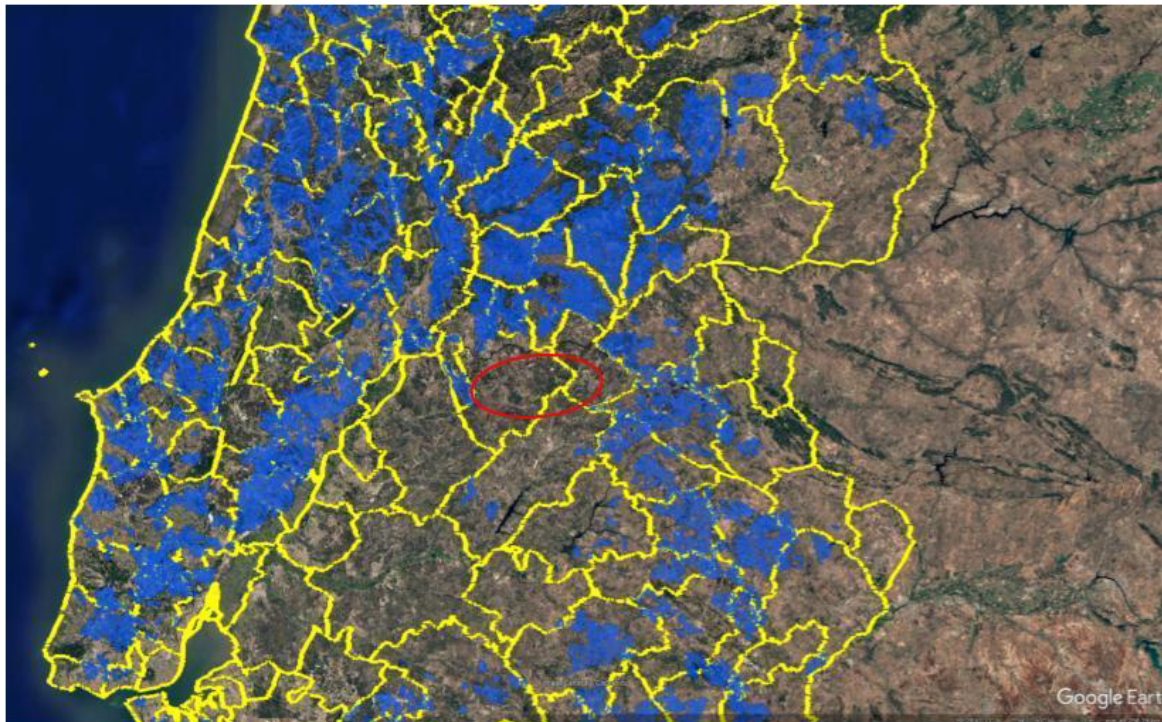


Figura 2 - Enquadramento do projeto nas áreas menos sensíveis do cenário 1 (com menos restrições) de acordo com o mapeamento das áreas menos sensíveis para potencial instalação de unidades de geração de eletricidade renovável solar fotovoltaica e eólica, realizado pelo LNEG:

<https://www.lneg.pt/atualizacao-do-mapeamento-das-areas-menos-sensiveis-para-potencial-instalacao-de-unidades-de-geracao-de-eletricidade-renovavel-solar-fotovoltaica-e-eolica/>

Conclusões e sentido do parecer

Face às questões acima levantadas, a ZERO considera que não estão reunidas as condições para que este projeto seja aprovado, uma vez que deveria estar a ser analisado como um só (Cluster do Pego) e, deste modo, emite **parecer desfavorável** à emissão de uma decisão de conformidade ambiental do projeto de execução.

12 de março de 2025

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável



Parecer sobre o estudo de impacto ambiental dos projetos solares de Helíade e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220 KV, no âmbito da consulta pública em Março 2025

1. Introdução

Este parecer técnico tem como objetivo analisar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) referente aos projetos solares de Helíade e Torre das Vargens e respectivas ligações elétricas à subestação da Comenda. A análise baseia-se nos documentos apresentados no EIA, considerando os potenciais impactos ambientais particularmente nas espécies de morcegos, as medidas mitigadoras propostas, a avaliação de impactes cumulativos e o plano de monitorização proposto.

2. Descrição do Empreendimento

O Empreendimento em análise é constituído pelos Projetos solares de Helíade e Torre das Vargens e ligações a 220KV. Especificamente integra os seguintes componentes:

- Central Fotovoltaica de Helíade (85,2 MWp) – CFH (que engloba todas as componentes do projeto da central e a subestação 33 kV/220 kV)
- Linha Eléctrica Helíade - Comenda
- Central Fotovoltaica de Torre das Vargens (100,72 MWp) – CFTV, que engloba todas as componentes do projeto da central e que inclui um projetos associados (Parque de Baterias (BESS))
- Linha Eléctrica Torre das Vargens - AP4/35
- Acessos, valas técnicas a apoios.

As áreas de implantação do empreendimento estão localizadas nos concelhos de Ponte de Sôr, Gavião e Crato, no Distrito de Portalegre, em áreas de florestas de eucaliptos, florestas de sobreiros, Sistemas Agro-Florestais (SAF) de Sobreiro, pastagens, florestas de pinheiro-bravo e matos.

3. Análise da situação de referência

Morcegos: Os morcegos desempenham um papel ecológico crucial como controladores de populações de insetos. São em geral espécies com fecundidade baixa, o que implica

que os impactos negativos nas populações de morcegos têm consequências graves para a sua conservação e que podem persistir durante intervalos extensos de tempo.

A alteração profunda no habitat originada por projetos de energias renováveis e em particular, pelas centrais fotovoltaicas, pode afetar significativamente as populações existentes na região, não só devido à perda potencial de áreas preferenciais de alimentação, como da eventual diminuição de disponibilidade de presas, ou até destruição de abrigos, principalmente devido ao corte de árvores.

Durante a fase de operação das centrais solares fotovoltaicas é muito provável que ocorra mortalidade para a generalidade das espécies de morcegos, situação já reportada nalguns projetos similares nos EUA. Esta pode ocorrer não só nas linhas de painéis solares, como também ao nível das próprias vedações, mas desconhece-se de momento qual a magnitude que a mesma pode ter.

Quanto às metodologias usadas para a descrição das situações de referência, considera-se que são minimamente adequadas aos objetivos, mas há alguns aspetos que deveriam ter sido alterados.

Apesar de no geral coincidentes nas duas centrais fotovoltaicas, tendo em conta que é apresentado um EIA conjunto, há alguns aspetos metodológicos que deveriam ter seguido ajustados, de forma a permitir comparação entre os dois projetos:

- O critério de segmentação dos ficheiros de 10 minutos foi de 15s na CSF Heliade, mas não está explícito na CSF Torre das Vargens.
- O critério que define o índice de atividade (nº de contactos/h) é também diferente nos dois projetos: na CSF Torre das Vargens corresponde a um índice que tem em conta a soma da duração das vocalizações de cada espécie ou grupo, no período amostrado; na CSF Heliade à presença de pelo menos 2 pulsos de uma determinada espécie ou grupo, num segmento de 15s.
- A apresentação e tratamento dos resultados também foi bastante diferente, o que dificulta a análise conjunta e as necessárias comparações.

Não se compreende ainda a opção de amostrar apenas 10 minutos por local/campanha, numa altura em que a tecnologia disponível já permite períodos de amostragem mais longos e consequentemente, resultados mais robustos, com um esforço/custo de amostragem bastante similar.

4. Análise dos Impactes Ambientais

Os **impactes negativos identificados** referem-se à **perda de habitat, à destruição ou perturbação de abrigos, a ao efeito de barreira**, não sendo avaliada a eventual mortalidade por colisão com estruturas.

No caso da **perda de habitat**, discorda-se com a magnitude e significância indicada, e com a indicação que as espécies mais frequentes, por serem generalistas, encontrarão habitats favoráveis nas imediações:

- A área afetada pelos projetos em análise é bastante significativa.

- As áreas não afetadas nas imediações poderão já estar a ser usadas por outros indivíduos e não terem capacidade de suporte para muitos mais, o que originará competição intra e interespecífica pelos menores recursos que ficam disponíveis.

No caso do efeito barreira, discorda-se também com a magnitude, significância e eventual reversibilidade:

- Mesmo não estando confirmada a existência de redução de atividade ou mesmo exclusão de morcegos nas centrais fotovoltaicas, até prova em contrário, esta deverá ser sempre considerada com um impacte potencialmente negativo.
- A magnitude e significância deve ter em conta não só o estatuto das espécies presentes, mas também a dimensão da área afetada. Mesmo para as espécies não ameaçadas, a dimensão da área dos projetos poderá causar impactes significativos de magnitude considerável.

Para além disso, os impactes reais serão ainda mais significativos, devido ao número elevado de projetos de energias renováveis previstos para a região referidos no documento (5 centrais solares e 2 parques eólicos promovidos apenas pela Endesa Generación Portugal, S.A.), conforme referido no EIA.

Neste aspeto, é de saudar a avaliação de impactes cumulativos efetuada, pela sua importância e necessidade, devido ao elevado número e concentração de projetos complementares: parques solares, parques eólicos com dezenas de aerogeradores, parque de baterias e linhas elétricas. Apenas com esta avaliação é possível constatar a enorme extensão espacial e potencial elevada magnitude dos impactes negativos. Como referido no EIA, “Se analisarmos a afetação conjunta dos projetos do cluster do Pego com os restantes projetos existentes e/ou previstos para esta área verifica-se a afetação de 12.861 ha, ou seja, cerca de 5,26% da área do buffer de 20 km”. Também o número de quercíneas a abater ultrapassa os 4500 indivíduos. Estes valores podem ser mais elevados, como referido no EIA.

Apesar da qualidade da análise, esta contém uma **falha muito grave** porque **não avalia para a fase de exploração dos diferentes projetos o impacte cumulativo da mortalidade de quirópteros por colisão com aerogeradores e eventualmente, com as estruturas das centrais fotovoltaicas**. Este elevado e significativo impacto negativo devido aos aerogeradores está sobejamente documentado e existem numerosas diretrizes para a sua avaliação e minimização a nível nacional, europeu e mundial. Está também referenciado nas centrais fotovoltaicas e mesmo não se conhecendo ainda qual a dimensão real do mesmo, sabe-se que pode afetar praticamente todas as espécies de morcegos.

5. Análise das Medidas de Mitigação

No que aos morcegos diz respeito, o EIA considera apenas medidas de mitigação no corte de árvores. Considera-se uma falha a inexistência de medidas de compensação de perda de habitat na região envolvente ou mesmo em áreas afetadas aos projetos não ocupadas por infraestruturas, e de minimização do eventual efeito barreira, como por exemplo a criação de novas áreas florestais com sobreiros e outras folhosas autóctones, estabelecimento de corredores ecológicos entre núcleos de painéis solares, etc.

6. Análise do Plano de Monitorização

O EIA considera ser necessária a implementação de planos de monitorização com o objetivo de inventariar e caracterizar a comunidade para a avifauna e para os quirópteros. No entanto, refere apenas a necessidade de avaliar o efeito da implementação das estruturas do projeto sobre a avifauna, não referindo os quirópteros. Como referido no EIA, a perturbação devido à presença de extensas superfícies refletoras pode ter um impacto negativo, permanente e de longo prazo, pelo que deve ser avaliada. Outro impacto negativo provável é a mortalidade de quirópteros devido à instalação de linhas elétricas e de vedações, pelo que o plano de monitorização também deve contemplar a avaliação deste e da eficácia das medidas de minimização.

7. Conclusão e Recomendações

A descrição da situação de referência do grupo dos morcegos é aceitável tendo em conta os objetivos propostos, mas considera-se que deveria ter sido mais robusta, nomeadamente ao nível do tempo de amostragem por local (ex: mínimo de 4 horas consecutivas, após o pôr-do-sol). Esta é uma situação que pode ser corrigida nos planos de monitorização a implementar nas centrais fotovoltaicas, e que não causará problemas de comparação de dados, apenas a necessidade de ajustar os novos dados aos da situação da referência, sempre que for necessário compará-los.

Recomenda-se que a análise cumulativa dos impactes avalie para a fase de exploração dos diferentes projectos **o impacto cumulativo da mortalidade de quirópteros por colisão com aerogeradores**. Este elevado e significativo impacto negativo devido ao número elevado de aerogeradores instalados e a instalar na região (mais de 45), está sobejamente documentado e existem numerosas diretrizes para a sua avaliação e minimização a nível nacional, europeu e mundial.

Recomenda-se que sejam implementadas medidas de mitigação de perda de habitat e de minimização do efeito barreira. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos.

Terá que ser ainda implementado um plano de monitorização que inclua a avaliação de alterações na comunidade dos morcegos da região (diversidade e atividade), e da eventual mortalidade com as infraestruturas dos projetos. A monitorização da mortalidade potencial de quirópteros deverá ser realizada nas zonas dos painéis fotovoltaicos e ao longo das vedações, com amostragens semanais para deteção de cadáveres de Março a Outubro e amostragens de fatores de correção de estimativas de mortalidade (eficácia de deteção e taxas de remoção).

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3741 – Projectos Solares de Heliade e Torre das Vargens e respectivas ligações a 220KV

No âmbito do período de participação pública, venho desta forma expor os meus considerandos, somente relativamente ao Projecto da Central Fotovoltaica de Heliade e respetiva linha eléctrica.

Antes de iniciar, gostaria de deixar claro que não sou contra os projectos de centrais fotovoltaicas como forma de responder às políticas nacionais e europeias de descarbonização. Mas primeiro importam as pessoas e depois as políticas, querendo dizer com isto que não podemos plantar painéis indiscriminadamente por todo o lado sem que as populações sejam ouvidas na elaboração dos projectos. Não pode ser só chegar a um acordo entre proprietários e promotores e depois auscultar as pessoas que vivem no local através de uma ferramenta que existe para avaliar o impacte ambiental, que ocorre durante o período de participação pública, e sobre a qual muitas das vezes ninguém sabe como funciona ou têm pouca capacidade para o fazer.

Neste sentido aponto já uma condicionante, nomeadamente que se os habitantes, ou seus representantes, neste caso os elementos da Junta de Freguesia, da aldeia de Monte da Pedra, Crato onde se situa o projecto da Central Fotovoltaica de Heliade (CFH) e respectiva linha de electrica LE-CFH de muita alta tensão (MAT), tivessem conhecimento da área de implantação do mesmo, embora em outubro de 2023 tenha havido uma reunião de apresentação, teriam avisado de antemão que o projecto atravessa cursos de água importantes, passa por caminhos históricos da freguesia, sítios com elevado valor geológico e arqueológico bem como a estrada municipal que liga a aldeia à sede de concelho, e por onde muitos circulam diariamente e várias vezes ao dia.

Como tal não aconteceu a localização do Projecto da CFH foi-nos apresentada aquando da consulta pública da AIA n.º 3741 de uma forma completamente definitiva e por isso alvo de grande indignação e descontentamento com a certeza que causará em 30 anos: danos irreversíveis na paisagem, na vida dos habitantes, na reserva cinegética gerida pela associação de caçadores e nos mais diversos agentes turísticos existentes.

Tendo conhecimento antecipado da localização, alertariam certamente para afinar a localização dos painéis fotovoltaicos ou realocar os mesmos. Uma hipótese seria aumentar a área da CF da Torre das Vargens que tem igualmente um só proprietário, e evitava-se a fragmentação do território da Freguesia de Monte da Pedra, não só pela instalação da Central Fotovoltaica ocupando uma área de cerca de 158 ha de área vedada, mas também evitando a construção de cerca de 15 km de uma linha electrica de MAT em zona de montado numa área de desflorestação de cerca de 9 ha.

- O inventário de quercíneas deste corredor não estando preconizado para o desenvolvimento do projeto de execução da linha eléctrica sendo avaliado em fase posterior, é uma notória falha na avaliação global do impacte ambiental causado pelo Projecto, bem como das linhas de MAT que passam nas imediações da povoação do Sume, um lugar que pertence à freguesia de Monte da Pedra.

- Para além de outras centrais fotovoltaicas de menor dimensão já existentes no concelho, não foi tido em consideração, os impactes cumulativos da Central Fotovoltaica a desenvolver também no concelho do Crato, a poucos quilómetros da CFH, nomeadamente no âmbito do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato.

Esta componente do projecto, prevê uma central fotovoltaica terrestre com 77 MWp (Megawatts-pico) numa primeira fase e mais 51 MWp na segunda fase, assim como uma central fotovoltaica flutuante, com 10 MWp. O total de energia verde produzido será de 138 MWp, no total das duas valências. Segundo a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) a produção energética vai permitir suprimir mais de 50% das necessidades de consumo energético do Alto Alentejo.

O concelho do Crato, e os seus habitantes, têm com isto previsto e quantificado o seu contributo para a produção de energia a partir de fontes renováveis alinhando-se diretamente para o cumprimento das metas nacionais bem como na cooperação para o esforço nacional de cumprimento de metas de geração renovável de electricidade, de neutralidade carbónica e adaptação às alterações climáticas.

Por isso questiono se será suficiente mais uma central fotovoltaica num território tão pequeno, tendo em conta que a implementação da Central Fotovoltaica Helíade (CFH) vai ocupar cerca de 2% do território da freguesia de Monte da Pedra e aumentar a pressão negativa neste território, sem contar com a linha elétrica de MAT.

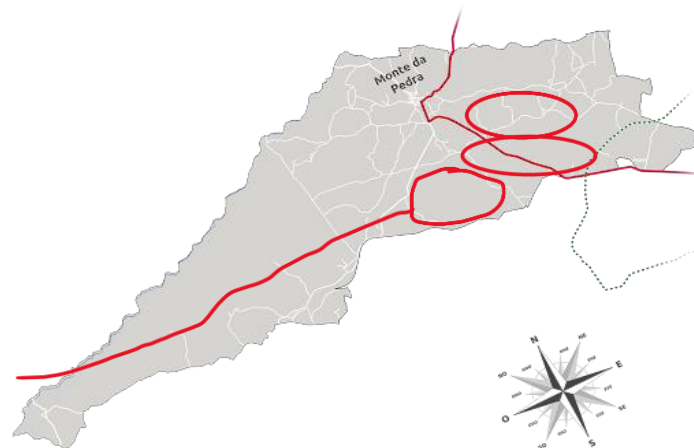


Figura 1. Esboço da ocupação da Central Fotovoltaica

Tendo um retorno mínimo de criação direta de empregos, a estabelecer na fase de exploração, porque na realidade na fase de implementação é um facto que não existe mão de obra no território e os prestadores de serviços contratam fora. Assim sendo estipula-se como referência, a criação de uma pequena equipa de cerca de 4 a 6 pessoas, sem a certeza de ficar alocada ao município do Crato, mas sim no concelho vizinho, por forma a abranger as duas centrais Helíade e Torre das Vargens.

Este impacto ao ser avaliado como positivo tem um peso insignificante face às perdas irreparáveis e difíceis de quantificar, e que nem sequer está vertida na AIA do Projecto.

Devia haver a contabilização de custos e proveitos da população versus promotor e proprietários, sendo que a compensação do fundo ambiental dissipada em 30 anos é igualmente insignificante face ao retorno deste investimento.

Por conseguinte, considero ser mais importante a manutenção e valorização do património natural, paisagístico e cultural da freguesia de Monte da Pedra, como ativo único e diferenciador da economia local, indo ao encontro das potencialidades do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato e o retorno que poderá ter em termos de turismo e actividades de animação turística. A construção da CFH conforme está desenhada, vai inviabilizar este desígnio.

Todos os impactos positivos que o projecto da CFH identifica para potenciar a região são respondidos e irão sentir-se com toda a certeza pela implementação da Central Fotovoltaica prevista no Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato, e com isso o reconhecimento da conservação do património natural e paisagístico, histórico e cultural bem como a preservação da identidade de um território de interior, esquecido pelas políticas nacionais, onde só lhe resta a paisagem como âncora.

- As espécies cinegéticas são um recurso natural renovável e representam um importante papel nos ecossistemas. A Associação de Caça e Pesca Montepedrense, com uma área de reserva e gestão cinegética de 2100ha, vai ver a sua área reduzida para quase metade: além da área ocupada pelos cerca de 155 mil painéis, têm de assegurar um perímetro de segurança de 500m, onde não se pode

caçar, porque a área de instalação da CFH é equiparada a zona industrial. Esta associação realiza várias batidas ao longo do ano e que são a sua principal fonte de rendimento. Servindo o convívio e a promoção da região pois vêm caçadores de toda a parte do país. mas também de controle e saneamento, cumprindo com o Plano de Vigilância Sanitária em Caça Maior, uma vez que os problemas sanitários têm impacto na conservação das espécies de caça maior, na saúde dos animais domésticos de produção e em certos casos, na saúde pública (pelo risco de zoonoses e de introdução de produtos contaminados na cadeia alimentar).

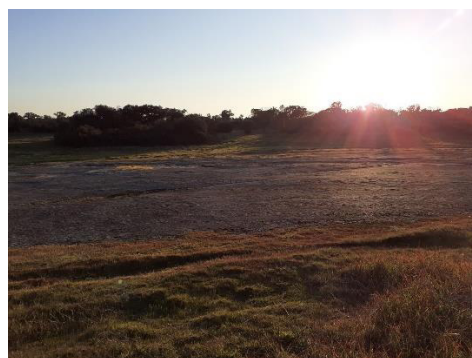
Para além das várias práticas de conservação de espécies cinegéticas, a Associação de Caça e Pesca Montepedrense desempenha um papel muito importante no reforço do controlo sanitário das populações de javalis e cervídeos, e que não mais poderá fazer, pois as manchas onde realiza as batidas estão incluídas no perímetro de proteção de 500m da CFH, num total de quase 900ha (área buffer simulada).

- Temos um património cultural muito diversificado, de génese rural, e que em termos de referenciação assenta em registos das Memórias Paroquiais de 1978.

As Memórias Paroquiais inserem-se num esforço de realização de inquéritos sobre o território, que vinha do começo do século XVIII. A sua execução continua o trabalho do Pe Luís Cardoso que, entre 1747 e 1751, publicou dois volumes do seu Dicionário Geográfico, que ficou incompleto. O projecto é retomado em 1758, pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, sendo o questionário de base ampliado e dividido em 3 partes, contendo perguntas sobre a paróquia, a serra e o rio. O inquérito era dirigido aos párocos e a qualidade das respostas é muito diferenciada, dependendo do empenho e da capacidade de cada um dos eclesiásticos. A documentação é composta por 44 volumes manuscritos, compreendendo as respostas dos párocos e os resumos relativos a um conjunto de paróquias para as quais não existem "memórias". Temos como referência o Monte Chamiço, Crato (Memórias paroquiais, vol. 24, nº 195, p. 1419 a 1422) e Monte da Pedra, Crato (Memórias paroquiais, vol. 24, nº 201, p. 1507 a 1516).

Com base nestes dados foram elaborados diversos percursos pedestres (não homologados ainda) quer para o lugar do Chamiço, onde foi existe uma capela em honra de Sto. Isidro, alvo de festa e romaria em Maio, no sábado seguinte ao Dia da Espiga, quer para a Ponte do Sourinho (ver anexo I)

Como estando na génese do nome da aldeia de Monte da Pedra, existem duas lages de elevado valor natural para os habitantes, a Lage do Penedo Gordo e a Lage de Sto Estevão, respetivamente apresentadas nas imagens. Este património é alvo de interesse por muitos sendo referido nas memórias paroquiais de 1978.



Todos estes sítios vão ser afectados pela central fotovoltaica Heliade (Caminho velho histórico entre o Lugar do Chamiço e a Aldeia de Monte da Pedra) e pelas linhas electricas MAT, (Lage de Sto Estevão e percurso pedestre do Sourinho) colocando em risco a sua conservação, descaracterizando a paisagem e inviabilizando qualquer actividade promocional, uma vez que são a base turística da aldeia de Monte da Pedra.

Os alojamentos locais existentes utilizam o nosso território como um produto turístico, permitindo caminhadas, passeios de bicicleta, observação de aves, passeios fotográficos com registos de fantásticos crepúsculos. Experiências que é impossível de quantificar monetariamente, incalculáveis.

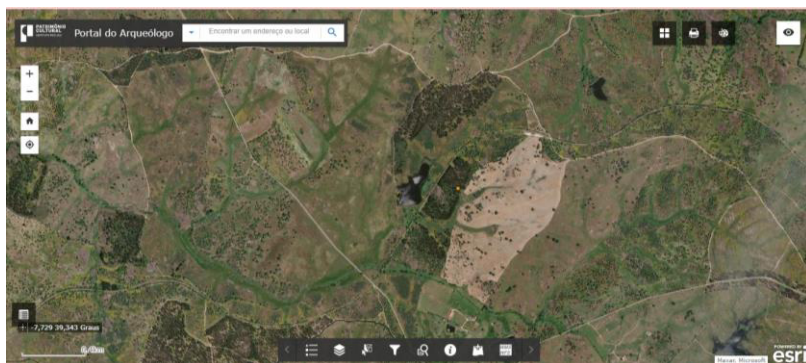
Com todas as capacidades do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato, espera-se que este território de Monte da Pedra, desde que mantenha as suas condições naturais preservadas, seja igualmente alvo de interesse e assim sejam criados verdadeiros e potenciais postos de trabalho na área do turismo, artesanato, gastronomia, produtos endógenos, entre outros.

A Freguesia de Monte da Pedra, foi galardoada por duas vezes pela Bandeira Azul como Eco-Freguesia, comprometendo-se em cumprir com os princípios da sustentabilidade, de acordo com um conjunto de 10 indicadores, sendo a única no distrito de Portalegre. A perda de património natural e paisagístico e o impacte visual dos painéis vai inviabilizar muitos dos indicadores relacionados com actividades de turismo da natureza, gastronómico, cultural, etc.

A aldeia de Monte da Pedra é atravessada por uma ribeira, que é o ex-libris da aldeia, seja de inverno, quando a água do açude junto ao moinho corre majestosamente, seja na primavera quando é palco dos fabulosos concertos das rãs. Existe um Projecto para Reabilitação e Conservação das Margens da Ribeira de Monte da Pedra, com criação também percursos pedestres e passadiços desde o lugar do Chamiço até às Termas de Monte da Pedra, que é incompatível e será inviável com a presença dos painéis fotovoltaicos se a localização destes se mantiver conforme está estipulado no Projecto da CFH.

Distando cerca de 13km da sede de concelho, somos servidos pela EM 352-1, que é usada diariamente por muitos pois é o único acesso à vila do Crato.

Esta zona é conhecida pela sua riqueza de património arqueológico, inclusivamente no perímetro próximo estão identificados vestígios arqueológicos. No sítio n.º 12474 (ponto amarelo) existe uma Anta/Dolmén denominado Couto da Nave -período Neo-Calcolítico-. O acesso faz-se sobre uma elevação do terreno, no chamado «cabeço da anta» (actualmente coberto por eucaliptal). A Norte da anta e a uns 50m passa a linha do CP do Ramal de Cáceres. A passagem de nível do Vale Feitinho fica uns 200m a NE da anta.



Importa salvaguardar o património arqueológico quer nesta área quer perto da Ponte do Sourinho por onde poderá passar a linha de MAT. Devem ser utilizados todos os procedimentos de salvaguarda do património arqueológico.

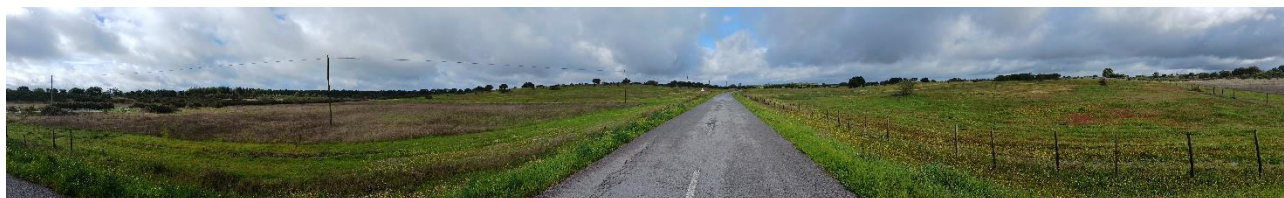
Existem vestígios romanos no sítio nº 15562, Porto do Manejo, sendo detetados no local vestígios de uma estalagem e uma via Romana. Existem dados que ligam esta via romana ao Lugar do Chamiço e ao Sourinho (Anexo II), conforme se anexa e que fazem referência a uma antiga povoação romana denominada *Fraxinum*, onde agora é a Aldeia de Monte da Pedra. Estas pertencem ao itinerário da Via XV Romana entre Mérida e Lisboa, passando por *Fraxinum*. Em latim: - *Item alio itinere ab OLISIPONE EMERITAM m.p. CCXX* – ou seja o ITINERARIO XV - Lisboa (OLISIPO) - Monte da Pedra (*Fraxinum*?) - Mérida (EMERITA).

O património arqueológico é património nacional, uma vez que constituem testemunhos com valor de civilização ou de cultura, portadores de interesse cultural relevante e refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, competindo ao Estado proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação.

Parte da central fotovoltaica será instalada junto à estrada EM 352-1, a 1km da aldeia de Monte da Pedra, em ambos os lados da estrada numa vasta extensão. Mesmo sendo utilizadas barreiras visuais, é impossível minimizar o impacto visual deste equipamento, para quem se desloca ao Crato, todos os dias, várias vezes ao dia, para trabalhar, para estudar, como é o caso das crianças que têm de frequentar a Escola do Crato, pois o autocarro é o meio de transporte utilizado desde os 3 anos, assim que iniciam o pré-escolar ou até mais cedo para o infantário. Vai ser uma mudança drástica com consequências psicossociais.



EM532-1 no Sentido Monte da Pedra-Crato



EM532-1 no Sentido Crato- Monte da Pedra

O mesmo vai ocorrer na EM 352 que atravessa a aldeia e segue até à aldeia da Cunheira. Quem sai de Monte da Pedra em direcção à Cunheira e Lugar do Sume (EM-351), vai deparar-se do seu lado esquerdo, a menos de 1km, com uma nova seara de painéis solares sendo aqui onde se projecta o início da linha eléctrica MAT.

Existe no início deste possível traçado das linhas eléctricas de MAT um lugar histórico a preservar que é a formação geológica denominada Lage de Sto Estevão, anteriormente referidas. Daí em diante até sair da freguesia de Monte da Pedra, a linha passa por áreas de montado e pinhal, e atravessa novamente o percurso pedestre incluído no nosso roteiro de caminhadas históricas, as quais deixam de ser viáveis devido ao enquadramento das linhas no horizonte e também deixam de ser seguras pois estas linhas para além do ruído que emitem são prejudiciais para a saúde. No lugar do Sume importa salvaguardar o distanciamento da linha MAT cujo impacto não irá ser aqui avaliado, mas que devia, pois uma sem a outra não existem. Este atravessamento da Ribeira do Sor, não deveria estar perto da ponte porque a mesma tem elevado valor patrimonial histórico e cultural. A água some-se por baixo do

afloramento rochoso existente e só aparece mais longe a jusante da ponte. Razão esta que deu origem à povoação do Sume.

No que diz respeito aos planos e programas de gestão do território, que enquadram estes tipos de equipamento, creio que a localização preferencial seriam as zonas industriais, delimitadas no PDM para o efeito, uma vez que essas centrais solares são equiparadas a equipamentos industriais para outras matérias. Analogamente no actual PDM do Crato a menção a projectos para instalação e exploração de centrais fotovoltaicas, não existe e não é compatível com nenhuma das tipologias de uso do solo.

Devo ressaltar que o Município do Crato juntamente com os municípios pertencentes à Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo e outras entidades, alinhadas estrategicamente estabeleceram uma parceria no âmbito do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos – PROVERE 2030 o – Alto Alentejo – “Altamente – Valorização do Património Natural e Cultural do Alto Alentejo como Ativo Único e Diferenciador da Economia Local” e assumem como foco temático a valorização do património natural e cultural único (recurso/ativo diferenciador) e a sua capitalização na construção de um destino turístico inovador e sustentável, alinhado com os desafios das agendas digital e climática e ancorado num tecido económico e território qualificado e inclusivo. O Programa que subscrevem trabalha diretamente três eixos de especialização regional:

i) Recursos Naturais: o património natural e a biodiversidade do Alto Alentejo são parte do recurso endógeno a valorizar, não só com intervenções diretas de qualificação e preservação dos mesmos, mas também com intervenções ligadas à sua incorporação temática na base económica local, com ofertas ligadas ao usufruto da natureza como exemplo.

ii) Saúde e bem-estar: domínio de especialização transversal a toda esta abordagem uma vez que o nosso recurso (património cultural e natural) se constitui como âncora da estruturação de processos de descoberta empreendedora e de experiências turísticas e socioculturais que promovam o contacto com a natureza, o *slow living* e equilíbrio físico e emocional dos que usufruem das mesmas (residente ou visitantes), e

iii) Cultura, criatividade e turismo: o património cultural único (arqueológico, arquitetónico e imaterial) é parte do recurso endógeno a valorizar. Neste sentido a dimensão cultural está intrinsecamente ligada à abordagem de valorização económica preconizada, assumindo a cultura como bem básico a disponibilizar a quem vive e visita o Alto Alentejo e suporte de um ecossistema cultural e criativo em que são promovidas actividades de animação/eventos e de conservação dos elementos patrimoniais.

Pelo exposto, a agressão ambiental, patrimonial, paisagística e socioeconómica cometida pela implementação da Central Fotovoltaica Helíade e LMAT no território de Monte da Pedra terá danos irreparáveis a curto prazo e longo prazo se não forem salvaguardados os interesses da população e é completamente incompatível com as estratégias locais e regionais de valorização do património histórico e cultural, do aproveitamento dos recursos naturais, da valorização e reconhecimento das áreas protegidas e de medidas que visam a atração de empresas, o regresso de residentes de segunda geração ou mesmo novos, bem como de visitantes.

Monte da Pedra, 12 de Março de 2025

Eduarda Subtil



LEGENDA:

1 – JFMP (Partida/Chegada); 2 – Cabeça Alta/Ponto Geodésico

3 – “*Curral do Sorinho*”; 4 – Ponte do Sorinho; 5 – Rotunda do Caminho do Franquino;

6 – Caminho do Ribeiro dos Vales; 7 – Laje de St.º Estevão

As Memórias Paroquiais de 1758 reúnem informação, recolhida através de inquérito, a todas as paróquias/freguesias do Reino. Este é um documento fundamental para conhecer a história de Monte da Pedra. Relativamente aos caminhos que vamos percorrer, fazem referência ao lugar do Sourinho, aos santos, às irmandades, aos cursos de água e às pontes existentes na época, e que vamos visitar:

TERRA

6. O parochial desta freguezia assiste, e está dentro deste Monte da Pedra; e nesta freguezia não ha mais que as tres aldeyas que são o **Monte do Sume**, o **Monte de Folgam Palha**, e o **Monte de Franquino**.

7. O orago desta freguezia ao prezente he **Nossa Senhora da Conceição**; tem esta igreja somente tres altares. O terceiro altar tãobem he coletral, está da parte esquerda chama se o altar do Senhor Jezus Crucificado, ahonde está em hum retabolo de madeira pintado a jmgem de Nosso Senhor Jezus Christo Crucificado, e ao pe da crux etá o protomartir Santo Estevão.

Esta igreja tem somente huma nave e ha somente tãobem nesta igreja huma **confraria ou irmandade, que se chama a do Senhor Jezus Crucificado**.

Antigamente era esta igreja a do **lugar do Sourinho**, e o orago era Nossa Senhora com o titolo de Santa Maria; porem dezertarão os moradores aquelle lugar, que dista desta terra para o poente meya legoa, ahonde ahinda hoje existem os fundamentos dos edeficios, que estão em terra da sagrada relegião de Malta.

A razão, e motivo, que se dis, tiverão os moradores para dezempararem aquelle lugar, e povoaçam do Sourinho, forão humas fantasmas, que tão bem se diz ali apparecião, e intimidados dellas os moradores, forão obrigados a dezemparar aquelle lugar, e constetuir a freguezia em este Monte da Pedra, em huma ermida de Santiago, que aqui estava, e por isso ahinda hoje os moradores conservão a imagem de Santiago em o altar mor ao lado direito.

Neste **lugar do Sourinho**, se diz, moravão, e assistião muitos cavalleiros, que se chamavão os cavalleiros da Espora Dourada, os quais, por tradição se diz, que se extinguirão, e morrerão na seguida, que fizerão a El Rey Dom Sebastiam para as guerras: porem como com os incendios se consumirão os livros, e papeis antigos, não ha hoje outra certeza mais que tão somente a tradição; e a pouca curiozidade faz muitas vezes ficar as coizas em esquecimento.

Chama se a esta terra o Monte da Pedra pela notabilidade de duas pedras, que estão no seu lemite; huma chama se o **Penedo Gordo**, A outra pedra chama se a **Lagem de Santo Estevão**; esta está em huma planice com alguñs cabeços pequenos de redor inclinado para o sul; porem he tão plano, que porqualquer parte se pode entrar, e sahir della; tem de comprimento cento e septenta passos pouco mais ou menos; e de largura tem noventa passos, pouco mais ou menos. **Chama se lhe a Lagem de Santo Estevão**, porque está perto de hum cazarão, que era antigamente ermida de Santo Estevão, que se acha hoje colocado na igreja desta freguezia, e he de quem se faz mensão no interrogatorio treize, ut infra.

RIO

Noticia do rio desta terra:

1. Junto desta freguezia corre huma ribeira, que deve com o seu curso o lemite desta freguezia do lemite da freguezia da Comenda termo da villa de Belver deste Grão Priorado do Cratto servindo de metta a ambas as freguezias; esta ribeira chama se Sor;

3. Entrão em esta ribeira outras mais pequenas, que de Inverno lhe communição muita agoa; dos quais a terceira ribeira entra na mesma ribeira de Sor he a que se chama a **ribeira dos Valles**, a qual entra na ditta ribeira de Sor no sitio chamado o **Sourinho**, que he lemite desta freguezia;

15. Não consta que esta ribeira de Sor tenha mais que **duas pontes**, huma delas em o lemite desta freguezia no sitio chamado o Sourinho, a qual está demolida, e so agora existem os dois arcos principais della, e elles testeficão a grandeza, e eminencia da ponte, a qual tãobem era de cantaria, porque os dois arcos que ahinda hoje existem, conservão os seus fexos ahinda direitos,

(...) Tenho dado noticia a Vossa Magestade de tudo o que pude alcançar, e se alguma coiza vai menos fiel, he falta das informaçoiñs que se medirão, Vossa Magestade mandará o que for servido. Monte da Pedra de Oitubro seis de 1759. O reyttor cura Frey Manoel Dias Laberão de Almeyda.

4.^a Caminhada com História Monte da Pedra | 3 de Maio 2015

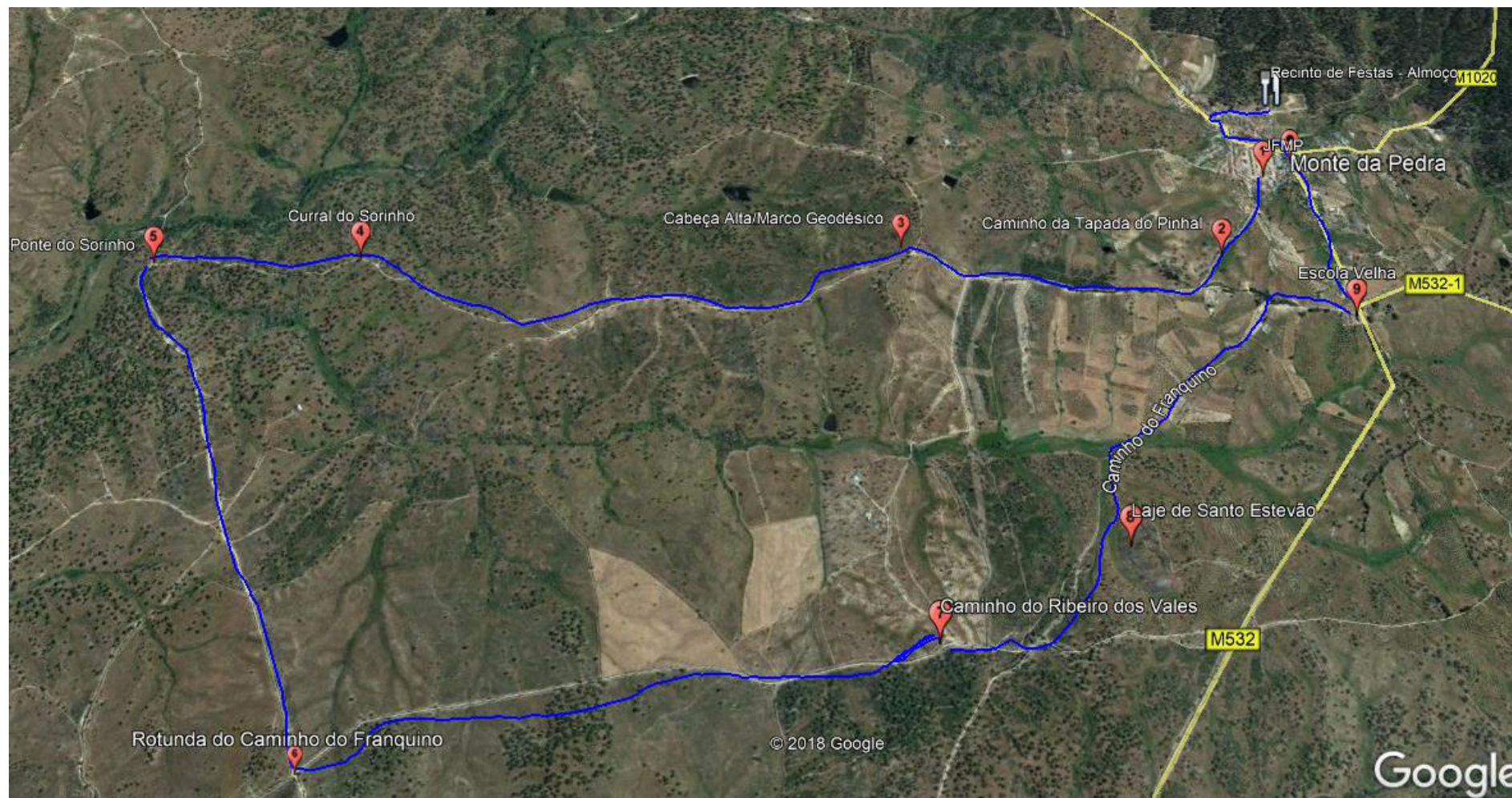
DIA DA MÃE



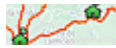
Maio é o mês do coração

"Crianças saudáveis, serão adultos saudáveis;"

CAMINHADA de CARNAVAL



VIA XV - Item alio itinere ab OLISIPONE EMERITAM m.p. CCXX

ITINERARIO XV - Lisboa (OLISIPO) - Monte da Pedra (*Fraxinum?*) - Mérida (EMERITA)

Ulme



*Item alio itinere ab
OLISIPONE EMERITAM*

m.p. CCXX

*IERABRIGA
SCALLABIN
TUBUCCI
FRAXINUM
MONTORIGA
AD SEPTEM ARAS
PLAGIARIA
EMERITA*

m.p. XXX
m.p. XXXII
m.p. XXXII
m.p. XXXII
m.p. XXX
m.p. XIII
m.p. XX
m.p. XXX



Crato



7 Chaminés



O percurso deste itinerário para Mérida continua envolto em dúvidas devido à problemática localização das suas estações intermédias. Na sua parte inicial o trajecto é comum ao [Itinerário XVI entre Lisboa e Braga](#) até Santarém onde cruzava o rio Tejo para Alpiarça tal como o [Itinerário XIV](#) rumo a Mérida. Em algum ponto desse percurso os dois itinerários divergiam para se reencontrarem na estação *Ad Septem Aras* muito provavelmente localizada próximo da aldeia de Ns. da Graça dos Degolados, tendo como estações intermédias *Tubucci*, *Fraxinum* e *Montobriga* cujas localizações continuam inseguras. Segundo as distâncias indicadas no Itinerário de Antonino, o percurso seria mais longo 10 milhas do que a via principal para Mérida (por Ponte de Sor e Alter do Chão) pelo que este itinerário deveria descrever um arco a norte ou a sul da via principal. Ao longo dos últimos séculos, vários autores tentaram definir um traçado quer a norte quer a sul da via principal sugerindo diferentes localizações para as respectivas estações intermédias de forma a acertar a marcação miliária, sem no entanto chegarem a uma solução satisfatória. Nesta demanda é crucial determinar a localização de *Tubucci*, a primeira estação indicada no itinerário que é determinante para a elaboração do restante percurso; André de Resende situou-a em Benavente, Mário Saa em Alvega, Jorge de Alarcão no Vale do Sorraia e Vasco Mantas próximo do Tramagal. No entanto, todas estas propostas carecem de provas irrefutáveis e implicam percursos mais ou menos inviáveis até *Ad Septem Aras*. Se na variante sul temos uma sucessão de travessia de rios importantes, na variante norte pelo Vale do Tejo teria de enfrentar os sucessivos afluentes e uma topografia de constante sobe-e-desce, totalmente em desacordo com a norma da viação romana. A hipotética localização de *Tubucci* próximo do Tramagal tem por base as importantes ruínas na [Quinta do Carvalhal](#), junto da confluência da ribeira de Alcoobre no rio Tejo, e do respectivo miliário encontrado a pouca distância na povoação do Crucifixo. No entanto, este marco poderá estar relacionado com a travessia neste ponto do rio Tejo, integrando uma via proveniente de [Tomar rumo a Bemposta](#). Do mesmo modo, o miliário encontrado no Monte Galego não integraria o Itinerário XV como antes se pensava, podendo antes assinalar a ligação da travessia do rio Tejo junto de *Aritium* ao eixo viário principal rumo a Mérida. Estando descartada a passagem da via pela margem esquerda do Tejo, há que procurar um outro traçado em altitude que possa não só evitar esses obstáculos no terreno como acertar o percurso com a indicação miliária presente no I.A.; após um trabalho de levantamento topográfico das diversas soluções foi possível determinar um percurso alternativo para o Itinerário XV que apesar de não ser absolutamente seguro, constitui uma solução prometedora para as várias incógnitas que este itinerário ainda apresenta. A rota proposta implica uma nova localização da *mansio* de *Tubucci* que estaria assim junto do nó viário das Mestas, ponto focal da rede viária nesta região, local onde a via proveniente de Mérida bifurcava em duas variantes rumo ao rio Tejo, uma rumo a Santarém e outra rumo a Leiria e Tomar, justificando a existência de uma *mansio* neste local (act. 2018).

Itinerário XV de *Scallabis* a *Tubucci* m.p. XXXII

Como referido, o percurso inicial seria partilhado com o Itinerário XIV e XVI até Santarém, cruzando aqui o rio Tejo para Almeirim. Segundo Francisco d'Hollanda existia uma «[ponte de fundação romana](#)» sobre a Vala Velha em Terrugem, mas actualmente as margens do rio estão muito alteradas; a via é flanqueada por dois possíveis acampamentos romanos, o [Alto dos Cacos](#) a sul, e o Alto de Castelo a norte, este junto de um povoado de larga diacronia, o [Cabeço da Bruxa](#) (miliários na Fábrica de Tomate, Quinta da Goucha e dois em Goucharia). Daqui seguia para norte até ao [Vala de Alpiarça](#), onde toma o caminho de feito que passa nos altos do Sartel, Ameixial, Sete Sobreiros e Canavial, rumo ao Alto da Perna Seca (17 m.p.), nó viário onde se juntava a via proveniente da travessia do Tejo em Azambuja. Daqui seguia pelos altos de Santa Maria, Anafe, Caniceira e Aranhas (divisão entre os concelhos de Chamusca e Abrantes), marginando as nascentes da ribeira de Ulme/Alpiarça, as «Fontes de Alpiarça» como dizia Resende, até atingir o nó viário das Mestas, a 32 milhas de Santarém, a presumível localização da estação de *Tubucci*.

TUBUCCI m.p. XXXII

Esta estação viária possivelmente localizada junto da «Encruzilhada das Mestas». Para quem vinha de Mérida neste local a via subdividia-se em vários ramais de acesso a locais de travessia do rio Tejo. Um descia pelo alto da Perna Seca, bifurcando em três acessos ao Tejo, por esta via que integrava o Itinerário XV rumo a Santarém (17 m.p.), a via de ligação a Azinhaga (8 m.p.) cruzando o rio Tejo rumo a Leiria. Existia também um ramal desta via que descia ao porto fluvial de Ulme (3 m.p.), onde há dois possíveis miliários, ambos anepígrafos, o [primeiro](#) no cruzamento da rua Velha com a rua do Chafariz,

e **segundo marco** no início da Rua Francisco Gomes Rato (erradamente classificado como «menir fálco»), estando portanto junto da via e por isso possivelmente próximo do seu local original de implantação (act. 2024). Este porto era controlado pelo Castelo de Ulme, antiga fortaleza actualmente ocupada pela Capela de Santa Marta (Marques, 2002; Coimbra *et al.* 2020). Na outra margem da ribeira de Ulme/Alpiarça, em Casal do Pinhão, apareceu um tesouro Republicano constituído por várias moedas de prata (Coimbra *et al.* 2020) e uma inscrição, **ara da Junqueira**, onde se lia **BONO / REI [P [ublicae] ?] / [NATO?]**, ou seja, «nascido para o bem da República» (Encarnação, 1984: 700). O outro eixo viário deverá corresponder ao Itinerário XIV, mantendo a mesma directriz após a passagem na Venda das Mestas, continuando por alturas de Tamazim. Um ramal desta estrada deriva no Alto dos Rapazes rumo ao rio Tejo, seguindo pelo Campo de Santa Margarida e junto da **villa** de Alcolobre. A via seguia até Galega Nova, nó viário (e provável estação viária) onde havia nova bifurcação nos dois ramais de acesso ao Tejo, um cruzando o rio para a Golegã (rumo a Leiria) e outro seguindo para noroeste em direcção a Arripiado, onde cruzava o Tejo para Tancos onde ara a travessia do rio em Arripiado/Tancos ligando daqui a Tomar. Deste modo, a estação de **Tubucci** assentava num ponto absolutamente estratégico da rede viária antiga, articulando os diversos pontos de travessia do Tejo, justificando a existência de uma **mansio** neste local. Trata-se de uma área do planalto conhecida por «Mestas», «Venda das Mestas» ou «Encruzilhada das Mestas» e referida por vários autores desde o século XVI como André de Resende, Francisco d'Holanda e Claude Bronseval, como local de passagem obrigatória para quem vinha de Mérida rumo ao Atlântico. Os itinerários XIV e XV rumo a Mérida teriam ambos paragem neste local, divergindo a partir daqui até se reunirem junto da estação de **Ad Septem Aras** próximo de Campo Maior. O traçado mais a sul corresponde ao Itinerário XIV seguindo por Ponte de Sor, Alter do Chão e Assumar, e seria a via principal para Mérida, como comprovam os diversos miliários e a ponte romana de Vila Formosa. Por sua vez o Itinerário XV seguiria mais a norte, por Bemposta e Monte da Pedra.

Itinerário XV de **Tubucci a Fraxinum** m.p. XXXII

A partir da área das «Mestas», a via seguia em direcção a **Bemposta** (6 m.p.), onde cruzava o rio Torto (topónimo viário Vale da Venda), seguindo depois pelo caminho de festo que passa a sul de **São Facundo** nos topónimos Fonte do Santo e Alto de Colos (9 m.p.), continua a norte de outro topónimo viário, o Vale da Mua, por Alto dos Poços e Cruz das Cabeças (13 m.p.), delimitando a partir daqui os concelhos de Abrantes e Ponte de Sor pelos altos de Vale d'Água e da Pernelha (18 m.p.), inflectindo daqui para nascente ao «Porto dos Almocreves» (20 m.p.) em São Bartolomeu (Saa, 1967:80); continua até Vale de Gaviões, onde cruza a ribeira da Margem, seguindo depois até Polvorosas (26 m.p.), onde cruza a ribeira da Salgueira. Daqui segue para a travessia da ribeira de Sor em **Porto do Manejo** (29 m.p.), onde há vestígios romanos localizado na linha divisória entre os concelhos de Gavião e Crato; daqui seguia mais três milhas até ao Monte da Pedra, passando junto do marco geodésico do Alto da Pedra (31 m.p.).

FRAXINUM m.p. XXXII | LXIV a Santarém

Esta estação viária poderia situar-se no **Monte da Pedra**, a 64 milhas de Santarém; a possível existência de uma **mansio** neste local estará relacionada com a travessia da ribeira de Sor em **Porto do Manejo**, onde Mário Saa regista o topónimo «Caminho da Estalagem» assim como «**vestígios de via e de uma ponte**» que terão sido destruídos no século XX; Saa achou também um miliário Alto do Aguilhão contendo «alguns caracteres imperceptíveis» (Saa, 1967:81:62; Carneiro, 2008, 2011); este miliário poderia assinalar a via proveniente da travessia do rio Tejo em Belver (por Gavião, Atalaia e Comenda, cruzava a ribeira de Sor junto do Monte das Lameiras, subindo depois ao Alto do Aguilhão, onde apareceu o referido miliário; daqui poderia ligar a **Fraxinum**, mas pela direcção que trazia também é possível que seguisse directa ao Vale do Peso pelo Alto da Safra do Rebole, seguindo o caminho de festo entre a ribeira de Vale de Magre e a ribeira do Monte da Pedra que cruza para Vale do Peso (act. 2020).

Itinerário de Monte da Pedra a Alter do Chão por Aldeia da Mata

Existe uma ligação entre Monte da Pedra e Alter do Chão, passando junto dos sítios romanos da **Fonte Santa** e Sampaio (marcas de rodados na rocha no cruzamento da ribeira, junto da linha férrea), continuando por Cabanas Salgadas e Quinta da Naba até **Aldeia da Mata**; daqui sai pela Fonte do Boneco rumo a Vale de vaqueiros, cruza a ribeira de Seda, a sul da linha férrea e segue pelo Monte do Murtal, Monte do Mato de Alter e Alto do Reguengo até Alter do Chão onde cruza o Itinerário XIV para Mérida. A continuação desta rota na direcção sudeste está descrita no **Itinerário de Alter a Juromenha**.

Itinerário de Monte da Pedra a Alter do Chão pelo Crato:

Derivando no Monte da Pedra, esta via rumava a sudeste pelo «Caminho do Chamiço» que cruza a linha férrea e passa no geodésico homónimo, inflectindo depois para sudeste pelo Alto da Pedra do

Rato, onde cruza a EM1022 que liga Vale do Peso a Aldeia da Mata; cruza a ribeira do Rôdo na [Ponte Antiga](#) e a ribeira dos Canais, seguindo por [Flor da Rosa](#) rumo ao **Crato** (estela de [Cílea](#), IRCP 626). Daqui desce em calçada para a [Ponte do Chocanol](#) (ponte medieval que reutiliza materiais romanos, na base do Monte do Chocanol, o provável [Vicus Camaloc\(...\)](#) com base numa [ara a Júpiter](#) encontrada no caminho de acesso ao povoado colocada pelos [Vicani Camalo](#)[cani?, census?]). Daqui segue para a travessia da ribeira da seda numa ponte reconstruída no século XVII, cruza a linha férrea e segue próximo da importante [villa da Ganja](#) e da respectiva necrópole 350 m adiante; daqui a via seguia talvez pelos altos de São Lourenço e São Miguel até Alter do Chão)

- **Ramal do Crato a Chancelaria:** desviando para sudeste pela chamada «Estrada dos Louceiros», paralela à linha férrea, por Quinta de Marrocos, Alto da Abodaneira, margina o Monte do Aguilhão até ao Alto de Chancelaria, importante nó viário onde entronca na «Calçada do Alicerce» e no [Itinerário XIV para Mérida](#).

Itinerário XV de [Fraxinum](#) a [Montobriga](#) por Vale do Peso m.p. XXX

Monte da Pedra (depois de cruzar a ribeira de Sor, a via passava junto do sítio romano do Sôrinho e no Alto do Monte da Pedra, seguindo depois rumo a Vale do Peso pelo chamado «Caminho do Chamiço»)

Vale do Peso (m.p. VII; a via passa a sul da Ermida de Santa Eulália, possível [mutatio](#); daqui segue um caminho pontuado por sítios romanos que passa no Monte de Setil e a sul do Monte Cem Dias, Monte das Braguinas (m.p. XI), onde apareceram diversos vestígios, um capitel, colunas, silhares e estela funerária, IRCP 635, continua pelo Monte do Couto dos Algarves onde cruza a ribeira da Espadaneira, margina o sítio romano de Mosteiros e segue por Couto dos Guerreiros até Veladas)

Monte das Veladas (m.p. XV; possível a via passava a oeste da povoação de Fortios, junto do sítio romano do Monte das Veladas, onde há registo de 3 inscrições funerárias: [epitáfio de \[- - -\]VGGO](#) junto do cemitério, IRCP 633, e na arruinada igreja de São Domingos, o [epitáfio de Urso](#), FE 132; assim tudo indica que se trata de uma [mutatio](#) da via [Fraxinum](#) e [Montobriga](#), localizada a 15 milhas de ambas, ou seja, a meio-percurso)

Portalegre (m.p. XX, a via passa a oeste da cidade por Lagar Velho, Frangoneiro, Coutada das Freiras, Alto do Casqueiro e Quinta da Misericórdia, onde cruza a ribeira da Lixosa e o IP2 (junto da Praça de Touros); continua rumo ao Alto do Carvalhal pela Herdade dos Fajardos, Monte Abrunheira do Conde e Monte da Abrunheira)

Urra (m.p. XXV; continua por Fadagosa e Azinhal rumo à travessia do rio Caia, junto do qual assentaria a estação de [Montobriga](#))

MONTOBRIGA m.p. XXX | XCIV a Santarém

Boa noite,

Não tive tempo para analisar com detalhe a proposta da Endesa, mas gostaria de tecer alguns comentários/pedidos à condução do projeto.

À partida, sou favorável à construção de uma central Solar, pois, com alguns cuidados poderá ter um impacto positivo na região, além do impacto positivo na produção elétrica nacional.

Existem uma série de aspetos que gostaria de ver considerados:

Aspetos paisagísticos

A construção da central no Monte da Pedra (tal como noutros locais) tem impacto na paisagem local. Na freguesia do monte da Pedra o impacto é mais grave, dado que as suas paisagens estão praticamente intocadas (não há sequer indústria na zona) e seguramente é um dos aspetos mais importantes da zona.

A central não deverá ser visível de nenhum ponto da aldeia, nem de nenhum ponto turístico/histórico (ou com potencial turístico) nas imediações.

A questão das linhas de alta tensão aéreas também é uma preocupação.

Já há paisagens suficientes estragadas pelas linhas de alta tensão, e numa paisagem quase intocada a questão agrava-se.

A zona do Monte da Pedra tem uma predominância de terrenos florestais, pelo que, ter os cabos aéreos coloca em risco a própria instalação em caso de incêndio, e aumenta o risco de incêndio provocado pela linha.

A linha devia ser enterrada, apesar do aumento do custo e da dificuldade técnica extra. Esta solução não teria impacto negativo nas populações, e podia até trazer benefício às mesmas, se na mesma trincheira fosse aplicada fibra ótica para que as populações do Monte da Pedra e do Sume tivessem bons acessos de internet (o que não se espera num futuro próximo).

A falta de boa comunicação digital é um fator de atraso ao desenvolvimento da zona.

A linha poderia ser construída debaixo da estrada, tanto quanto possível, nomeadamente entre o Monte da Pedra e o Sume. A estrada por cima poderia ser recuperada e adequada ao tráfego de pesados (alargada e recuperada), pesados esses que certamente se movimentarão para a obra.

Poderia ainda ser alargada para proteção contra incêndios e com a criação de uma faixa para circulação de bicicletas e similares (há muitos ciclistas na zona que têm de andar em perigo).

A Endesa e a Câmara poderiam chegar a acordo para repartir as responsabilidades da obra da estrada, de forma que no final toda a população tivesse ganhos concretos com a instalação. Até a Endesa teria a vantagem de não ter de usar terrenos privados desnecessariamente.

Aspetos ambientais:

Os painéis deveriam ser instalados bem acima do chão (acima das pessoas) para poder haver instalado um coberto vegetal no terreno. Não faz sentido eliminar a capacidade de retenção de carbono de uma área, com a desculpa de descarbonizar a rede elétrica. Se vamos descarbonizar, vamos atacar nas várias vertentes.

A representante da Endesa que simpaticamente apresentou o projeto no Monte da Pedra, até falou na existência de produção de mel por baixo de algumas centrais. Penso que isso só é viável havendo um bom coberto na área.

A instalação deve ter zonas de abrigo para animais dentro do parque de painéis constituídas por vegetação arbustiva abundante autóctone.

O tratamento do coberto deve ser realizado de forma biológica, sem uso de pesticidas.

Os produtos de limpeza dos painéis devem ser amigos do ambiente.

Na operação não devem ser usados produtos que contaminem os terrenos ou as águas - prever sanções nos contratos.

Aspetos laborais

A empresa deve proporcionar condições para os trabalhadores habitarem durante as obras, dando primazia ao aluguer de casas nas aldeias da zona (em oposição à utilização de contentores).

A obra deve ter muitas sombras abrigos para descanso dos trabalhadores. Deve haver água em abundância para os trabalhadores. Nos invernos chuvosos os terrenos da zona têm tendência a ficar impraticáveis, o que limitará o avanço das obras, e no verão o calor é abrasador, pelo que o risco de desidratação e insolação é sério.

Aspetos urbanísticos

A empresa poderia contratar com proprietários de casas inabitadas/inabitáveis o aluguer futuro, para justificar aos proprietários a recuperação dessas habitações, para arrendamento para os trabalhadores. Isto permitiria a recuperação do património habitacional das aldeias.

Aspetos de igualdade

No resumo não técnico são referidas algumas contrapartidas, nomeadamente a partilha de 3% da eletricidade produzida com o município de Abrantes. Esta partilha deveria ser distribuída por todos os municípios afetados.

COMPROMISSOS DO LEILÃO:

224 MVA Ponto de ligação (Pego)	Outros compromissos • Criação de 75 postos de trabalho permanentes • Fundo de formação profissional no valor de 1M€ • A partilha de 3% da eletricidade produzida com o município de Abrantes • A instalação de 4 postos de carregamento de veículos elétricos, em Abrantes • Área Piloto para iniciativas de I&D • Disponibilização de 1 veículo comercial e 1 veículo pesado de transportes de pessoas
1 315 GWh/ano Produção média anual	
5 870 h/ano Factor de capacidade médio	

Aspetos técnicos

A rede elétrica na região é deficitária, pelo menos no Sume, onde resido. Por exemplo, na nossa moradia só temos acesso a 6.9KW de potência (monofásico) e sempre que arranca a bomba de água que abastece a casa, a tensão cai duns impressionantes 250V a uns não menos impressionantes 190V.

O reforço da rede de baixa tensão onde os cabos são desadequados também seria uma contrapartida a considerar.

Projetos Solares de Helíade e Torre das Vargens e respetivas ligações a 220KV

Participação pública - Daniel Pires, arquitecto:

A proposta dos "Projetos Solares de Helíade e Torre das Vargens", não obstante dos benefícios inequívocos que procura trazer em termos de sustentabilidade na transição justa da Central do Pego tem, na sua implementação no território, um impacto negativo considerável a vários níveis e dimensões, numa desproporcionalidade que deverá procurar ser reavaliada.

Abordando mais em concreto a Central Fotovoltaica da Helíade (pelo facto de possuir um maior conhecimento de causa sobre a zona afetada) constata-se que o projeto prevê a implantação de um elevado número de painéis muito próximo da localidade de Monte da Pedra (a cerca de 1300m de distância), ocupando os quadrantes a nascente e sul da aldeia, numa área total 3 a 4 vezes superior a esta. Em conjunto com esta desproporcionalidade de escala, que terá um impacto bastante negativo, com a alteração significativa da paisagem em grande parte da envolvente e junto a dois dos três acessos viários existentes a Monte da Pedra, existem também incompatibilidades com:

- 1 - a utilização de grandes áreas para implantação de painéis, em zonas classificadas e salvaguardadas no PDM do Crato;
- 2 - a intersecção, a montante da aldeia, da Central com a Ribeira de Monte da Pedra, um recurso essencial na dinâmica e valorização desta localidade;
- 3 - a intersecção da área de implantação de painéis com o "caminho do Chamiço", um percurso histórico que liga o Monte da Pedra ao lugar do "Chamiço", atualmente um percurso pela natureza, junto à Ribeira, que une a atual aldeia à antiga povoação, ainda com vestígios da ocupação (ruínas de moinho, forno, habitações em pedra) e um lugar de interesse ativamente visitado e com longa tradição de celebração por parte da comunidade da região;
- 4 - a provável intersecção do traçado da linha elétrica em zonas arqueológicas na área de atravessamento do rio Sor, nomeadamente antas e sepulturas antropomórficas presentes nas localizações apresentadas;

[segue anexo com o desenvolvimento das observações acima levantadas]

Território

Área de implantação de painéis próxima (cerca de 1,3km medidos em linha reta, a partir da entrada nascente na aldeia) e desproporcional em comparação com a dimensão da aldeia (entre 3 a 4 vezes maior que a área do Monte da Pedra), prevendo-se um impacto considerável em toda a área envolvente a esta, localizada entre os quadrantes nascente e sul.

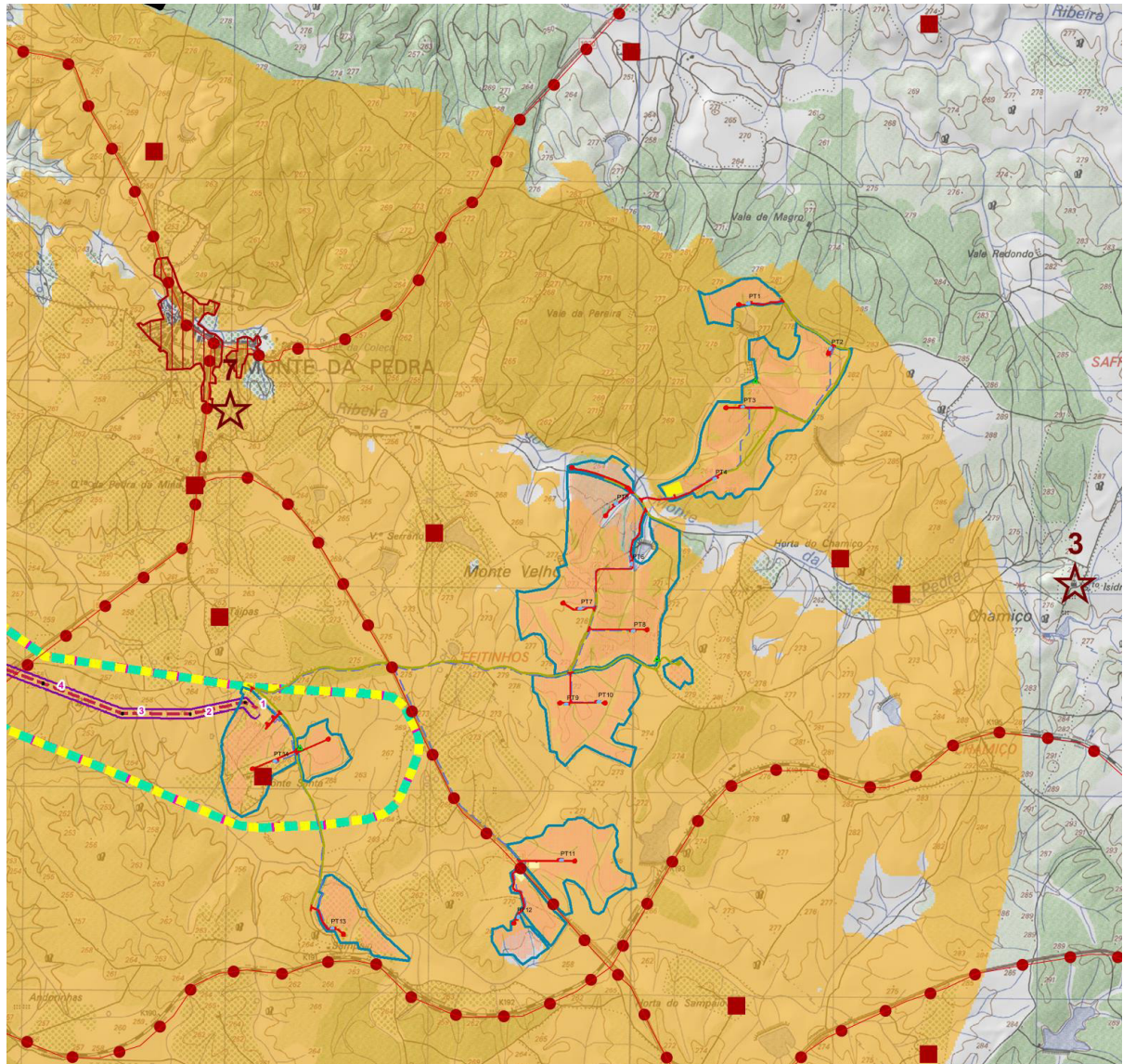


Fig.1 - Excerto da peça desenhada nº16.8 - estudo de impacto ambiental, com a representação da área de implantação em comparação com a localização da aldeia de Monte da Pedra.

Análise dos Instrumentos de Gestão do território (PDM)

O projeto prevê a instalação de cerca de metade da área dos painéis em área da Reserva Ecológica Nacional (REN) e classificado como “espaço florestal de conservação” [PDM Crato], interrompendo um corredor que este instrumento procura precisamente salvaguardar.

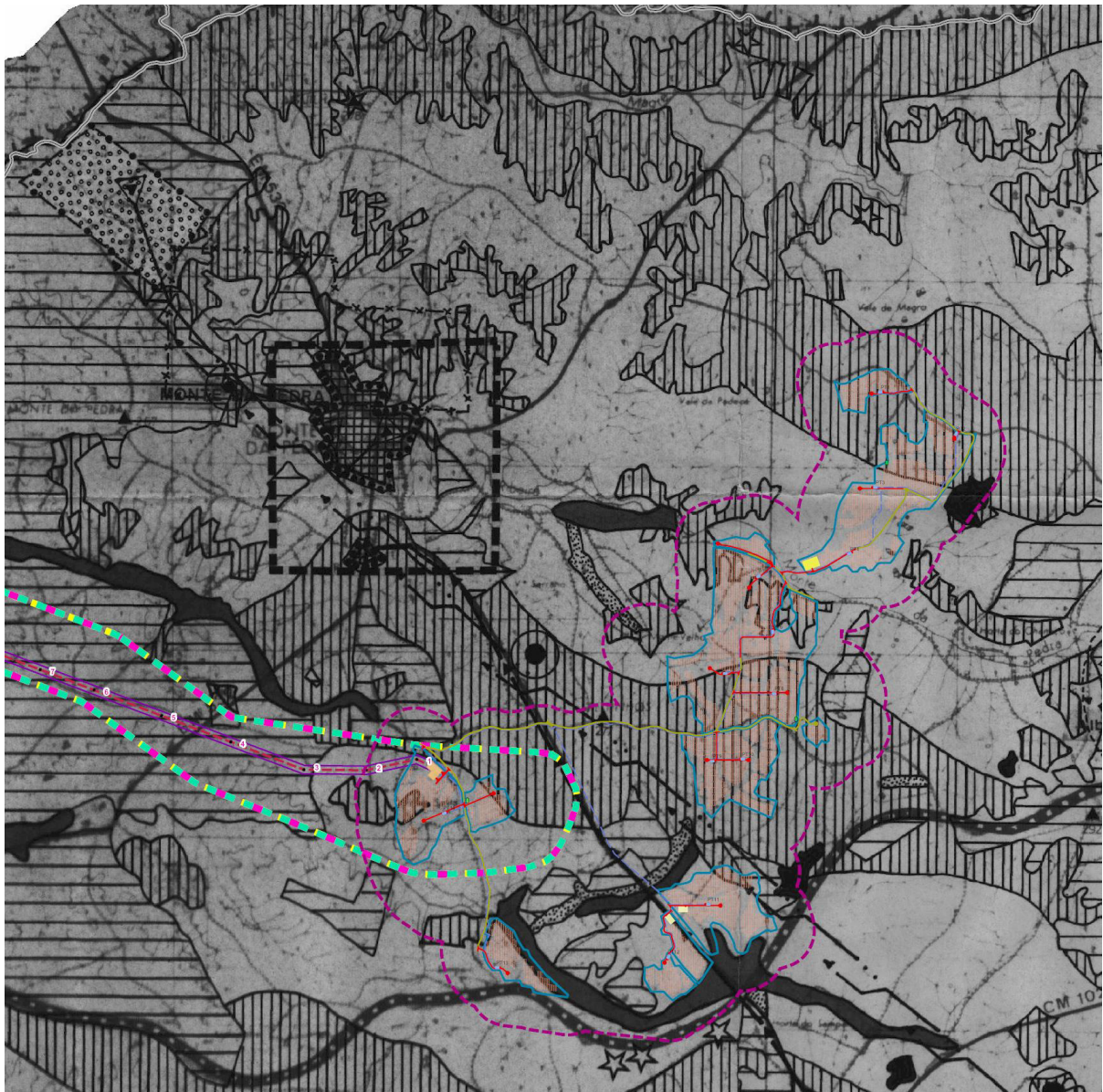


Fig.2 - Excerto da peça desenhada nº4.2, com a representação a laranja da área de implantação prevista sobre planta de ordenamento do território do PDM do Crato (trama vertical correspondente a “espaço florestal de conservação”, integrado na REN)

Recursos Hídricos

Intersecta um troço da Ribeira do Monte da Pedra, em zona com variações abruptas de caudal.

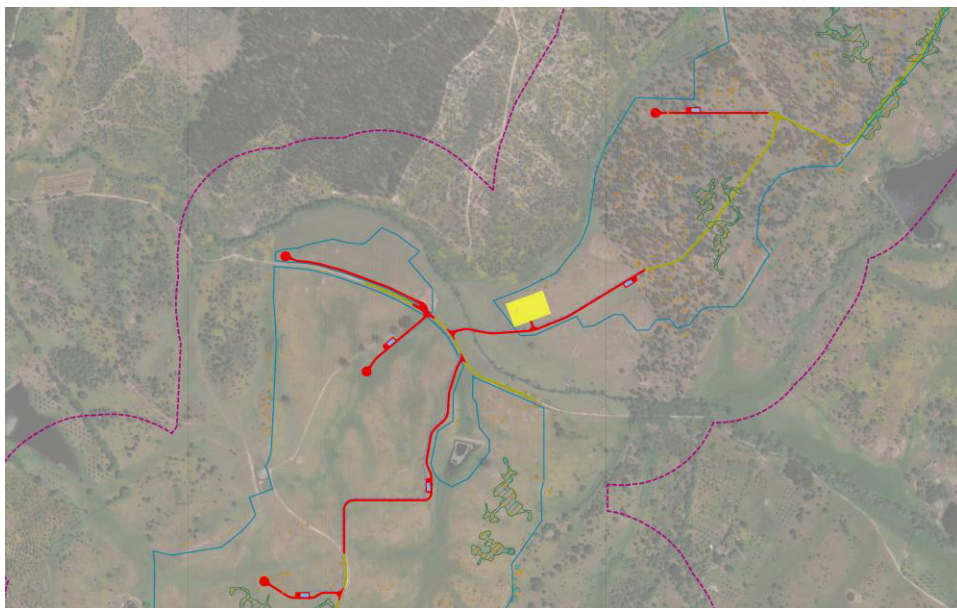


Fig.3 - Excerto da peça desenhada nº8.2.1. com a representação dos acessos a criar (a vermelho) e a implantação da subestação (a amarelo), num troço de intersecção com a Ribeira de Monte da Pedra.

Enquadramento Histórico e Cultural

A implantação dos painéis, intersecta a ligação entre o Monte da Pedra e o lugar do Chamiço, num percurso que precisamente se propõe valorizar pela sua forte ligação histórica, que permanece na atualidade. O impacto deste projeto, quebra de sobremaneira a harmonia presente na relação entre dois pontos de interesse, valorizado pela ligação através da água da Ribeira e dos demais valores naturais em presença.



Fig.4 - Chamiço. Paisagem a preservar.

Historicamente, sempre existiu uma estreita relação entre o Monte da Pedra, a Ribeira e o lugar do Chamiço, através do aproveitamento dos recursos disponíveis e da proximidade a terrenos propícios ao cultivo de sequeiro em larga escala, como o trigo, cevada, aveia e centeio, bem como da ocupação de grandes manchas de território com florestas de azinho e sobreiro, para além das oliveiras. Para além das culturas arvenses, a atividade agro-pecuária foi, até meados do século XX, a principal fonte de rendimento/subsistência de grande parte da população do Monte da Pedra, podendo-se dividir a ocupação dos terrenos em grandes extensões, os "montes", localizados em zonas mais distantes do povoado e geridos pelos feitores/proprietários, e em pequenas extensões, as "tapadas", localizadas em zonas mais próximas, nas imediações da aldeia, de acesso principalmente pedonal e cultivadas pelo chefe de família, o homem, auxiliado pela mulher e (muitos) filhos. Muitas destas "tapadas" localizavam-se ao longo da ribeira, principalmente para nascente, aproveitando os recursos que a água podia trazer, e é nesse âmbito que alguns proprietários construíram moinhos de água, onde os lavradores iam vender os cereais que cultivavam para serem moídos e dar sequência ao processo de execução da farinha.



Figs. 5 e 6 – Ribeira de Monte da Pedra | Caminho do Chamiço.

Fotografia: Diamantino Mendes d'Almeida (c. 1920) - Fonte: Sofia Borges.



Fig. 7 – Debulha de trigo através de meios mecânicos.

Fotografia: Diamantino Mendes d'Almeida (c. 1920) - Fonte: Sofia Borges.

A **terra** tem por isso, neste lugar (como em tantos outros em que a subsistência dependeu única e diretamente da atividade agrícola) um forte valor simbólico, de proximidade. Certamente não tão forte como as gerações anteriores que trabalharam diariamente a terra para sobreviver, mas forte o suficiente para saber que é daí a sua raiz.

Paisagem

Descaracterização da paisagem com a alteração significativa do uso do solo.



Fig.8 - Previsão de instalação de grandes áreas de painéis (PT12 à esquerda e PT11 à direita), em ambos os lados da EM532-1 que liga o Monte da Pedra ao Crato, junto ao cruzamento com a linha de caminho de ferro. [vista NO, imagem google street view, 2025]



Fig.9 - Parte de área para instalação de painéis (PT11), junto à EM532-1 que liga o Monte da Pedra ao Crato. [vista nascente, imagem google street view, 2025]



Fig.10 - Parte de área para instalação de painéis (PT11), junto à EM532-1 que liga o Monte da Pedra ao Crato. [vista norte, imagem google street view, 2025]

Conclusão

A implantação deste projeto nos moldes apresentados, pode retirar a este lugar uma das suas características identitárias e o seu principal fator de valorização, precisamente a relação do lugar com os elementos naturais. Caso se venha a executar com esta configuração, este projeto da Central Fotovoltaica da Helíade, contribuirá ativamente para a descaracterização do lugar e, consequentemente, para o aumento da tendência de despovoamento desta região.



Fig.11 – A importância da Ribeira na relação com a povoação.
[Fonte: arquivo do autor]

Torna-se assim imprescindível proteger estes lugares (e não destruir) onde o encontro com a natureza ainda é equilibrado, acolhedor, em contraste com a precipitação que se assiste nos locais excessivamente intervencionados pelo Homem, onde esse elo desapareceu.

Lisboa, 12 Março 2025
Daniel Pires, Arquitecto

Designação do Projeto: **Projetos Solares de Helíade e Torre das Vargens e respectivas ligações a 220 KV**

Proponente: Endesa Generacion Portugal, S.A.

Localização nos concelhos de Crato, Gavião e Ponte de Sor

PARECER DESFAVORÁVEL

- 1. Ao abrigo do artigo 66º da Constituição da República Portuguesa, entendo o direito à fruição e a qualidade da paisagem rural do Alto Alentejo com um direito que poderá estar em risco se estes projetos forem implementados;**
- 2. A metodologia de recolha de testemunhos orais que sustenta a análise de bens patrimoniais é omissa;**
- 3. A auscultação das populações locais acerca da instalação deste futuro projeto está por evidenciar;**
- 4. O texto continua a ter erros de ortografia e sintaxe não admissíveis numa documentação apresentada ao Estado Português pela Proponente Endesa;**
- 5. A mitigação de destruição/ de Recursos patrimoniais de natureza arqueológica (períodos mesolítico, períodos romano e medieval) e etnográfica está por evidenciar ;**
- 6. A atratividade turística desta micro-região poderá estar em risco com a instalação dos projetos; A análise de “Socioeconomia”, (pp106Volume V – Elementos Adicionais) é, por isso, insuficiente, tomando como referência a taxa de desemprego e sem uma análise da CAE apresentada no quadro respetivo.**
- 7. Se os Projetos forem efetivados, o bem-estar animal dos seres vivos que pastoreiam nas zonas de pastagens remanescentes poderá estar em risco.**

8. A documentação apresentada não apresenta medidas de salvaguarda do direito à fruição pelas populações rurais, dos espaços e dos outros patrimónios rurais existentes na área a intervencionar. Exemplificando: caminhos rurais da Freguesia de Monte da Pedra são com frequência limitados por muros de pedra cujas formas são valorizadas pela comunidade e constituem saberes-fazer ancestrais. Precauções contra a sua destruição pela trepidação e circulação de maquinaria poderiam/deveriam ter sido tomadas.
9. Na da Freguesia de Monte da Pedra, o lugar de Chamiço, que guarda a memória da comunidade, é ponto anual de uma romaria comunitária católica. A festividade atrai alguns turistas e visitantes, bem como dezenas de pessoas da aldeia e região, e seus familiares. Está igualmente omissa nos documentos uma avaliação o impacto socioambiental que os Projetos terão sobre este evento. O acesso físico e social ao lugar de Chamiço deve ser preservado,
10. Arqueólogos portugueses e estrangeiros estudaram na região de Crato as marcas do povoamento (*villae*) e da paisagem rural no tempo da Lusitânia (Carneiro, 2021). Dois mil anos após esse tempo, hoje a comunidade de cientistas demonstra o valor patrimonial da região, plena de elevada densidade de bens arqueológicos ali existentes. Este valor patrimonial e paisagístico não sobreviverá se os Projetos forem implementados.
11. A Paisagem é um processo social que não se faz sem as pessoas, nem se faz colocando à margem a expressão livre da vontade das populações.
12. Pelo exposto, o estudo/proposta apresentado merece, por ora, a nossa discordância, por carecer de fundamentação de aspetos de socio-biodiversidade e recursos turísticos-patrimoniais não contemplados na atual versão.

13. Estas lacunas teriam sido colmatadas recorrendo a triangulação com outros métodos de recolha de dados consonantes com os procedimentos científicos de ciências sociais (levados a cabo por sociólogos, antropólogos e economistas).

Ema Pires, Antropóloga